

População em Situação de Rua

da Região Metropolitana da Grande Vitória

perfil, vulnerabilidades e potencialidades

Instituto Jones dos Santos Neves
2018

População em Situação de Rua

da Região Metropolitana da Grande Vitória

perfil, vulnerabilidades e potencialidades

Instituto Jones dos Santos Neves
2018

Instituto Jones dos Santos Neves
População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória: perfil, vulnerabilidades e potencialidades.

Vitória, ES, 2018. 148 p.; il. tab.
ISBN: 978-85-8370-055-5

1. Desigualdade Social. 2. Pobreza. 3. Vulnerabilidade. 4. Potencialidades. 5.Políticas Públicas. 6. Região Metropolitana. 7. Grande Vitória - ES. I.Pereira, Sandra Mara. II. Gonçalves, Thalita Matias. III. Toleto, Weliton IV. Título.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
César Roberto Colnago

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Regis Mattos Teixeira

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – SEDH
Leonardo Oggioni Cavalcanti de Miranda

Gerência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Neiriele Marques da Silva

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – SECTI
Camila Dalla Brandão

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES
Jose Antonio Bof Buffon

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Diretora Presidente
Gabriela Gomes de Macêdo Lacerda
Diretoria de Estudos e Pesquisas
Ana Carolina Giuberti
Diretoria Administrativa e Financeira
Andréa Figueiredo Nascimento

AGRADECIMENTO INSTITUCIONAL
Andrezza Rosalém Vieira – SETADES

COORDENAÇÃO GERAL
Coordenação de Estudos Sociais – CES
Sandra Mara Pereira

ELABORAÇÃO
Sandra Mara Pereira
Thalita Matias Gonçalves
Weliton Toledo

REVISÃO
Ana Carolina Giuberti

EDITORAÇÃO
Arthur Ceruti Quintanilha
João Vitor André

FOTOS
Leonardo Rangel Nascimento Miranda

Sumário

Introdução 25

Capítulo 01 | Pesquisa sobre pessoas que vivem em situação de rua: opções metodológicas 35

Capítulo 02 | População em situação de rua: Perfil, Trajetória e Cotidiano 53

Capítulo 03 | Educação e Trabalho no cenário das ruas 85

Capítulo 04 | A População em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória e o Direito à Saúde 105

Capítulo 05 | Desafios e potencialidades 123

Referências 137

Apêndice 145

Lista de Figuras Gráficos e Tabelas

Quadro 01 | Sequência das discussões realizadas nas reuniões do GD Pop Rua *40*

Tabela 01 | Plano de distribuição das entrevistas entre os municípios da RMGV *43*

Tabela 02 | Distribuição das entrevistas planejadas e realizadas, por municípios da RMGV ... *44*

Tabela 03 | Total de entrevistas realizadas por local (logradouro ou serviço) e município *45*

Gráfico 01 | Quais dos seguintes documentos você tem ou já teve? *61*

Gráfico 02 | Principais Motivos que levaram à Situação de Rua *65*

Gráfico 03 | Onde dormiu nos últimos 15 dias? *69*

Gráfico 04 | Por que dorme na rua e não em abrigos/albergues? *70*

Gráfico 05 | Quais as três principais atividades que você realiza no seu dia-a-dia? *74*

Gráfico 06 | Quando está na rua, você come o suficiente/satisfatoriamente para suprir suas necessidades? *75*

Gráfico 07 | Quais foram as agressões sofridas? *78*

Gráfico 08 | Quem foi o Agressor? *79*

Gráfico 09 | Profissão *89*

Gráfico 10 | Outras formas de conhecimento *90*

Gráfico 11 | Nos últimos quinze dias, o que fez para ganhar dinheiro? *91*

Gráfico 12 | Principais dificuldades para conseguir emprego formal *93*

Gráfico 13 | Escolaridade *97*

Gráfico 14 | Você saberia dizer até três mudanças importantes que deveriam ocorrer para melhorar o sistema de saúde no atendimento à população em situação de rua? *111*

Gráfico 15 | Principais problemas de saúde *114*

Gráfico 16 | Quais substâncias psicoativas faz uso? *115*

Gráfico 17 | Faz uso com que frequência? *116*

Gráfico 18 | Quando você tem algum problema de saúde, o que você faz? *118*

Relação de Siglas do Texto

CENTRO DIA | Centro Dia da Pessoa com Deficiência

CENTRO POP | Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CES | Coordenação de Estudos Sociais

CIMOS | Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais

CMV | Câmara Municipal de Vitória

CnaR | Consultório na Rua

CPF | Cadastro de Pessoa Física

CPOM | Comando de Polícia Ostensiva Metropolitana

CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECR | Equipes de Consultório na Rua

EJA | Educação de Jovens e Adultos

ES | Espírito Santo

FAPES | Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

GD | Grupo de Discussão

GD POP RUA | Grupo de Discussão sobre Pessoas em Situação de Rua

HIV | *Human Immunodeficiency Virus* (Pt: Vírus da Imunodeficiência Humana)

IASES | Instituto de Atendimento Socioeducativo

IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES | Instituto de Ensino Superior

IJSN | Instituto Jones dos Santos Neves

ISTs | Infecções Sexualmente Transmissíveis

MDS | Ministério do Desenvolvimento Social

MNPR | Movimento Nacional da População em Situação de Rua

ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONGs | Organizações Não Governamentais

ONU | Organização das Nações Unidas

PEA | População Economicamente Ativa

PMES | Policia Militar do Estado do Espírito Santo

PNAD Contínua | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPR | Política Nacional Para a População em Situação de Rua

PSR | População em Situação de Rua

RG | Registro Geral

RMGV | Região Metropolitana da Grande Vitória

SEAS | Serviço Especializado em Abordagem Social

SECTI | Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

SEDH | Secretaria de Estado de Direitos Humanos

SEP | Secretaria de Estado de Economia e Planejamento

SETADES | Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

SPSS | *Statistical Package for the Social Sciences*

SUS | Sistema Único de Saúde

UPA | Unidade de Pronto Atendimento

Agradecimento

Coordenação da Pesquisa

É fundamental deixar aqui o profundo agradecimento a Rosangela Candido do Nascimento, Bruno Donato dos Santos e Daniellen Nascimento Gomes, que atuaram como articuladores de campo da Pesquisa sobre População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, atores fundamentais para que esta pesquisa se concretizasse.

Estendemos o agradecimento com a mesma intensidade ao Movimento Nacional de População em Situação de Rua – MNPR, no Espírito Santo, que se fez presente em todo o processo de construção do questionário nas discussões do Grupo de Discussão sobre População em situação de Rua (GD Pop Rua).

De um modo mais amplo e não menos importante, registra-se também o agradecimento a todos os integrantes do GD Pop Rua, cada um foi fundamental para a realização dessa pesquisa.*

* Os nomes dos participantes da pesquisa estão listados no Apêndice A.

Prefácio

Gabriela Lacerda
Diretora Presidente do
Instituto Jones dos Santos Neves

A pesquisa produzida pelo Instituto Jones dos Santos Neves, "População em Situação de Rua na Região Metropolitana da Grande Vitória", reúne uma série de informações sobre perfil, vulnerabilidades e potencialidades desse grupo nos sete municípios capixabas que a compõem. Trata-se de uma grande contribuição para a formulação e implementação de políticas públicas para essa parcela da população, que ainda precisa de maior destaque tanto na agenda da pesquisa, quanto nas políticas públicas.

Estima-se que mais de 100 mil brasileiros vivam nas ruas (NATALINO, 2016), em situação de grave vulnerabilidade social. No entanto, poucos são os dados atualizados disponíveis sobre o tema. Não há dados oficiais no Brasil que permitam conhecer de perto a realidade desses indivíduos, prejudicando a formulação de políticas e reproduzindo a invisibilidade social.

Diante disso, o Instituto Jones dos Santos Neves aceitou o desafio proposto pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) do Governo do Espírito Santo em realizar uma pesquisa sobre essa população, indo além de informações básicas. A proposta foi mapear o perfil, investigar diferentes dimensões de vulnerabilidades e compreender melhor as trajetórias de vida, o cotidiano e as expectativas de direitos e de ações, por meio de entrevistas nas ruas com esse público. Sendo assim, numa virtuosa parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito santo (FAPES), demos início aos estudos em dezembro de 2016.

A condução dos trabalhos contou com a colaboração de diversos segmentos, como o Movimento Nacional de População em situação de rua (MNPR), a academia e gestores municipais e estaduais. A pesquisa de campo, inclusive, contou com a participação ativa de pessoas em situação de rua, tanto como entrevistadores de seus pares, como na abertura do campo, facilitando a aproximação e abordagem com o grupo identificado.

Essa pesquisa é um marco no fortalecimento dessa agenda no Espírito Santo e reforça o compromisso do Instituto Jones do Santos Neves em prover e ampliar conhecimento que contribua para o debate e a compreensão dos desafios políticos inerentes à temática abordada.

Esperamos que o poder público, as universidades e os movimentos sociais se apropriem da metodologia e das informações produzidas. Apoiamos a realização de outros estudos que visem conhecer melhor quem está em situação de rua, bem como a promoção de políticas públicas qualificadas que os dignifiquem. Também endossamos a expectativa de que essa população seja incorporada nas estatísticas oficiais do país.

Boa leitura.

Prefácio

José Antonio Bof Buffon
Diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes)

Desenvolver uma política pública requer conhecimento sobre o assunto a ser tratado. Quando envolve um aspecto da vida humana, é necessário sensibilidade com as pessoas envolvidas e seriedade na definição das estratégias. Um dos grupos sociais mais vulneráveis em nossa sociedade é a população de rua, em relação à segurança, condições de sobrevivência, preconceito e acesso a serviços públicos de saúde e educação.

Neste contexto, o Governo do Estado assumiu o compromisso de realizar um amplo estudo para conhecer, de fato, as características e as necessidades dessas pessoas que vivem na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Como não gozam da plena cidadania, a abordagem a esses grupos se torna um trabalho desafiador para as equipes que pesquisam a temática, tendo elas de exercerem a empatia para se aproximarem e coletarem as informações que podem nortear as políticas sociais da administração pública.

A pesquisa foi demandada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) para subsidiar ações, planos e projetos para os dois segmentos. A partir daí, foi instaurada a parceria entre a pasta, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Por meio de um Termo de Cooperação assinado em 2016, a SEDH realizou a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec) gerido pela Fapes que, com toda a sua expertise em fomento, pôde gerenciar as bolsas dos pesquisadores que participaram do estudo.

Os resultados começaram a aparecer já há alguns meses com a divulgação pelo IJSN do relatório em abril deste ano. Agora, após a coleta e tratamento de dados, a publicação do livro "População em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória: perfil, vulnerabilidade e potencialidades", com uma análise mais aprofundada, se torna uma realidade.

Além de dar base à formulação de políticas públicas específicas, este livro vem também para ajudar a superar a escassez de informações sobre pessoas em situação de rua e se torna uma compilação de estatísticas valiosas para gestores públicos e pesquisadores, mas também para a sociedade em geral que ainda desconhece muitas características dessa parte da população. Dessa forma, a Fapes cumpre a sua missão de apoiar projetos destinados a geração e difusão de conhecimento aos capixabas e que proporcionem melhores condições de vida para os cidadãos.





Introdução

Contribuir para a compreensão e para dar visibilidade ao fenômeno social complexo da população em situação de rua (PSR)[1] é o que se propõe neste livro, que deriva de uma pesquisa inédita realizada no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)[2], fruto de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDH), o IJSN e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

A pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV investigou questões como: qual o perfil dessa população, quais os motivos que levaram esses sujeitos a esta situação, quais as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano, quais as principais atividades que desenvolvem em seu dia-a-dia, entre outras. O objetivo central foi gerar informações e dados estatísticos importantes sobre a PSR, com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas específicas para esse segmento.

Face a escassez reiterada de estatísticas no Brasil e no Espírito Santo sobre pessoas em situação de rua, a pesquisa se constituiu numa demanda não apenas do Governo do Estado, mas também dos movimentos sociais organizados.

Embora a PSR seja extremamente visível, principalmente nos grandes centros urbanos, causando constantes protestos da população domiciliada, ela sofre um processo constante de tentativa de invisibilização: um silenciamento marcado pela escassez de pesquisas e estudos acadêmicos, inclusive pelos censos demográficos brasileiros que não contabilizam estas pessoas. Embora haja estudos importantes sobre o tema, a realização de pesquisas sobre a PSR ainda corresponde a uma lacuna significativa a ser preenchida na sociedade, em vários campos teóricos. A ausência de estatísticas confiáveis e informações consolidadas, sem dúvida, já é parte do processo de exclusão a que as pessoas em situação de rua estão submetidas.

Ao revelarem-se a partir de lógicas diferentes dos padrões estabelecidos socialmente, as pessoas em situação de rua incomodam o *status quo*. Se por um lado, estar em situação de rua é uma condição, na maioria das

---

[1] Utiliza-se, em alguns momentos do texto, a sigla PSR para designar a população em situação de rua.

[2] O Relatório final da pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória encontra-se disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5063-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-da-regiao-metropolitana-da-grande-vitoria.

vezes, expressa na própria aparência individual, não permitindo ou reduzindo a margem para a elaboração de estratégias dissimulativas frente ao conjunto da sociedade, ampliando a margem para a construção social de estigmas diversos face a não aceitação social da alteridade; por outro, a exclusão social gera um mecanismo perverso de negação dessas existências concretas, exatamente pela incapacidade da sociedade elaborar estas "situações" ou "expressões" fora do que se estabelece como "padrão".

Essa tendência de silenciamento observada revela a importância de esforços em sentido contrário. Ações como a publicação deste livro, seguem nessa direção: contribuir para o debate e a compreensão dos desafios políticos inerentes à temática abordada. Conhecer os modos e práticas de vida dessas pessoas é um primeiro passo em direção à promoção de políticas públicas qualificadas.

Os resultados que se expressam aqui são reflexo de um desafio importante assumido pelo IJSN, não apenas pelo ineditismo da proposta – no âmbito do IJSN, do Governo do Estado e do próprio Espírito Santo –, mas também pela própria característica do segmento a ser pesquisado. Por se constituírem como vítimas de rejeição social em alto grau, o que se expressa, algumas vezes, como agressão ativa ou, ainda com maior frequência, numa recusa da sociedade a lhes prestar solidariedade ou apoio, essas pessoas facilmente agredidas e raramente defendidas, se veem, em extrema vulnerabilidade, ao que muitas reagem desenvolvendo uma "cultura de resistência" específica, com linguagens e hábitos próprios. Ou seja, trata-se de um segmento, a princípio, pouco acessível, pela própria trajetória vivenciada, o que exigiu um desenho metodológico específico para a realização da pesquisa[3]. A parceria com o Movimento Nacional da População em situação de Rua (MNPR) foi fundamental para a consecução do desenho metodológico da pesquisa proposta.

Mas, qual é a definição de "população em situação de rua"?

O fenômeno atualmente conhecido como População em "Situação de Rua" não é algo recente, alguns estudiosos (SILVA, 2006; PEREIRA, 2008; KUNZ, 2012; CUNHA, 2015; ROBAINA, 2015; TIENGO, 2016), vem realizando pesquisas acerca deste segmento social e suas mudanças no decorrer da história, embora ainda em número aquém do necessário para

[3] Ver capítulo 1.

uma compreensão adequada deste fenômeno tão complexo. Entretanto, esses estudiosos compreendem que é na contemporaneidade que esse fenômeno se configura entre os maiores desafios ao poder público e à sociedade em relação à garantia da efetivação dos direitos sociais básicos, tais como: alimentação, moradia, educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de emprego e renda, respeito as diferenças, entre outros.

Vale destacar que o termo população em situação de rua é algo recente em relação ao surgimento do fenômeno e sua utilização está associada ao reconhecimento de ações, embates e conquistas, estudos acadêmicos e produções literárias contemporâneas, decretos e leis que versam sobre este segmento social, que proporcionaram avanços históricos, pois, com o passar do tempo, esse fenômeno recebeu diversas nomenclaturas/denominações, muitas vezes pejorativas, tais como: mendigos, pedintes, marginalizados, sofredores de rua, moradores de rua, desafortunados, vagabundos, entre outros (PEREIRA, 2008; KUNZ, 2012; ROBAINA, 2015; TIENGO, 2016). Segundo Tiengo (2016, p.14):

> Até a década de 1980, o termo mendigo era o mais adotado pelos pesquisadores, a exemplo podemos citar as pesquisas de Stoffels (1977) e Di Flora (1987). Os termos mais usados na literatura atual são "população de rua" e "população em situação de rua", todavia, ambos possuem suas fragilidades.

Apesar das fragilidades, o termo “população em situação de rua” remete ao caráter processual vivenciado por essas pessoas, ao passo que ajuda a “[...] delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não tem outras características senão o fato de pertencer às ruas da cidade” (Giorgetti *apud* PEREIRA, 2008, p. 30).

As definições encontradas na literatura, inclusive em decretos e leis que versam sobre esse fenômeno, apontam que as pessoas em situação de rua são aquelas que, por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoitam nos logradouros da cidade. Também estão inclusas pessoas que pernoitam em albergues públicos ou de entidades filantrópicas, sem vínculo com algum local privado de moradia, conforme define o parágrafo único do Artigo 1° do Decreto N° 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

> Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a, p. 1).

Com base nas definições da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua pode-se afirmar que:

> Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-a-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como "população em situação de rua" (BRASIL, 2008, p. 3).

O cenário das ruas abarca uma heterogeneidade, que não se pode perder de vista, incluindo, além das pessoas que permanecem em situação de rua, aquelas cujas fontes de sobrevivência referem-se à própria rua. Como é o caso dos catadores de material reciclável, lavadores e guardadores de carro (flanelinhas), bem como os que vivem da mendicância e trabalhadores informais que, na maioria das vezes, habitam em áreas periféricas longe dos centros urbanos e eventualmente dormem nas ruas por conta da dificuldade de deslocamento e dos gastos que o mesmo pode gerar (ARAÚJO, 2000; CONDEIXA, 1995; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2009; KUNZ, 2012; ROBAINA, 2015).

Importante ressaltar também que, embora a definição das pessoas em situação de rua traga um vínculo estreito com dimensões "estruturais", especialmente socioeconômicas (extrema pobreza), ela não se reduz somente a essa. De acordo com Silva (2006), dentre esta multiplicidade de determinações e singularidades que compõe o fenômeno, estão fatores motivadores que podem ser:

> [...] estruturais (como a inexistência de moradia, de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimento dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool

> e outras drogas, infortúnios pessoais – morte de todos os componentes da família, roubo de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em fatos da natureza ou desastre de massas – terremotos, inundação, etc. Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e os problemas atinentes às situações de desabrigo (SILVA, 2006, p. 82).

As motivações possíveis não podem ser tomadas de forma individual como sendo determinantes para identificar o que leva as pessoas à "situação de rua", na maioria das vezes serão encontrados uma multiplicidade de fatores, conjugados de formas diferenciadas em cada trajetória individual.

Por outro lado, apesar da PSR ser um fenômeno que apresente características gerais e seja expressão da questão social, a análise da população em situação de rua em um território específico pode revelar particularidades vinculadas a este território, assim como dinâmicas especificas que precisam ser conhecidas, para que este conhecimento possa auxiliar a implementação de políticas públicas (SILVA, 2006).

> [...] o fenômeno da população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém, possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações cientificas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrenta-lo (SILVA, 2006, p. 95).

O resultado que é apresentado no relatório da pesquisa e aqui neste livro, de forma reorganizada, é fruto de intenso trabalho de estudo, de articulação e de diálogo. Foram entrevistadas 385 pessoas em situação de rua na

RMGV, ao longo de um mês de trabalho de campo, ocorrido em julho de 2017, em diferentes lugares: em logradouros públicos e nos serviços, como Centros Pop, Centro Dia e Abrigos. Espera-se que os resultados possam de fato ser úteis para gestores públicos, para os movimentos sociais organizados e para todos que desejam se aproximar e compreender um pouco mais sobre as pessoas em situação de rua, parte integrante da população da RMGV.

O livro está estruturado em cinco capítulos, além desta Introdução. No primeiro capítulo, "Pesquisa sobre pessoas que vivem em situação de rua: opções metodológicas", é feito um esforço de síntese para compartilhar a percepção sobre as especificidades da pesquisa com pessoas em situação de rua e as estratégias metodológicas adotadas. A construção do instrumento de pesquisa ocorreu de forma dialogada com diferentes sujeitos e a condução da coleta de dados contou com a participação ativa de membros do Movimento Nacional de População de Rua, que atuaram como articuladores de campo, trazendo um diferencial significativo para a pesquisa.

No segundo capítulo, "População em situação de rua: Perfil, Trajetória e Cotidiano" serão apresentados os dados gerais do perfil da população estudada, articulando estas informações com as trajetórias e os cotidianos relatados pelos sujeitos entrevistados.

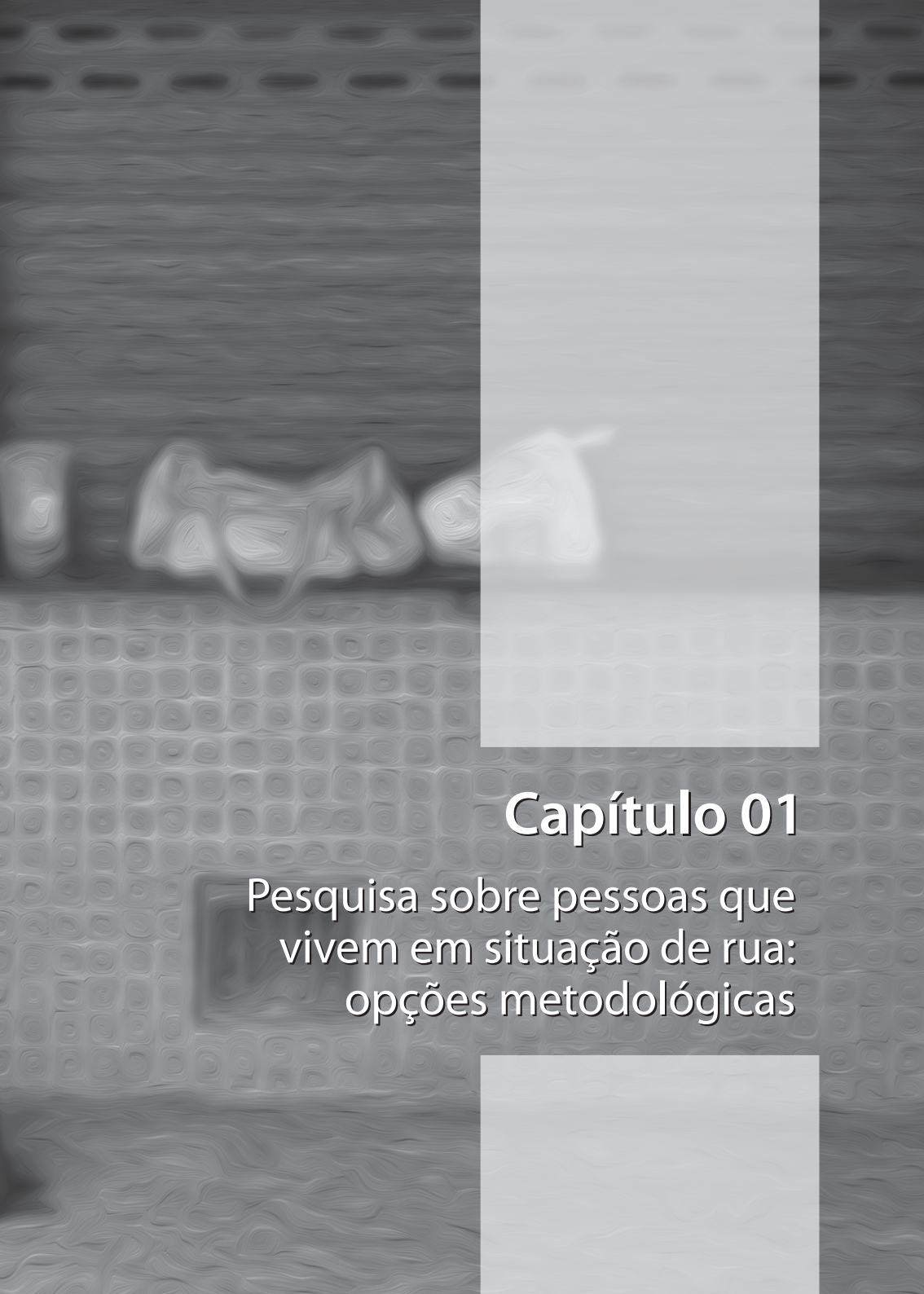
O terceiro capítulo, "Educação e Trabalho no cenário das ruas", apresenta os dados de educação e mercado de trabalho da população em situação de rua da RMGV, revelando aspectos que destoam da percepção que o senso comum tem desse segmento. Ao contrário do que se pensa, encontramos uma parcela significativa que acessou a educação e já esteve em algum momento inserida no mercado de trabalho com carteira assinada.

No quarto capitulo, "O desafio do acesso à Saúde para a população em situação de rua", a saúde é tematizada tendo como foco o acesso e o acolhimento vivenciados pelos sujeitos da pesquisa, suscitando questões relevantes para a formulação das políticas públicas para esta área.

Por fim, o quinto capítulo, "Desafios e potencialidades", se propõe a fazer um balanço dos dados obtidos na pesquisa, sinalizando alguns dos desafios inerentes à questão social da população de rua, assim como algumas potencialidades observadas.

O esforço de análise realizado neste livro visa contribuir para minimizar a tentativa reiterada de silenciamento (multi)institucional desses indivíduos, marcada pela ausência de informações e estatísticas relevantes para a compreensão da população em situação de rua, tendo como pressuposto que a produção de conhecimento é um passo fundamental em direção à formulação de políticas públicas qualificadas.





Capítulo 01

Pesquisa sobre pessoas que vivem em situação de rua: opções metodológicas

A pesquisa sobre PSR traz uma complexidade específica, por este motivo acredita-se que o relato das dificuldades e estratégias adotadas pode ser útil para outros pesquisadores e outras pesquisas a serem empreendidas.

Trabalhou-se na pesquisa com métodos qualitativos e quantitativos. Foram realizadas entrevistas presenciais, a partir de um questionário estruturado, onde vários aspectos relevantes da vivência em situação de rua foram captados. A construção deste questionário envolveu todo um processo dialógico, conduzido principalmente no âmbito do Grupo de Discussão sobre PSR, que será explicitado adiante. Se por um lado, havia a necessidade de produzir informações agregadas, passíveis de quantificação, evidenciando regularidades nos sujeitos participantes da pesquisa, por outro, havia também a percepção de que uma construção dialógica era fundamental, para garantir o acesso aos aspectos considerados relevantes a partir do olhar dos sujeitos da pesquisa.

Considera-se população em situação de rua as pessoas que, por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoitam nos logradouros da cidade ou em albergues/abrigos públicos sem vínculo com algum local privado de moradia, de acordo com o conceito instituído pela Política Nacional para a População em Situação de Rua no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

Esse segmento populacional, portanto, traz em si algumas características que dificultam o acesso ao mesmo. Por se constituírem como vítimas de rejeição social em alto grau, o que se expressa algumas vezes como agressão ativa ou, ainda com maior frequência, numa recusa da sociedade a lhes prestar solidariedade ou apoio, essas pessoas facilmente agredidas e raramente defendidas, se veem, em extrema vulnerabilidade, ao que muitas reagem desenvolvendo uma "cultura de resistência" específica, com linguagens e hábitos próprios. Ou seja, trata-se de um segmento, a princípio, pouco acessível, pela própria trajetória vivenciada.

As pessoas em situação de rua seguem lógicas diferentes dos padrões estabelecidos socialmente, o que tendem a colocá-las como outsiders[4] dentro sociedade. A sociedade tem inúmeras marcações, uma multipli-

[4] Conceito sociológico associado ao desvio de regras estabelecidas socialmente. Estas são produzidas na interação social, porém tendem a serem naturalizadas. As regras não deixam de ser reais por serem sociais. Nas dinâmicas sociais as regras, desvios e rótulos são impostos, ou seja, alguns pontos de vistas são definidos como mais legítimos do que outros (ver Becker, Howard S. 2008 [1963] **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de janeiro: Zahar, entre outros).

cidade de estruturas conceituais sobrepostas e nem sempre explícitas. Assim como a sociedade não reconhece as pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, eles também tendem a negar qualquer pessoa domiciliada, em especial os associados como agentes do governo, identificando-os como indivíduos cuja interlocução está sob suspeita.

Nesse sentido, para realização da pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, além da realização de pesquisa bibliográfica, com leitura de textos acadêmicos e demais pesquisas realizadas anteriormente em outros estados brasileiros ou em âmbito nacional, buscou-se também a realização de visitas e ou reuniões com técnicos e/ou gestores de vários serviços municipais que atendem ao público da pesquisa, como uma primeira etapa aproximativa, tanto do conceito de pessoas em situação de rua, quanto do fenômeno social em si. Interagir com profissionais que já atuavam diretamente com essa população era uma forma de captar, mesmo que indiretamente, parte da dinâmica a ser enfrentada pelos pesquisadores.

Em paralelo, buscou-se também a constituição do Grupo de Discussão sobre pessoas em situação de rua (GD Pop Rua), que contou com a participação de representantes estaduais do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR), técnicos dos serviços municipais da RMGV que atendem a este segmento, pesquisadores sobre PSR de instituições de ensino superior (IES), técnicos da SEDH e pesquisadores do IJSN. O GD Pop Rua chegou a contar com trinta e três (33) participantes, mas as reuniões contavam com uma média de participação em torno de vinte (20) pessoas, sendo que um grupo menor de onze (11) pessoas apresentou assiduidade elevada, com participação em praticamente todos os encontros.

A variação no número de participantes do GD relacionava-se, por um lado, com as agendas dos técnicos dos serviços municipais, nem sempre disponíveis pela própria contingência de seu trabalho. Por outro lado, relacionou-se diretamente também com a dificuldade financeira que os participantes que estavam em situação de rua tinham. Uma passagem de ônibus para deslocamento até a reunião, por exemplo, pode ter sido um dificultador real para alguns representantes do MNPR[5].

[5] Vale destacar que a equipe da pesquisa chegou a tentar viabilizar ajuda de custo institucional para a participação dos representantes do MNPR nas reuniões no Grupo de Discussão, entretanto, o mecanismo de financiamento da pesquisa não permitia esse tipo de gasto.

Para que todos os participantes pudessem organizar suas agendas pessoais, foi definido que o GD se reuniria toda segunda quarta-feira de cada mês. Foram realizadas cinco (05) reuniões ordinárias no período de dezembro de 2016 até maio de 2017. Também ocorreram reuniões extras com subgrupos do GD para fins específicos, como, por exemplo, a revisão e a adequação da linguagem do questionário, de forma a aproximá-lo de uma linguagem mais acessível ao público da pesquisa.

O objetivo central do GD Pop Rua foi o acompanhamento e troca de informações sobre a pesquisa, de modo a debater sobre as questões relevantes que deveriam ser captadas no instrumento de coleta de dados: uma entrevista estruturada em formato de questionário, com questões predominantemente fechadas e algumas questões abertas.

A discussão acerca das questões relevantes a serem captadas na pesquisa, permitia também, em paralelo, que fossem captados aspectos relativos à dinâmica do dia-a-dia, à linguagem própria da PSR, as dificuldades em jogo, entre outros.

Em relação ao questionário, embora os pesquisadores do IJSN tivessem uma formulação inicial do instrumento, a partir de suas experiências e da pesquisa bibliográfica realizada, optou-se por uma dinâmica de debate no GD que evitasse ao máximo o direcionamento prévio. Propôs-se, inicialmente, a discussão de quais os blocos temáticos ou temas macros deveriam ser abordados na pesquisa, como educação, trabalho, saúde, entre outros.

A partir da seleção dos blocos temáticos, cada um desses foi discutido, de modo a identificar quais aspectos seriam fundamentais investigar dentro deles. O que era fundamental saber dentro de cada tema elencado? As discussões travadas foram extremamente ricas e esclarecedoras. As trocas de saberes propiciadas nos encontros do GD foram fundamentais para a condução da pesquisa. Os integrantes do GD chegaram a suscitar a possibilidade de continuidade dos encontros, face à riqueza do processo observada por todos.

Na sequência, a partir dos registros dos debates feitos, a equipe do IJSN apresentava a síntese dos aspectos discutidos dentro de cada tema já em formato de perguntas e o grupo avaliava e discutia se a formulação proposta dava realmente conta de captar os aspectos sugeridos. Foi um trabalho construído numa perspectiva dialógica, onde os diversos atores foram estimulados a participar e opinarem a partir de seus pontos de vista, de seus lugares de fala.

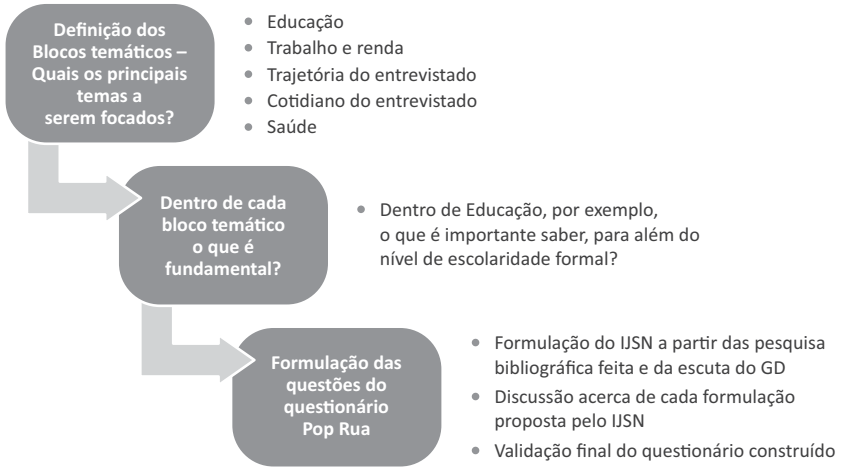
Vale ressaltar que a discussão dos temas e aspectos foi embasada tanto na descrição da dinâmica das pessoas em situação de rua e dos sentidos atribuídos por estas pessoas aos diversos tópicos a serem investigados quanto na percepção de todos presentes acerca da relevância da informação para a formulação de políticas públicas para o segmento em foco. Havia uma grande preocupação do grupo em adequar o instrumento de coleta de dados tanto ao que, de fato, faria sentido para as pessoas que responderiam ao questionário, quanto para a formulação das políticas. As questões formuladas para o questionário foram avaliadas no sentido de atenderem não apenas a dimensão técnica, mas de buscarem captar aspectos importantes também para o segmento pesquisado.

A última reunião do GD teve como pauta a apresentação do questionário construído em sua totalidade, o que foi validado pelo conjunto dos participantes do GD. O quadro 1 ilustra a sequência das discussões realizadas no âmbito do GD.

Após a construção do questionário, a partir das discussões no GD, foi feito um pré-teste com algumas pessoas em situação de rua na região do Centro de Vitória, especificamente na Praça Costa Pereira. A realização desse pré-teste permitiu o aprimoramento do instrumento, com pequenos ajustes principalmente no sentido de atender ao princípio de clareza das questões.

Quadro 01

Sequência das discussões realizadas nas reuniões do GD Pop Rua:



Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES).

O questionário ficou estruturado em seis blocos, com questões abertas e fechadas, contemplando as seguintes temáticas: identificação do entrevistado; educação; trabalho e renda; trajetória; cotidiano e saúde.

Os dados coletados a partir das questões abertas foram agrupados, após análise, em categorias. Tendo como referência os estudos de Minayo (2004, p. 70), a palavra categoria refere-se a um conceito que abrange elementos com características semelhantes ou que se relacionam entre si. Em suas palavras:

> As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa (MINAYO, 2004, p. 70)

O território de abrangência da pesquisa foi a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Trata-se de uma pesquisa amostral, ou seja, trabalhou-se apenas com uma parcela significativa da população alvo da pesquisa, com vistas a gerar informações e estatísticas sobre o segmento pesquisado, sem pretensões de realização de um censo[6].

A amostragem realizada foi "não probabilística", face à impossibilidade de se ter de antemão uma lista completa de indivíduos que formam o universo da PSR da RMGV que permitisse um sorteio aleatório dos indivíduos a serem entrevistados, ou seja, face à ausência do marco amostral. Trabalhou-se, então, com uma amostra de conveniência, onde foram entrevistados os indivíduos localizados nos logradouros[7] e instituições públicas e que se dispuseram a participar do estudo.

Embora a amostragem utilizada, a rigor, não permita generalizações para o conjunto da população estudada, pelas características do público alvo pesquisado, pode-se afirmar que a amostra construída não introduziu viés em relação à população total, sendo seus resultados uma imagem representativa do universo estudado.

---

[6] Embora houvesse uma demanda dos movimentos sociais organizados para a realização de um censo, a análise do IJSN em conjunto com a SEDH indicou que não havia viabilidade financeira para a realização de uma pesquisa com caráter censitário. Além disto, a análise técnica evidenciou que uma pesquisa amostral forneceria com segurança as informações desejadas para a formulação de políticas, como o perfil socioeconômico e as vulnerabilidades vivenciadas pelas pessoas em situação de rua.

[7] Ruas, avenidas, praças, etc.

Para a definição do tamanho da amostra (número de indivíduos a serem entrevistados), utilizou-se uma proxy (medida aproximativa e indireta do fenômeno social) para estimar a população total de pessoas em situação de rua.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada em 2007-2008, em 71 municípios brasileiros, considerada o primeiro Censo Nacional com a população em situação de rua no Brasil, o contingente de pessoas em situação de rua foi estimado na época em 0,061% da população total. Esta pesquisa assinala que outros levantamentos realizados (como em São Paulo, Belo Horizonte e Recife) encontram índices semelhantes. O terceiro censo de População em situação de rua e Migrantes de Belo Horizonte, por exemplo, realizado em 2013, indicou um percentual semelhante: 0,074% da população total daquele município vivia em situação de rua naquele ano.

Nesse sentido, por aproximação e face a ausência de outros dados mais precisos para o estado do Espírito Santo, essa pesquisa estimou o universo a ser pesquisado em 0,08% da população da RMGV, para efeitos de planejamento do trabalho a ser realizado. Esta estimativa é apenas uma proxy ou medida aproximativa e indireta do fenômeno social das pessoas em situação de rua.

Desse modo, o contingente total de pessoas em situação de rua na RMGV – no período do planejamento da pesquisa – seria aproximadamente 1.548 indivíduos[8], considerando-se que a estimativa para a população total da RMGV, em 2016, era de 1.935.483 pessoas, segundo o IBGE.[9]

Vale reiterar, como afirmado anteriormente, que pelo fato do universo não ser conhecido, esta pesquisa não pode trabalhar com uma amostra probabilística, onde se tem um marco amostral previamente definido e a escolha dos entrevistados é aleatória. Entretanto, se fosse possível a definição de uma amostra probabilística no universo de pesquisa em questão, uma amostra de 308 pessoas nos possibilitaria uma margem de erro e nível de confiança aceitáveis (5% e 95%, respectivamente). Esses parâmetros ilustrativos do cenário de uma amostra probabilística forne-

[8] Vale destacar que o objetivo deste trabalho não é quantificar as pessoas em situação de rua. O uso dessa proxy (o universo das pessoas em situação de rua ser estimado em 0,08% da população) cumpre apenas a função de ser um parâmetro para a definição do tamanho da amostra, possibilitando que esta seja representativa do universo pesquisado.

[9] Estimativa da população residente nos municípios brasileiros com data de 1° de julho de 2016.

cem para o leitor uma dimensão da validade da amostra realizada, apenas como recurso heurístico aproximativo.

Trabalhou-se então, no planejamento de campo, com a perspectiva de realização de uma amostra inicial mínima de 350 entrevistas. Embora o território de análise fosse a Região Metropolitana, buscou-se distribuir as entrevistas entre os municípios da RMGV de acordo com a distribuição populacional observada para cada um deles. Nesse sentido, levando-se em conta apenas a estimativa populacional dos municípios que compõe a região, associada à proxy da estimativa de pessoas em situação de rua mencionada anteriormente, a amostra deveria ter a seguinte configuração:

Tabela 01

Plano de distribuição das entrevistas entre os municípios da RMGV

Municípios	Distribuição percentual das entrevistas (%)	Número de entrevistas a realizar
Cariacica	20	70
Fundão	1	4
Guarapari	6	22
Serra	26	89
Viana	4	14
Vila Velha	25	87
Vitória	19	65
RMGV	100	350

Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Adicionalmente, buscou-se também, na definição do planejamento de campo, associar a proxy da estimativa de pessoas em situação de rua ao número de atendimentos realizados pelos serviços municipais, buscando equilibrar o número de pessoas que deveriam ser entrevistadas nos logradouros públicos e o número de pessoas que deveriam ser entrevistadas nos serviços de atendimento às pessoas em situação de rua.

Isso porque a relação ou não com os serviços, necessariamente, impacta também na visão acerca dos mesmos. Entrevistar apenas as pessoas que não acessam aos serviços, ou por oposição, apenas pessoas inseridas nos serviços de abrigamento ou de atendimento ao longo do dia como os Centros Pop, poderia enviesar os resultados, apresentando uma tendência específica. Por isso foi feito um esforço de equilibrar o máximo possível o número de entrevistados nas ruas e o número daqueles entrevistados nos serviços. Obviamente tal desejo de distribuição não teve como ser seguida rigidamente, face à própria dinâmica da população de rua e a diferença entre os serviços ofertados pelos municípios.

A despeito do planejamento realizado, a pesquisa precisava estar atenta à dinâmica real da PSR da RMGV. Observou-se que a própria configuração metropolitana do território, tendia a alterar a distribuição espacial do segmento populacional participante do estudo. Municípios como Viana, por exemplo, tendem a apresentar um número bem menor de pessoas em situação de rua, assim como Vitória tende a concentrar um número maior de pessoas em situação de rua, destoando da proxy definida a partir da observação de parâmetros nacionais. Nesse sentido, apesar de ter como referência inicial a distribuição esboçada no planejamento citado (ver tabela 01), cabe salientar que alterações poderiam ser feitas a partir da realidade observada.

A equipe de entrevistadores foi a campo sempre com uma quota mínima inicial, tanto para o total de entrevistas a serem realizadas por município, quanto para o número de entrevistas a serem realizadas nos serviços como abrigos ou Centros Pop ou Centro Dia.

Em todos os municípios as quotas totais estabelecidas foram cumpridas, com variação positiva, com exceção de Viana e Cariacica (ver tabela 02). No município de Viana a previsão era de realização de quatorze (14) entrevistas e só foi possível realizar duas (02). No município de Cariacica, a quota total de entrevistas previstas era setenta (70) e foram realizadas cinquenta e sete (57). Tanto em Viana quanto em Cariacica, a equipe teve o cuidado de realizar mais de uma tentativa de cumprimento das quotas estabelecidas, tendo sido realizadas duas visitas de campo em Viana[10] e seis visitas de campo em Cariacica[11].

Tabela 02

Distribuição das entrevistas planejadas e realizadas, por municípios da RMGV

Municípios	Número de entrevistas planejado	Número de entrevistas a realizar
Cariacica	70	57
Fundão	4	6
Guarapari	22	26
Serra	89	90
Viana	14	2
Vila Velha	87	89
Vitória	65	115
RMGV	350	385

Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

[10] Dias 20 e 26 de julho de 2017.

[11] Dias 11, 19, 20, 21 e 26 de julho de 2017.

Dentre os fatores que provavelmente interferiram na dinâmica efetiva do trabalho de campo previsto estão a própria característica do público alvo de não ser domiciliado (o que dificulta evidentemente um acesso rigidamente planejado), somada à própria dinâmica das pessoas em situação de rua, num contexto metropolitano, marcado não apenas pela centralidade da capital Vitória, mas também pela proximidade geográfica entre a maioria dos municípios que compõem a RMGV.

Vitória como capital tende a apresentar um fluxo populacional mais intenso, uma maior oferta de trabalho e uma concentração de serviços, entre outras características, que impactam na dinâmica também das pessoas em situação de rua.

O número menor de entrevistas realizadas em Viana e Cariacica foi contrabalançado pelo acréscimo de entrevistas nos outros municípios, conforme pode ser observado na tabela 02. Como afirmado anteriormente, a unidade territorial de análise foi a RMGV e não os municípios isoladamente[12]. Neste sentido, o total de entrevistas realizadas foi bem representativo do universo investigado.

Vale destacar que a ida a campo contou com boa receptividade dos entrevistados. Foram realizadas trezentos e oitenta e cinco (385) entrevistas na RMGV no mês de julho de 2017. Todos os entrevistados informaram ter dormido em ruas, abrigos ou albergues nos últimos quinze dias.

A tabela 03 indica a distribuição das entrevistas por município e por local de realização da entrevista, se logradouro público, abrigo ou Centro Pop ou Centro Dia.

Tabela 03

Total de entrevistas realizadas por local (logradouro ou serviço) e município

Município	Número de entrevistas e local de realização			Total
	Entrevistas em logradouros públicos	Entrevistas em abrigos	Entrevistas em Centro Pop ou Centro Dia	
Cariacica	38	19	-	57
Fundão	6	-	-	6
Guarapari	12		14	26
Serra	24	20	46	90
Viana	2	-	-	2
Vila Velha	52	10	27	89
Vitória	63	17	35	115
RMGV	197	66	122	385

Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

[12] A representatividade da pesquisa é RMGV. Se o foco fosse os municípios, enquanto unidades territoriais, isto implicaria outra construção da amostra, muito maior em termos numéricos.

A entrada em campo para a realização das entrevistas contou com algumas pessoas que foram figuras centrais no processo: **os articuladores de campo**. A pesquisa contratou três articuladores de campo com vivência de situação de rua e, principalmente, atuação junto ao Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR).

A contratação dos articuladores de campo constituiu-se como uma das estratégias centrais da pesquisa. A realização de pesquisas com populações excluídas socialmente e muito estigmatizadas, como é o caso da população em situação de rua, tende a apresentar dificuldades básicas de acesso à população alvo do estudo. O que é perfeitamente compreensível: Por que responder a um pesquisador que é parte de uma sociedade que me nega reiteradamente? Ou ainda pior, porque atender a um representante do poder público, que não pode me oferecer nenhum serviço específico? Estas são indagações perfeitamente lógicas e plausíveis de terem sido formuladas pelo público da pesquisa. Nesse sentido, os articuladores de campo tinham a tarefa principal de dialogar com seus pares, informando a relevância da pesquisa.

Os articuladores de campo deveriam ser pessoas com boa capacidade de diálogo e comunicação, iniciativa, proatividade, conhecimento da realidade das pessoas em situação de rua e indicativo de compromisso com a realização da pesquisa (compreensão da sua importância). Características comuns aos militantes do MNPR. Além disso, deveriam ter disponibilidade de 30 horas semanais para atuar na pesquisa e flexibilidade de horário de atuação.

Para a seleção dos articuladores de campo solicitou-se ao MNPR estadual a indicação de até nove (9) pessoas com o perfil desejado e, a partir destas indicações, a equipe da pesquisa realizou uma seleção com base em entrevistas. Os articuladores começaram a atuar uma semana antes da realização das entrevistas e suas atribuições principais foram:

- Contribuir com a execução da pesquisa sobre pessoas em situação de rua, compartilhando informações e conhecimentos sobre o segmento pesquisado;
- Apresentação da pesquisa aos pares: divulgação e mobilização;
- Identificação dos locais e horários de maior fluxo das pessoas em situação de rua;
- Acompanhamento do treinamento dos bolsistas entrevistadores de campo;
- Acompanhamento da aplicação dos questionários.

Para o planejamento da etapa de realização das entrevistas, a equipe do IJSN solicitou aos serviços de abordagem de rua dos municípios um mapeamento prévio dos pontos de maior concentração de pessoas em situação de rua, como um ponto de partida para o roteiro de campo. Complementando estas informações, os articuladores de campo passaram uma (1) semana auxiliando na definição dos roteiros de campo a partir da identificação dos locais de maior fluxo de sujeitos em situação de rua.

Outra estratégia metodológica importante foi a contratação de pessoas em situação de rua para atuarem como entrevistadores. Assim, além dos articuladores de campo, buscou-se também, para a realização das entrevistas, a contratação de bolsistas com vivência em situação de rua e/ou vínculo com o MNPR. A coordenação da pesquisa tinha nítida compreensão da importância da realização da parte de campo da pesquisa por pares, face ao perfil do segmento a ser pesquisado. O desejo era que todos os entrevistadores selecionados tivessem esse perfil (ter vivencia em situação de rua e/ou vínculo com o MNPR).

Entretanto, um dos requisitos para a concessão da bolsa de pesquisa FAPES, para atuação como entrevistadores, era ter no mínimo ensino médio completo. Essa exigência ia ao encontro também do fato dos entrevistadores precisarem ter um nível de escolaridade mínimo que permitisse entender o questionário e expressá-lo com clareza, além da necessidade de uma escrita legível, uma vez que foi feita a opção pela impressão dos questionários.

O desejo de contratação de bolsistas entrevistadores com vivencia de situação de rua encontrou vários limites, explicitados com mais detalhes no relatório final da pesquisa. Por fim, a equipe de entrevistadores foi composta por três (03) pessoas que tinham vivência em situação de rua e/ou vínculo com o MNPR, cinco (05) pessoas selecionadas pela formação acadêmica e/ou experiência profissional próxima ao perfil pretendido, mais duas (02) pessoas da equipe interna da Coordenação de Estudos Sociais do IJSN.

Toda a equipe, composta por dez (10) entrevistadores, três (03) articuladores de campo e um (01) bolsista supervisor de campo, passou por um treinamento antes da ida a campo. O treinamento possibilitou a discussão sobre os objetivos da pesquisa e sua importância, a postura necessária ao pesquisador e cuidados na abordagem dos entrevistados, estudo do questionário e simulação da aplicação do mesmo, assim como espaço para tirar dúvidas.

Após o treinamento, a equipe foi a campo com as seguintes tarefas:

a) realizar entrevistas com pessoas em situação de rua que se disponibilizassem;

b) georreferenciar os locais visitados e;

c) registrar o número de pessoas em situação de rua avistadas, mesmo que não tenham sido entrevistadas.

A ida a campo sempre ocorreu em grupo. A pesquisa contou com uma van que conduzia a equipe até os locais de entrevista, de acordo com o mapeamento inicial feito. Em alguns momentos, a equipe se dividiu em dois ou três grupos, conforme a orientação da coordenação ou do supervisor de campo. Mas a divisão do grupo sempre foi evitada, inclusive por medida de segurança[13].

A maioria das entrevistas ocorreram pela manhã (65,2%), algumas foram no período da tarde (28,6%) e outras, em menor número, no período da noite (6,2%). A ida a campo predominantemente no período matutino foi resultado da observação realizada nos primeiros dias de campo, assim como da orientação recebida dos articuladores de campo, que afirmaram ser o melhor período para encontrar um número maior de pessoas concentradas nos pontos mapeados[14].

Os dados coletados nas entrevistas estruturadas foram digitados, formando uma base de dados no SPSS[15], software voltado para a análise de dados em ciências sociais. A partir desta base de dados foi possível gerar não apenas as informações básicas (frequências das respostas) como também tabelas que cruzam mais de uma variável observada, material posteriormente organizado em gráficos e tabelas de resultados descritos e analisados no relatório final da pesquisa.

---

[13] Em um dos campos realizados na região de Jacaraípe, na Serra, por exemplo, a equipe foi abordada por alguém da região que solicitou que se encerrassem as entrevistas imediatamente. Ao buscar informações com outros transeuntes do bairro, soube-se que na semana anterior, naquele mesmo local, havia ocorrido um conflito armado, envolvendo o tráfico de drogas ilícitas.

[14] Pela manhã a maioria ainda não começou o "corre" - termo utilizado para indicar a movimentação em busca de recursos financeiros, alimentos, entre outras necessidades -, portanto não estão dispersos, e aqueles que usam substâncias psicoativas (como álcool ou outras drogas) provavelmente ainda não iniciaram o consumo.

[15] Originalmente o termo remete a StatisticalPackage for the Social Sciences, hoje IBM® SPSS®Statistics.

Importante salientar que a pesquisa se comprometeu com a não identificação das pessoas entrevistadas. Todos os resultados são apresentados de forma agregada, sem intenção de identificação individual das respostas obtidas.

Cada ponto visitado na etapa de campo da pesquisa foi georreferenciado. Buscou-se também identificar e registrar o número de pessoas em situação de rua avistadas, mesmo que não tenham sido todas entrevistadas. Essas informações correlacionadas (pontos georreferenciados e número de pessoas em situação de rua entrevistadas e/ou apenas registradas) possibilitou a geração de dois mapas:

1) um mapa que informa os pontos de **concentração de pessoas em situação de rua**, onde cada visita a campo foi georreferenciada, associando a cada ponto o número de pessoas em situação de rua avistado, independentemente da concessão ou não de entrevistas. Neste caso, em locais onde houve mais de uma visita, em dias diferentes, considerou-se o número maior de pessoas registradas.

2) Outro mapa que se refere aos locais com o número de **entrevistas realizadas**. Neste caso, foi feita a soma do total de entrevistas realizadas por local, independente da data de realização nos casos que envolveram mais de um dia de visita a um mesmo ponto de concentração georreferenciado.

Os mapas foram produzidos pela Coordenação de Geoprocessamento do IJSN com base na coleta dos dados captados durante a pesquisa. Utilizou-se o Programa ArcMap® para confeccionar os mapas, onde empregou-se a função de "densidade Kernel[16]", presente na extensão Spatial Analyst, para sua elaboração. O estimador de densidade kernel permite a rápida visualização da densidade de ocorrência de determinado fenômeno, neste caso, a concentração de pessoas em situação de rua. Dentre suas vantagens está o destaque de áreas que merecem atenção, independentemente das divisões político-administrativas. Assim, tem-se uma visão geral da intensidade do processo em todas as regiões do mapa. Para esta pesquisa o raio de distância utilizado foi 1 km^2 a partir de cada ponto da amostra.

[16] "Kernel", palavra cuja tradução do inglês significa "núcleo", em geotecnologias, corresponde a um procedimento estatístico que permite visualizar a intensidade de um processo com relação a um valor central (o núcleo).

O resultado desse percurso aqui descrito, que buscou mesclar tanto estratégias qualitativas de acesso às informações, quanto recursos quantitativos de análise, foi apresentado, como um esforço de síntese, no relatório final da pesquisa e, de modo reorganizado, também nesse livro, objetivando dar visibilidade aos aspectos importantes observados.

Obviamente, pelo caráter "quantitativo[17]" da pesquisa realizada, não foi possível aprofundar, como seria desejável, cada uma das dimensões abordadas, nem registrar com detalhes as centenas de histórias que cruzaram a investigação proposta, por meio da disponibilidade de responder aos questionários. A vida de cada um dos participantes da pesquisa certamente tem elementos para a construção de vários livros. A equipe de campo (entrevistadores e articuladores de campo, em especial) teve contato com diversas narrativas profundas, com subjetividades diversas e complexas, que dificilmente poderiam ser captadas no âmbito da pesquisa proposta. Ademais, sabe-se que nenhuma pesquisa tem a possibilidade de descortinar toda a complexidade que a realidade encerra e em nenhum momento esta pretensão fez parte da pesquisa realizada.

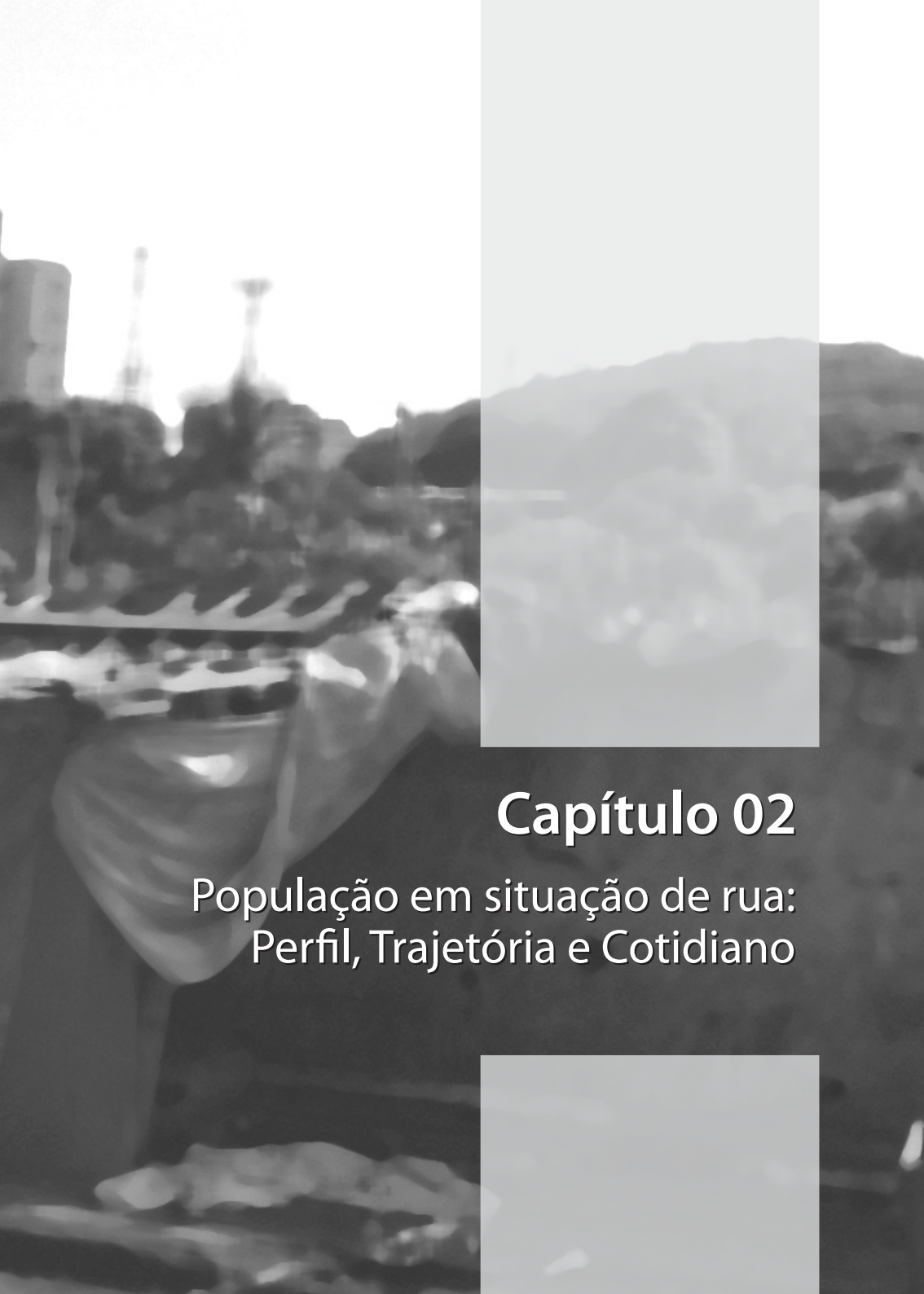
Entretanto, certamente dimensões relevantes foram alcançadas e compartilhadas. Mesmo numa perspectiva de análise agregada, possibilitou-se o registro da voz e das histórias de diversos sujeitos, que sempre foram silenciados de diversas formas. Espera-se que outras pesquisas possam ser empreendidas complementando as informações que não foram alcançadas pelos limites próprios das estratégias metodológicas adotadas. A intenção foi contribuir com a compreensão desse universo complexo e marcado por diversas vulnerabilidades[18].

---

[17] Embora esta pesquisa incorpore dimensões qualitativas nos métodos utilizados, configurando-se os métodos utilizados como quali-quantitativos, o foco era a produção de informações agregadas e passíveis de quantificação, a observação de regularidades no grupo estudado.

[18] Vale ressaltar, que o universo estudado encerra em si outros universos, como por exemplo as pessoas trans/que se encontram em situação de rua. Tem uma especificidade aí que difere de qualquer outra condição vivenciada por outras pessoas em situação de rua. Portanto, falar de pessoas em situação de rua é uma aproximação teórica que não dá conta de toda a diversidade presente sob este rótulo. Generalizações são úteis, mas não devem subsumir completamente as especificidades, sob o risco de empobrecimento e reducionismo da realidade observada. Tentar-se-á manter isto em mente ao longo das análises feitas.





Capítulo 02

População em situação de rua: Perfil, Trajetória e Cotidiano

Conforme salienta Robaina “compreender o que constitui a população 'em situação' de rua não é uma tarefa fácil. Estabelecer critérios e variáveis que identifiquem, delimitem e classifiquem esta população é um verdadeiro risco, ainda que, muitas vezes, necessário [...]” (ROBAINA, 2015, p. 24). Inserem-se nesse processo de compreensão a articulação entre dimensões estruturais e relacionais, nem sempre facilmente conciliáveis.

Partindo dessa constatação, a pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV entrevistou 385 pessoas em situação de rua, no interesse de compreender suas trajetórias, situações concretas de vivências e experiências que compõem o cotidiano desse segmento populacional, tendo como objetivo contribuir para a criação/implantação de políticas públicas que dialoguem com as necessidades apontadas pela PSR.

Não foram entrevistadas pessoas com idade inferior a 18 anos completos, uma vez que para a inserção deste público (crianças e adolescentes), a pesquisa demandaria outros procedimentos metodológicos de investigação. O foco foi especificamente a população adulta em situação de rua na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Desta forma, após um diálogo para apresentação da pesquisa, o entrevistador iniciava o questionário com uma questão que visava identificar o público alvo do estudo, abordando a seguinte questão para o entrevistado: “Nos últimos 15 dias, você dormiu pelo menos um dia nas ruas, em abrigos ou albergues?”. Para confirmar se, de fato, o entrevistado atendia ao perfil da pesquisa realizou-se, para tanto, uma segunda pergunta: “Quantos dias por semana você dorme nas ruas, abrigos ou albergues?”. Essas perguntas foram utilizadas para filtrar e distinguir o público que atendia ao perfil do referido estudo. Destarte, compartilhou-se do mesmo entendimento apresentado no documento “Rua Aprendendo a Contar” de 2009 que apresentou os resultados da pesquisa nacional realizada com pessoas em situação de rua:

> Quando o entrevistado respondeu que costumava dormir na rua, calçada, viaduto, praça, rodoviária, cemitério, praia, barco ou em outro lugar que pudesse ser caracterizado como “rua” ou albergue, abrigo, casa de passagem ou outra instituição que acolhe pessoas em situação de rua, a entrevista prosseguiu. Quando a pessoa abordada respondeu que estava circunstancialmente dormindo na rua (porque bebeu muito, brigou com o cônjuge ou com um

> familiar, perdeu o ônibus para retornar para o interior etc.) ou quando respondeu que estava apenas trabalhando ou passando pelo local e depois voltaria para sua residência, o questionário foi encerrado por não cumprir com os critérios definidos previamente para a conceituação da população em situação de rua (BRASIL, 2009b, p. 20-21).

2.1 Quem são as pessoas que estão em situação de rua?

De acordo com as informações levantadas pela Pesquisa sobre a População em Situação de Rua na RMGV, observa-se que a maior parte da PSR é constituída por pessoas que dormem todos os dias da semana nas ruas, abrigos/albergues (90,9%); formada por um quantitativo expressivo de migrantes de outros estados (43,1%); a maioria é do sexo masculino (81,6%); com predominância de negros (77,6% – soma de pardos e pretos) e uma parcela significativa está na faixa etária entre 30 e 39 anos (37,4%).

A disparidade entre o número de homens e de mulheres que vivenciam a situação de rua é um dado que chama a atenção. De acordo com os dados da pesquisa, 81,6% (314) são do sexo masculino e 17,9% (69) do sexo feminino. Diante dessa informação, faz-se necessário reconhecer que certas especificidades da mulher podem potencializar a vulnerabilidades dessas, conforme relatado no documento que apresenta os resultados da Pesquisa nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b, p. 157-158):

> [...] A vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que nos casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por parte de mulheres que não esteja em situação de rua. Isto porque são consideradas frágeis e, portanto, "menos adaptadas" a esta situação extrema, o que faz com que sejam percebidas como "vítimas fáceis".
>
> Além destas dificuldades, a vida nas ruas para essas mulheres exige também que lidem, cotidianamente, com uma diversidade de fatores e situações que envolvem diariamente a relação com o corpo, a sexualidade e, algumas vezes, o cuidado dos filhos [...]. Estas situações, por sua vez, implicam na necessidade de criarem estratégias especificas de sobrevivência, conforme se observa em

outras pesquisas, optando muitas vezes por se "travestirem" a fim de evitarem – ao menos reduzirem as chances – as violências, especificamente as sexuais.

Envolve ainda a necessidade de lidar (e porque não, reinventar) com o estereótipo criado com base em uma imagem "feminina ideal" – da "mulher-mãe", a "mulher-cuidadora" – estereótipo presente tanto no senso comum quanto nas próprias políticas públicas (especialmente da Assistência Social) que valorizam o papel da mulher dentro da família.

Ressalta-se que vivemos em uma sociedade machista, onde socialmente recai sobre as mulheres desde a tenra idade assumir os papeis de cuidar de si, do outro e da casa; enquanto os meninos são, no geral, isentos dessas responsabilidades. Na fase adulta a mulher assume uma carga ainda maior de responsabilidades perante a família e a sociedade: como responsável pelo domicílio e pela família, mãe, cuidadora, estudante, trabalhadora, entre outros. Esses papeis sociais, historicamente construídos, podem ajudar a compreender a predominância dos homens em situação de rua, uma vez que o espaço da rua (em oposição ao lar) sempre lhes foi atribuído com mais intensidade. Obviamente, dada a complexidade da questão, não há aqui neste texto a pretensão de esgotar as possibilidades de resposta ou oferecer pouso seguro as interpretações, o interesse deste texto é de provocar certas reflexões ao invés de simplesmente naturalizar o dado evidenciado.

Em relação à identidade de gênero a pesquisa identificou que 79,2% (305) dos entrevistados identificam-se como homens, 17,7% (68) como mulheres, além de 5 (cinco) pessoas que se identificaram como travestis, sendo 2 (dois) como homem transexual e 1(uma) como mulher transexual, totalizando cerca de 2% dos entrevistados como pessoas trans. Inicialmente, a análise desta questão poderia chamar pouca atenção em virtude do baixo índice de entrevistados que se identificaram como transgêneros. Entretanto, tem-se aqui um desafio importante para as políticas públicas voltadas para as PSR: como lidar com a gama de diversidade que perpassa a população em situação de rua? Os operadores das políticas públicas voltados para a PSR possuem formação em Direitos Humanos que inclua a temática da transfobia e seus efeitos?

Certamente, as pessoas trans em situação de rua compõe um segmento que é, no mínimo, duplamente vulnerável. Esse segmento tende a encontrar entraves maiores e mais perversos em situação de rua, corre o

risco de desrespeito até em espaços que ofertam políticas públicas de garantias de direitos, em virtude dos preconceitos e da sobrecarga de estigmas que recaem sobre ele. Dentre as dificuldades adicionais à situação de rua estão a prática ainda comum de desrespeito ao nome social, ao uso correto do gênero ao qual se identificam, entre outros.

A predominância de negros dentro da PSR também é muito expressiva, fato que vai ao encontro dos resultados de pesquisas realizadas em outros estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Cabe mencionar a pesquisa em nível nacional que englobou 71 municípios brasileiros, realizada pelo Governo Federal, em 2007/2008, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, que na época estimou que o Brasil possuía cerca de 31.922 pessoas adultas em situação de rua e que dentre o público entrevistado 39,1% declaram-se pardos e 27,9% pretos (soma de pretos e pardos em situação de rua 67%) (BRASIL, 2009).

Embora haja um hiato de 10 anos entre a pesquisa realizada pelo Governo Federal em 2007/2008, a pesquisa realizada pelo IJSN apresenta dados semelhantes e ainda mais expressivos em termos da concentração de negros dentro da PSR: 77,6% dos entrevistados da RMGV são negros. Esse dado sinaliza a dívida que estado brasileiro tem com população negra, assim como a importância das políticas afirmativas para negros no país[19].

Quanto às faixas etárias da PSR, a pesquisa indicou que 37,4% (144) dos entrevistados têm entre 30 e 39 anos; 20,8% (80) possuem entre 40 e 49 anos; 14,3% (55) são jovens, visto que têm entre 18 e 29 anos. Ou seja, a maioria está em idade ativa e potencialmente pode compor a força de trabalho ou a população economicamente ativa[20]. Contudo, a pesquisa apontou ainda um baixo nível de escolaridade e uma precária qualificação profissional, como características que compõem parte do perfil desta população na RMGV[21].

---

[19] Estudos no âmbito da sociologia e da história têm reiteradamente mostrado as consequências do processo abolicionista no país, cujas repercussões podem ser sentidas até hoje. Após a abolição não houve a inserção de negros anteriormente escravizados em quaisquer políticas de cunho social naquele momento, sendo relegados ao completo abandono social, político e econômico.

[20] Força de trabalho ou PEA – População economicamente ativa corresponde ao conjunto de pessoas ocupadas ou que estão em busca de ocupação no mercado de trabalho.

[21] As questões relacionadas ao trabalho serão discutidas no capítulo 03 deste livro: Educação e mercado de trabalho no cenário das ruas.

Como resultado desse quadro, há uma escassez de ofertas de trabalho onde a PSR possa concorrer a vagas de emprego, além de vários outros entraves enfrentados.

> Quando a pessoa em situação de rua supera todos esses obstáculos e consegue um trabalho formal, ela acaba dependendo das instituições voltadas para a população em situação de rua para alimentar-se e dormir, precisando cumprir diversas regras e horários. Seguir essas regras relacionadas aos horários para entrada no albergue e das refeições representa faltas e atrasos nos trabalhos, o que motiva sua demissão (TIENGO, 2016, p. 59).

Logo, é no trabalho informal, ao qual este público é relegado, que se encontra em atividade a maior parcela deste segmento populacional. Entretanto, mesmo a inserção desses sujeitos no mercado informal de trabalho muitas vezes não é reconhecida, tão pouco valorizada, o que dificulta a diminuição do estigma sobre a PSR e a promoção de sua emancipação em relação à situação vivenciada.

Esse efeito tende a ganhar mais intensidade entre a parcela jovem da população em situação de rua, onde os conflitos existenciais e de afirmação de identidade tendem a ser mais fortes. Dentre os entrevistados, 55 pessoas possuíam idade entre 18 a 29 anos, dos quais 72,7% (40) têm entre 25 e 29 anos, enquanto 27,3% (15) possuem entre 18 e 24 anos.

Não se pode perder de vista, que a sociedade moderna é regida pelo sistema capitalista que opera em uma dimensão política, social e econômica que tende à exclusão. Nessa perspectiva,

> [...] outros temas são trazidos à baila, como a fragilização e precarização do trabalho, o permanente avanço do desemprego estrutural, a lógica perversa da globalização econômica, a expansão do modelo neoliberal e as profundas transformações econômicas, políticas e sociais a ela associadas (ROBAINA, 2015, p. 43).

Assim, mantém-se a força de trabalho produtiva à margem, no mercado informal, contribuindo para ampliar as condições de desigualdade pessoais e regionais no interior do estado.

As origens diferenciadas das pessoas em situação de rua são outro ponto a observar, pois provavelmente são expressões de dinâmicas regionais também diversas. Observa-se que 43,1% (166) dos entrevistados não

nasceram no estado do Espírito Santo; 37,1% (143) nasceram na Região Metropolitana da Grande Vitória; 11,7% (45) nasceram em outros municípios do ES, que não pertencem à RMGV, e 0,8% (3) são estrangeiros, ou seja, não nasceram no Brasil. Impactam nesses índices as dinâmicas dos municípios, da própria região metropolitana, do estado e do país, assim como aspectos específicos vivenciados por países vizinhos.

São as desigualdades políticas, sociais e econômicas, em diferentes níveis e, em especial, as que se encontram no interior de cada estado, que efetivamente acarretam consequências que impactam diretamente no cenário atual das cidades. Nas palavras de Singer "a criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização capitalista" (1998, p.36).

No cenário capixaba, as sucessivas transformações introduzidas a partir dos anos 1960 (processo massivo de industrialização, migração e êxodo rural), fizeram emergir ao longo das décadas seguintes na capital e em seu entorno, uma região densamente povoada. Entretanto, esse crescimento não foi acompanhado por investimentos na infraestrutura dessas cidades, tão necessária aos cidadãos.

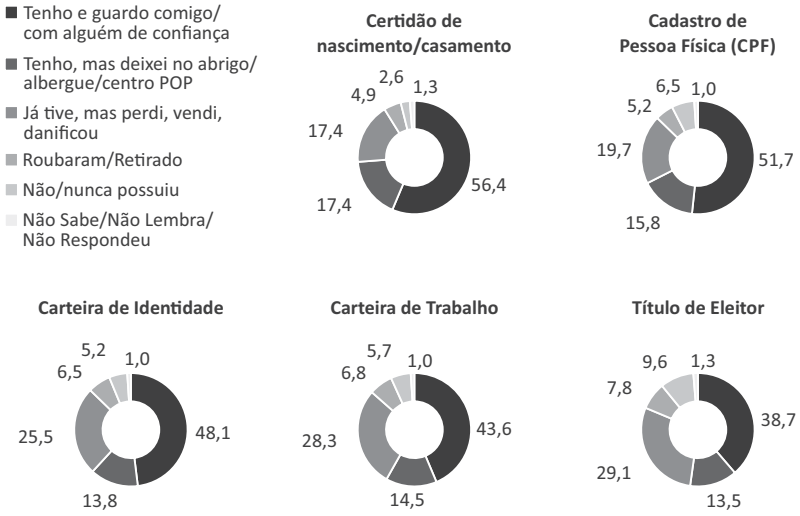
Segundo Silva (2010, p. 31), nos anos 1970, cerca de 26% da população do estado concentrava-se na RMGV, enquanto, em 2007, este percentual subiu para cerca de 48%. De acordo com o IBGE, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), estima-se que, em 2017, a RMGV concentrava cerca de 48,8% da população do Espírito Santo[22]. Ou seja, o território metropolitano concentra quase metade da população capixaba.

A discussão e a compreensão sobre a complexidade que envolve esta temática urbana e da população em situação de rua nas cidades é essencial, já que envolve processos multicausais que se encontram interligados diretamente às esferas política, social e econômica. As cidades passam por contínuos processos de transformação, com isso, novos empreendimentos e desafios estão sempre a surgir. Entre esses desafios está a inserção ou reinserção da população em situação de rua no mercado de trabalho formal, assim como o desafio de lidar sob a ótica metropolitana com a PSR.

[22] É importante lembrar que os dados do IBGE dizem respeito somente a população domiciliada, portanto, não incluem a quantificação das pessoas em situação de rua.

Outro ponto importante que compõe uma característica da PSR e expressa a dificuldade em que opera a vida dessas pessoas, se reflete na falta ou inexistência da documentação, sendo essa uma das exigências do mercado de trabalho e uma demanda constante nos serviços sócio assistenciais. O que a realidade da PSR mostra, todavia, é que a falta de documentação ocorre devido à perda, roubo ou condições climáticas e de cuidados que levam a degradação dos documentos. O público entrevistado na RMGV relatou guardar consigo a documentação ou deixar em posse de alguém de confiança, essa resposta foi a que sobressaiu, sobretudo, entre os 5 (cinco) principais documentos que são geralmente solicitados, tais como: Certidão de nascimento/casamento 56,4%; CPF 51,7%; Identidade (RG) 48,1%; Carteira de trabalho 43,6%; Título de Eleitor 38,7%. Em contraposição, a soma das frequências das categorias "já tive, mas perdi, vendi ou danificou", "roubaram/retiraram" e "não, nunca possui", que indicam a inexistência dessas documentações foram: Certidão de nascimento/casamento 24,9%; CPF 31,4%; Identidade (RG) 37,2%; Carteira de trabalho 40,8%; Título de Eleitor 46,5%.

Gráfico 01
Quais dos seguintes documentos você tem ou já teve? (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Nota-se que os resultados da pesquisa do IJSN relativos à ausência de documentação trazem muita semelhança com outras pesquisas realizadas. Em nível nacional, a Política para Inclusão Social da População em Situação de rua de 2008, apontou que:

> 24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania. Não possuem título de eleitor 61,6%, carteira de trabalho 59,9%, CPF 57,4%, certidão de nascimento ou de casamento 49,2% e carteira de identidade 40,7%. Possuem todos os documentos de identificação mencionados apenas 21,9% (BRASIL, 2008, p. 11-12).

Embora seja possível traçar vários aspectos em comum à PSR que permitem o delineamento de um perfil deste segmento, existe uma multiplicidade a ser observada:

> Apesar da definição expressa na PNPR, a multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempos em que os vínculos familiares se dissolveram e as novas formas de socialização se consolidaram são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais a respeito da população em situação de rua. (BRASIL, 2011a, p. 23)

Está claro, portanto, que se trata de um fenômeno paradoxal e desafiador, que se constitui como parte integrante das profundas desigualdades e transformações políticas, econômicas e sociais do cenário urbano. Além da fragilização ou rompimento de vínculos familiares e a carência de moradias, a pobreza (que também é uma categoria multidimensional) aparece como um dos fatores chaves para a compreensão da PSR. O entendimento dessas categorias – PSR e pobreza – passa necessariamente pela interpretação das dificuldades de acesso a direitos e oportunidades, em seus diferentes aspectos dentro da sociedade (BRASIL, 2011a, p.23-24).

2.2 Trajetória

A pesquisa sobre a PSR realizada pelo IJSN buscou também compreender os motivos que influenciaram/determinaram a ida destes sujeitos para as ruas, assim como, suas andanças e deslocamentos que podem expor fragilidades e vulnerabilidades as quais essas vidas estão expostas.

As tentativas de saída e os retornos à situação de rua, implicam pensar as dificuldades que perpassam a vida destes sujeitos, tais como: Quais redes de proteção envolvem esta tentativa de retorno à cidadania? Quais são os papeis sociais que estes indivíduos terão que responder ou operar? Quais direitos sociais lhe são garantidos para promovê-lo socialmente?

A maior parte das pessoas que se encontram em situação de rua na RMGV, vivenciam esta situação - pernoitar em ruas, abrigos/albergues - a um longo período. Dentre os 385 entrevistados, 52,5% (202) relataram se encontrar a mais de dois anos em situação de rua; 15,8% (61) entre 1 mês e 6 meses; 11,4% (44) entre 1 ano e 2 anos; 8,6% (33) alegaram está nesta situação entre uma semana e um mês; 8,1% (31) tinham entre 6 meses a 1 ano e 1% (4) respondeu se encontrar nesta situação desde a tenra infância (nasceu/cresceu em situação de rua).

O documento "Rua Aprendendo a Contar" de 2009, traz informações semelhantes: do total de pessoas entrevistadas, 48,4% informaram se encontrar há mais de dois anos dormindo nas ruas, abrigos/albergues e cerca de 30% está dormindo na rua há mais de 5 anos.

> A situação do grupo com mais de 5 anos na rua ou em instituições que pode indicar uma acentuada cristalização da situação de rua como modo de vida, o que é mais evidente no caso daqueles que se encontram na rua desde que nasceram (BRASIL, 2009b, p.91).

As práticas engendradas no cotidiano, de conhecimento e sobrevivência, as experiências vivenciadas, podem atuar entre os fatores que contribuem para a permanência nesta condição. Por conseguinte, esta permanência pode contribuir para adaptar os sujeitos a esta realidade consolidando essa condição a um modo de vida.

> Em situações transitórias, algumas pessoas ficam na rua como consequência de uma circunstância, na qual o indivíduo, destituído de condições econômicas, possivelmente resultado do desemprego ou situação de ruptura familiar, pernoita alguns dias na rua, embora ainda preserve uma rede de apoio e suporte a qual poderá recorrer. Entretanto, há aqueles casos em que, diante de um leque menor de alternativas, com o passar do tempo e convivendo com outros que se encontram na mesma situação, o indivíduo descobre formas de resistência e sobrevivência nas ruas, constitui novas redes de relações

> que reduzem o traço ameaçador e vulnerável das ruas e se vincula de forma mais significativa a este espaço. Assim, gradativamente, a rede de vínculos construída na rua passa a ser uma referência progressiva para aquele indivíduo, e sua vinculação à rua passa a ser mais forte que outros laços construídos outrora, em outros espaços (BRASIL, 2011a, p. 24).

A pesquisa do IJSN também buscou mapear entre as trajetórias de vida, os casos de saída e retorno à situação de rua e a quantidade de vezes em que ocorreram. Dentre os que responderam esta questão, cerca de 40,5% (156) confirmaram já ter vivenciado a situação de rua outras vezes e 56,1% (216) responderam não ter experienciado a reincidência. Os dados demonstram a complexidade da temática e a dificuldade que se coloca para os gestores públicos e as demais esferas de governo.

Entre os que disseram já ter retornado à situação de rua, foi possível identificar, através do histórico desses sujeitos, a quantidade de vezes que esta experiência de retorno às ruas se repetiu. Entre os 156 (40,5%) participantes da pesquisa, destacam-se 10,6% (10) que retornaram 4 vezes; 14,9% (14) que retornaram 3 vezes; 26,6% (25) que retornaram 1 vez e 29,8% (28) que responderam já terem retornado 2 vezes, entre outros.

Após auferir o tempo de permanência, assim como, as saídas e retorno à situação de rua, buscou-se compreender a trajetória dos entrevistados. Utilizou-se para este fim, um recorte temporal dando destaque aos últimos 5 anos do pesquisado, tendo em vista realçar os fluxos e as cidades que os entrevistados estiveram. Dentre os 385 entrevistados, 58,4% (225) informaram que já estiveram em situação de rua em outras cidades nos últimos 5 anos.

Para compreender as trajetórias realizadas pelos sujeitos neste período de 5 anos, foi realizado um mapeamento a partir de uma questão aberta que poderia indicar mais de um município como resposta. Essa questão alcançou um total de 392 respostas, das quais: 198 (50,5%) sinalizaram fluxo significativo entre quatro municípios da RMGV: Vitória (72), Serra (51), Vila Velha (46), Cariacica (29). Esse fato provavelmente tem forte ligação com a proximidade entre estes municípios, a oferta de serviços laborais, assistenciais, de saúde, entre outros. A procura por trabalho e acesso aos serviços provavelmente impacta na maior mobilidade dos indivíduos pelos territórios da RMGV, como parte da luta por acesso a direitos e à sobrevivência.

A heterogeneidade já foi apontada como componente essencial para se discutir a população em situação de rua. Nessa perspectiva, é preciso compreender também que os motivos/fatores que provocam a ida as ruas são variados, ou seja, está se falando de multicausalidade do fenômeno.

Assim, face à pergunta sobre os motivos que os levaram à situação de rua, os entrevistados puderam apontar até três respostas. Dentre as respostas destacou-se com maior frequência: problemas familiares 29,6% (159); uso de drogas ilícitas 17,3% (93); demissão do trabalho 10,1% (54); alcoolismo 8,9% (48); falecimento de familiares 5,4% (29); por vontade própria 3,5% (19); separação 2,8% (15); problemas de saúde 2,6% (14); problemas psicológicos 2,2% (12), entre outras (Gráfico 02).

Gráfico 02
Principais Motivos que levaram à Situação de Rua* (Números absolutos)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

Há toda uma complexidade em jogo, onde cada indivíduo possui sua própria história e ainda que algumas se cruzem ou se permeiem cada uma vai apresentar suas próprias nuances, particularidades e singularidades. Como salienta Robaina (2015, p. 46), "observa-se, portanto, que os fatores que explicam a ida para as ruas são diversos e respondem a lógicas complexas. Nesse sentido, é necessário integrar os aspectos estruturais e relacionais para a compreensão do fenômeno".

Em relação à trajetória dos sujeitos em algumas instituições como Delegacias, IASES, Prisões ou Penitenciarias, Asilos/Orfanatos ou Abrigos, a pesquisa identificou que 63,9% (246) já tiveram passagem em delegacias. No que se refere à passagem pelo Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASES) somente 8,3% (32) dos entrevistados já estiveram na instituição. Quanto a passagem por prisões e penitenciárias, 54,0% (208) responderam não ter passagem, por outro lado, 43,4% (167) responderam possuir passagem em prisões ou penitenciárias.

Sobre o histórico de abandono e internação, o estudo realizado na Região Metropolitana da Grande Vitória demonstra que 40,0% (154) dos entrevistados responderam possuir passagem nos antigos asilos, abrigos ou orfanatos em sua trajetória de vida. Este dado corrobora um aspecto já sinalizado por Robaina (2015), ao identificar os processos de ruptura com o espaço residencial como um dos aspectos importantes na análise do estar em situação de rua:

> O primeiro deles está vinculado à ausência histórica de qualquer referência a um modelo familiar ou do lugar da casa como referência de lar. Destacam-se, como exemplos, os órfãos cujas trajetórias de vida estiveram vinculadas aos espaços assistenciais e que, depois de atingirem a idade adulta, não conseguiram apoio institucional, econômico e/ou estabelecimento de bases formais para uma vida em uma casa como espaço habitacional. Também foi possível caracterizar aqueles que perderam as referências familiares e da própria casa devido à morte de seus familiares (ROBAINA, 2015, p. 111).

2.3 Cotidiano

A análise acerca da realidade da população que vive em situação de rua permite concluir que essas pessoas sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, de modo que, esse segmento utiliza diversas

estratégias de sobrevivência. Para que a formulação de políticas públicas voltadas para esse público possa ter êxito, faz-se necessário identificar algumas dessas estratégias (BRASIL, 2008, p. 13).

As políticas públicas voltadas para este segmento populacional, em geral, se apresentam como medidas de caráter paliativo, elas não se desdobram para além da manutenção da sobrevivência das pessoas que vivem em situação de rua e pouco ou nada levam em consideração o diálogo com este público para sua implantação ou funcionamento. Não há, portanto, uma perspectiva de enfrentamento real através de políticas públicas integrais, intersetoriais e articuladas que promovam a garantia de direitos e a cidadania, uma vez que a participação desta população é negligenciada no planejamento e na execução das políticas públicas a qual são compelidos a acessar.

Para a PSR, o cotidiano não lhes oferece condições de reverter a situação em que se encontram, mas somente a luta diária pela garantia de sobrevivência. O que inclui a busca pelos serviços públicos de assistência, uma vez que as vagas disponíveis nestes espaços são escassas e não estão garantidas, o trabalho é sempre incipiente e a informalidade pode oferecer recursos insuficientes. Logo, encontrar locais que ofereçam segurança para o repouso e garantam alguns recursos como água potável e alimentação, por exemplo, estão entre os fatores que compõe a luta diária da PSR.

Outras estratégias passam a compor a luta pela sobrevivência, como a construção de novos vínculos a partir da condição de convivência e interdependência entre os indivíduos que partilham essa situação. Nesse sentido, algumas pessoas passam a estar nas ruas em grupos, ainda que estes sejam temporários, em função dos locais que escolhem para dormir, das atividades que exercem, das instituições que frequentam ou para se proteger (KUNZ, 2012).

Diante do exposto, esta seção visa apresentar as experiências do cotidiano da PSR da RMGV, apresentando alguns dados que compõe o cotidiano desses sujeitos.

A pesquisa buscou captar se nos últimos 15 dias os entrevistados pernoitaram somente na cidade onde concederam a entrevista, com vistas a compreender o cotidiano dos mesmos. De acordo com as informações coletadas 87,5% (337) deles informaram dormir somente na cidade onde responderam a entrevista e apenas 10,9% (42) responde-

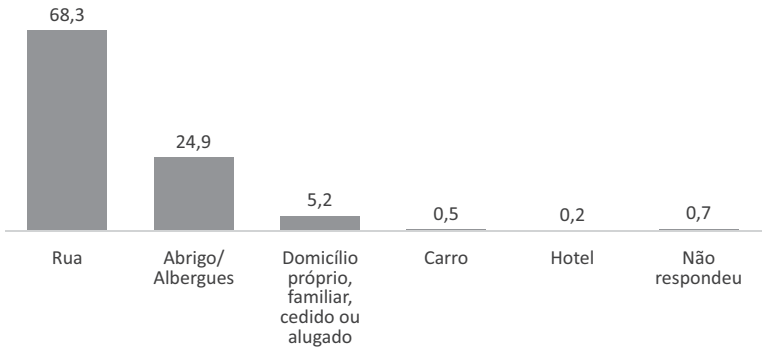
ram ter pernoitado em outras cidades nos últimos 15 dias. Ou seja, grande parte dos entrevistados afirmou dormir na mesma cidade em que foi entrevistado, sendo que Vitória, Vila Velha e Serra obtiveram maior índice de respostas, informação que provavelmente relaciona-se ao fato destes municípios possuírem melhor infraestrutura de serviços de assistência social de média e alta complexidade, como Centro Pop e Abrigos e Albergues. Este dado salienta que, mesmo em situação de rua, a vida humana não irá prescindir de algum nível de estabilidade ou regularidade.

> [...] É necessário produzir no espaço referências, sejam elas funcionais ou existenciais, sejam elas definidas pela intencionalidade, acessibilidade, valores, projetos, comportamentos, moralidades, práticas ou estratégias individuais. Embora algumas práticas sócio-espaciais sejam realizadas em mobilidade, outras dependem de uma maior estabilidade e fixidez. Este fato faz da permanência um dos pilares da organização espacial da vida cotidiana, que se materializa em lugares de permanência. (ROBAINA, 2015, p. 97-98).

Dentre os sujeitos que se propuseram a responder em qual cidade da RMGV pernoitaram nos últimos 15 dias, observou-se a seguinte distribuição: 25,0% (14) relataram ter pernoitado na cidade de Vitória; 25,0% (14) na cidade de Vila Velha; 19,6% (11) na cidade de Serra; 10,7% (6) na cidade de Cariacica; 10,7% (6) em Guarapari; 5,4% (3) na cidade de Fundão; 3,6% (2) na cidade de Viana.

Sobre os locais de pernoite, os entrevistados, que poderiam indicar mais de um lugar de pernoite, concederam as seguintes respostas: 68,3% (274) relataram ter pernoitado na rua nos últimos 15 dias; 24,9% (100) informaram que pernoitaram em Abrigos/Albergues nos últimos 15 dias; 5,2% (21) relataram que pernoitaram em domicílio próprio/familiar, cedido ou alugado nos últimos 15 dias; 0,5% (2) responderam que pernoitaram em veículos nos últimos 15 dias; 0,2% (1) em hotel nos últimos 15 dias; enquanto 0,7% (3) não sabe/não lembra ou não respondeu à questão. Entre os sujeitos desse estudo somente 24 pessoas informaram mais de uma opção de resposta (Gráfico 03).

Gráfico 03
Onde dormiu nos últimos 15 dias? (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

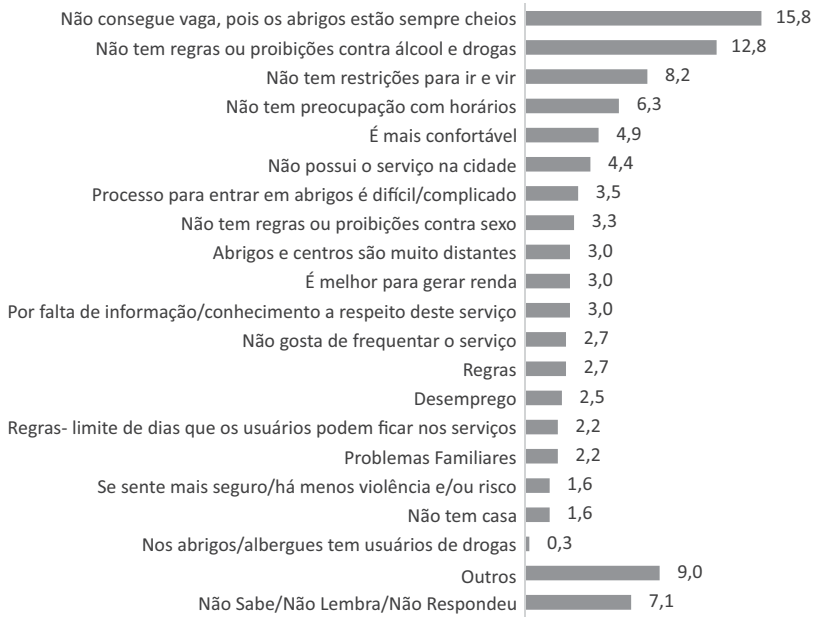
A Pesquisa Sobre a População em Situação de Rua na RMGV apresentou pontos bem próximos da Pesquisa Nacional de 2007/2008, onde "a maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%). Um grupo relativamente menor (22,1%) costuma dormir em albergues ou outras instituições. Apenas 8,3% costumam alternar, ora dormindo na rua, ora dormindo em albergues" (BRASIL, 2008, p. 10).

A proximidade dos dados da pesquisa do IJSN e a pesquisa nacional mencionada, mesmo com um hiato 10 anos entre ambas, pode ser um indicativo forte de que houve poucas ou nulas mudanças a respeito das condições da população em situação de rua, no que diz respeito ao acesso ou criação de políticas públicas que de fato promovam a cidadania deste segmento populacional. Os espaços como calçadas, marquises, praças, embaixo de pontes e viadutos, entre outros, são os principais locais para pernoite.

Outra questão relevante apontada pela pesquisa diz respeito aos principais motivos elencados pelos sujeitos para pernoitarem na rua em vez de espaços como abrigos/albergues. Dentre os principais fatores destacam-se: falta de vagas nos serviços (Abrigos/Albergues), com 15,8% (58) das respostas; na rua não tem regras ou proibições contra o uso de álcool e drogas, com 12,8% (47); não ter restrições para ir e vir, com 8,2% (30);

não tem problemas com horário, com 6,3% (23); acha mais confortável, com 4,9% (18); não possui o serviço na cidade, com 4,4% (16) ; processo para entrar em abrigos é difícil/complicado, com 3,5% (13); entre outras respostas apresentadas no gráfico 04.

Gráfico 04
Por que dorme na rua e não em abrigos/albergues? (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

Já entre o público que opta pelos espaços de acolhimento como Abrigo ou Albergue em detrimento da rua, as principais respostas foram: é mais confortável (inclui proteção, cama, local para higiene pessoal, etc.), com 25,2% (54) das respostas; se sente mais seguro, risco menor de violência, com 22,9% (49); para receber assistência e atendimentos, com 16,4% (35); para alimentação, com 13,1% (28); não tem casa, com 6,5% (14); desemprego/falta de renda, com 1,4% (3); outros, com 6,5% (14) das respostas.

Segundo Robaina, para os que buscam as instituições de acolhimento "[...] a ideia central é garantir o descanso no período noturno, com o mínimo de conforto e segurança" (2015, p.47). Já entre os que permanecem na rua por opção ou por falta de escolha, sabem que "[...] é necessário conhecer inúmeros aspectos e dinâmicas existentes para poder produzir estratégias que envolvem a possibilidade de uma comodidade mínima para o descanso, mas, ao mesmo tempo, também para a obtenção de segurança pessoal (ROBAINA, 2015, p. 262-263). Pois,

> A vida na rua não dispensa regras e cuidados. Dormem nas ruas, mas dormem atentos para se protegerem de alguma eventualidade, assim como aprendem a driblar os sistemas de segurança dos locais usados por eles como abrigo. Sua sobrevivência se efetua realizando pequenos serviços e atendendo aos interesses de muitos comerciantes (KUNZ, 2012, p. 35).

Percebe-se que a preocupação com a segurança é presente, seja para os que pernoitam nas ruas, seja para os que estão em abrigos ou albergues. As estratégias para o repouso envolvem algum tipo de proteção contra a violência, tais como: formação de grupos, busca de locais públicos onde apresentem algum sistema de vigilância, instituições de acolhimento para pernoite, entre outros.

Em relação à frequência das pessoas em situação de rua nos espaços de atendimento e acolhimento em período diurno, como no Centro Pop\Dia, dentre os entrevistados, observa-se que, 46,5% (179) disseram ter frequentado o Centro Pop/Centro Dia nos últimos 15 dias; 44,4% (171) disseram não ter acessado o serviço neste período e 5,7% (22) relataram não conhecer este serviço.

Ressalta-se que na RMGV somente os municípios de Serra, Vila Velha e Vitória possuem Centro Pop e a cidade de Guarapari conta com um Centro Dia. Desta forma, a distribuição das respostas se deu entre estes quatro municípios: Centro Pop de Vitória 30,5% (58); Centro Pop de Serra 30,0% (57); Centro Pop de Vila Velha 28,4% (54); Centro Dia de Guarapari 11,1% (21).

Posteriormente, a pesquisa indagou aos entrevistados sobre a frequência de acesso a esses serviços levando em consideração os 7 (sete) dias da semana, e como resultado obteve-se as seguintes informações: 68,3% (112) responderam frequentar a instituição todos os dias da semana; 10,4% (17) relataram frequentar somente um dia por semana;

9,1% (15 pessoas) disseram frequentar o Centro Pop\Centro Dia três dias por semana, 6,7% (11) informaram frequentar o espaço do Centro Pop\Centro Dia quatro dias por semana; outros 5,5% (9) frequentam o serviço dois dias da semana.

Outro importante aspecto envolveu compreender os principais motivos pelos quais os entrevistados frequentam os serviços de assistência social de média complexidade Centro Pop\Dia, com possibilidade de mais de uma resposta para cada entrevistado. Os resultados apurados foram: 39,5% (126) procuram para obtenção de alimentação, banho e lavar roupas; 26,3% (84) procuram assistência, atendimento e/ou cuidados; 9,4% (30) buscaram encaminhamentos para acessar trabalho, saúde, cursos e documentação; 7,8% (25) relataram buscar o serviço por se sentir mais seguro dentro do espaço, 2,5% (8) acessaram o Centro Pop\Dia para não ficar nas ruas; 1,6% (5) foram encaminhados por outro serviço; 1,3% (4) por falta de opção; 0,6% (2) orientação jurídica; 3,8% (12) outros motivos; 7,2% (23) assinalaram não sabe\não lembra ou não responderam. É importante assinalar o papel central desses equipamentos no atendimento à população em situação de rua e frisar que, no estado do Espírito Santo, há somente quatro Centros Pop, sendo três deles localizados na RMGV e um no município de Colatina.

> O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas – saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional – de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, 2011a, p.10).

[23] A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

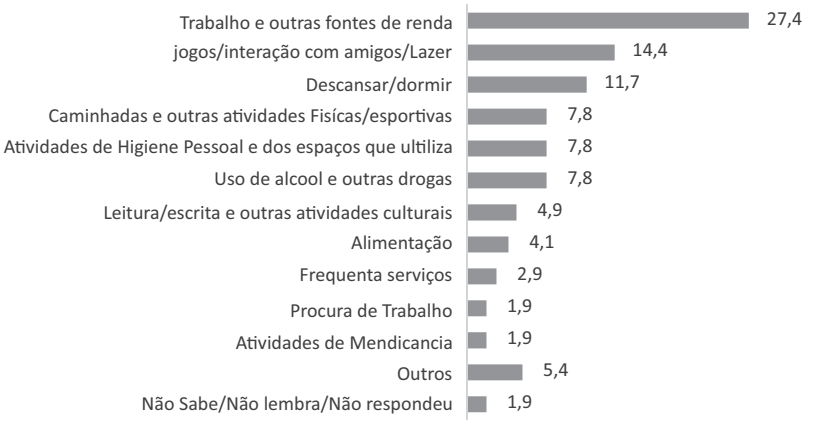
Dentre os entrevistados, há também uma parcela da população em situação de rua que se identifica como não usuária desses serviços. Entre os motivos indicados pelos participantes para não frequentar os serviços do Centro Pop\Dia, destacam-se[23]: não gosto 21,2% (41); não sabe da existência deste serviço 14,5% (28); distância 6,2% (12); está abrigado 5,7% (11); por causa das regras 5,2% (10); não tem vagas para todos 4,7% (9); por causa dos outros assistidos 4,1% (8); por causa dos funcionários 3,6% (7); falta de interesse 3,1% (6); conflitos 2,6% (5); desligamento 2,1% (4); município não oferta este serviço 1,6% (3); outros 5,7% (10); não sabe\não lembra\não respondeu 19,7% (38).

A pesquisa sobre população de rua da RMGV também identificou junto aos entrevistados sugestões de mudanças para melhorar os serviços de assistência social no atendimento à PSR. Cada entrevistado poderia contribuir com até 3 respostas. Foram registradas no total 312 sugestões. Dentre as principais mudanças sugeridas pelos entrevistados, estão: 15,4% (48) solicitaram mais atenção\acolhimento; 13,5% (42) ampliação dos serviços de moradia\abrigos; 13,1% (41) maior oferta de serviços para geração de renda; 7,4% (23) melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de alimentos ofertados; 5,8% (18) ampliação de oferta de cursos profissionalizantes/educação; 4,5% (14) revisão de regras; 3,8% (12) agilidade e rapidez no atendimento; 36,5% (114) outros. Vale destacar que embora não tenha sido possível agrupar em categorias específicas as respostas que foram aglutinadas sob o título “outros”, pelo grau de diferenciação e dispersão das frequências observadas, nesta opção incluíram-se respostas, por exemplo, relacionadas ao cumprimento de direitos e demandas em relação à saúde.

Em relação às principais atividades realizadas pelos entrevistados no dia-a-dia, destacam-se: trabalho com 27,4% (141) das respostas; jogos\interação, com amigos\lazer com 14,4% (47); descansar\dormir com 11,7% (60); Caminhadas e outras atividades físicas/esportivas com 7,8% (40); atividades de higiene pessoal e dos espaços que utiliza com 7,8% (40); uso de álcool e outras drogas com 7,8% (40); leitura\escrita e outras atividades culturais com 4,9% (25); alimentação com 4,1% (21) ; serviços de assistência social com 2,9% (15); procurar trabalho com 1,9% (10); atividades de mendicância com 1,9% (10); outros com 5,4% (28) (Gráfico 05).

Gráfico 05

Quais as três principais atividades que você realiza no seu dia-a-dia?* (%)

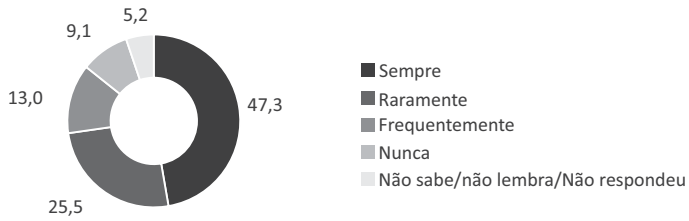


Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

O imaginário do senso comum tem essa população como desocupada, e vê a mendicância "[...] enquanto principal expressão material e simbólica do fenômeno da população em situação de rua" (ROBAINA, 2015, p. 177). Porém, ainda que não reconhecido por muitos como trabalhadores, devido ao aspecto de informalidade no qual se encontram associados, as atividades laborativas se constituem como a principal função cotidiana na qual se configura os afazeres deste público.

Outros aspectos investigados foram a satisfação de necessidades essenciais e primárias. Os participantes da pesquisa responderam sobre a frequência com que se alimentam e se conseguem o suficiente para suprir suas necessidades, logo, a partir de uma escala de frequência: 47,3% (182) afirmaram que sempre comem de forma satisfatória; 25,5% (182) disseram raramente; 13% (50) frequentemente; 9,1% (35) relataram que nunca se alimentam o suficiente e 5,2% (20) não sabe\não lembra\não respondeu (Gráfico 06).

Gráfico 06
Quando está na rua, você come o suficiente/satisfatoriamente para suprir suas necessidades? (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Perguntou-se também sobre as formas como os entrevistados obtinham os alimentos diariamente. As principais respostas foram: 25,0% (146) pedem a pessoas transeuntes; 20,7% (121) comem nos Abrigos\Albergues ou Centro Pop; 14,2% (83) recebem doações de entidades como Igreja ou ONGs; 13,0% (76) recebem de bares ou restaurantes; 10,3% (60) compram em bares ou restaurantes; 8,7% (51) recolhem sobras de restaurantes, bares, supermercados, entre outros; 3,1% (18) recebem de familiares ou amigos; entre outras respostas obtidas com menor frequência.

Observa-se que são inúmeras as práticas e estratégias empregadas pela PSR para garantir sua sobrevivência. Para garantir a alimentação é preciso astucia e conhecimento dos locais e horários onde possa ocorrer a oferta/distribuição/solicitação ou mangueio[24] de alimentos. Segundo Kunz (2012, p. 89) "[...] boa parte dos moradores de rua conhece os pontos que fornecem alimentos e os horários em que esta ação vai ocorrer" e mesmo que nessas ocasiões não se encontrem com vontade de se alimentar, eles garantem a comida para quando chegar este momento.

Num cenário em que, quando perguntados a frequência com que avaliam que se alimentam de forma satisfatória, cerca de 25,5% das respostas indicaram que isto ocorre raramente e 9,1% afirmam que nunca se

[24] Manguear é uma expressão muito usada pelas pessoas que vivem em situação de rua na RMGV e, para eles, quer dizer pedir ou solicitar.

alimentam suficientemente, e, por outro lado, apenas 25% dos entrevistados afirmam que se alimentam via serviços públicos como Abrigos/Albergues ou Centro Pop, é fundamental salientar a importância de políticas sociais como os Restaurantes Populares. O município de Vitória desde 2005 mantinha um Restaurante Popular que atendia pessoas em situação de rua, trabalhadores formais e informais de baixa renda, aposentados e estudantes. Entretanto, no início de 2017 o restaurante foi fechado. Na época eram servidas em média 1330 refeições por dia ao preço de R$1,00. Vitória foi o único município do estado a oferecer este serviço por um período.

O acesso à água para consumo e higienização é outra necessidade vital a ser destacada. No intuito de conhecer as estratégias para obtenção deste recurso hídrico foi solicitado aos entrevistados descrever as principais estratégias de acesso a este bem. Dessa maneira, as respostas foram[25]: 37,2% (177) relataram obter água nos estabelecimento comerciais (inclui loja, posto, mercado, oficina, etc); 27,5% (131) em Abrigos, Albergues, Centro Pop\Centro Dia; 15,3% (73) em fontes, praias, chafarizes, lagos nas ruas/praças; 7,6% (36) em casa de parentes/amigos; 3,4% (16) em Igrejas, casas beneficentes/caridade; 1,9% (9) informaram não tomar banho, 1,9% (9) em prédios públicos (hospitais, unidades de saúde, rodoviárias, entre outros); 0,6% (3) em hotel, pensão (privado); 0,6% (3) usam água da chuva; 2,5% (12) indicaram a categoria outros.

O acesso e a qualidade de recursos hídricos, podem implicar diretamente não só na questão do consumo, que é vital para o organismo humano. Ao se descuidar do corpo a partir de práticas impróprias de higiene, impostas pelas dificuldades e limitações encontradas em situação de rua, na qual este segmento social se encontra, alguns agravantes podem ocorrer, tais como: problemas de saúde, constrangimentos morais devido ao mal cheiro e às condições estéticas do corpo, entre outros (BRASIL, 2009).

Quanto aos locais utilizados para realização das necessidades fisiológicas observa-se, que as principais alternativas mensuradas na pesquisa foram[26]: estabelecimentos comerciais (inclui loja, posto, mercado, oficina,

[25] A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

[26] A questão permite a marcação de até três respostas. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados.

etc) – 32,2% (165); nos Abrigos, Albergues, Centro Pop – 18,4% (94); lugares públicos: praças, praias, ruas – 17,6% (90); terrenos baldios – 17,4% (89); em banheiros públicos/químicos – 3,9% (20); prédios públicos – 2,3% (12); casa de parentes/amigos – 1,8% (9); em igrejas, casas beneficentes ou lugares de caridade – 1,8% (9); em hotel, motel, pensão – 0,2% (1); rodoviárias – 0,2% (1), outros – 2,3% (12); não sabe\não lembra ou não respondeu – 2,0% (10).

A organização e realização das necessidades fisiológicas básicas, como o ato de defecar, para a PSR se estabelece de acordo com o "conhecimento de um conjunto de lugares, bem como dos horários de funcionamento e as suas possibilidades, seja no período diurno, no noturno" ou em situações emergenciais. (ROBAINA, 2015, p. 257).

Vale lembrar que o acesso à água potável é considerado um direito humano fundamental pelas Nações Unidas desde 2010[27]. Inclusive, a redução pela metade da proporção de pessoas que não possui acesso à água potável e o número de indivíduos sem saneamento básico foi um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)[28], o que atesta a importância da questão considerada. Entretanto, as dificuldades de acesso à água e a espaços adequados para realização de necessidades fisiológicas são um problema ainda bem atual para o conjunto da PSR, conforme indica os percentuais informados anteriormente. Tais dificuldades são expressões claras da forma como esse segmento populacional se encontra a margem das políticas públicas e estão ainda longe de terem seus direitos humanos fundamentais minimamente assegurados.

Por outro lado, a disponibilização de pontos de acesso à água tratada, bebedouros e banheiros públicos para a população em geral, em diferentes espaços, são medidas relativamente simples que minimizariam os problemas sinalizados. Obviamente, tratam-se de mediadas paliativas - que não resolvem a vulnerabilidade vivenciada pela PSR -, mas importantes num contexto em que aspectos tão básicos, como acesso à água potável, ficam na dependência, em grande medida, da solidariedade de entes privados.

---

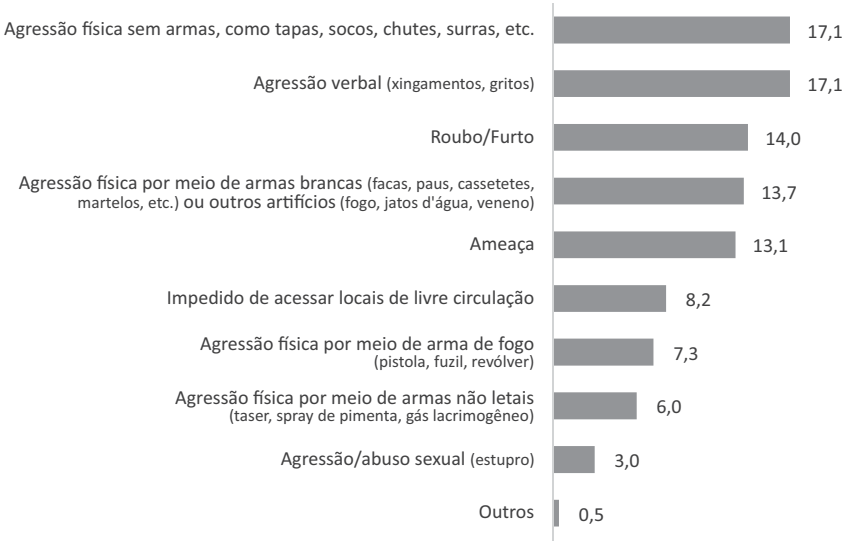
[27] https://nacoesunidas.org/agua-potavel-direito-humano-fundamental/

[28] Metas estabelecidas pela ONU para reduzir problemas sociais e econômicos tendo como referência de prazo o ano de 2015.

Outro ponto nodal abordado na pesquisa sobre população em situação de rua da RMGV foram as situações de violência sofridas por este segmento. Entre os entrevistados, 51,4% (198) relataram ter sofrido alguma forma de violência por estar em situação de rua.

Ao aproximar a lente sobre as respostas referentes às agressões sofridas pelos sujeitos da pesquisa, observou-se que as principais formas de violência se manifestaram como: agressão física sem armas, como tapas, socos, chutes, surras, etc. – 17,1% (113); agressão verbal (xingamentos, gritos) – 17,1% (113); roubo\furto – 14,0% (93); agressão física por meio de armas brancas (facas, paus, cassetetes, martelos, etc.) ou outros artifícios (fogo, jatos d'água, veneno) – 13,7% (91); ameaça – 13,1% (87); impediram de acessar locais de livre circulação – 8,2% (54); agressão física por meio de arma de fogo (pistola, fuzil, revólver) – 7,3% (48); agressão física por meio de armas não letais (taser, spray de pimenta, gás lacrimogêneo) – 6,0% (40); agressão/abuso sexual (estupro) – 3,0% (20); outros 0,5% (3) (Gráfico 07).

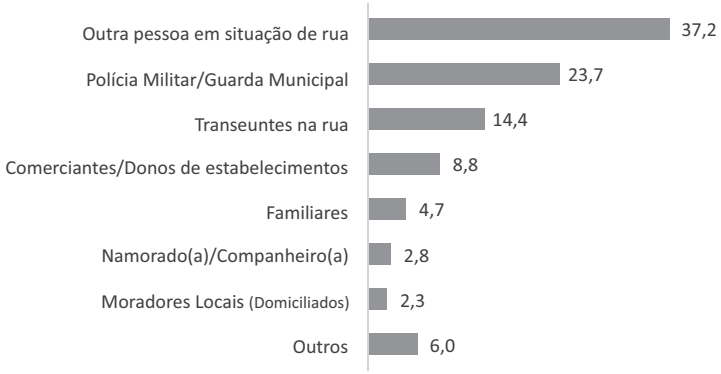
Gráfico 07
Quais foram as agressões sofridas?* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

Após especificar as principais formas de violência, a referida pesquisa buscou identificar os agentes responsáveis pelas agressões sofridas pelos sujeitos entrevistados. As respostas foram: outra pessoa em situação de rua – 37,2% (80); polícia/guarda municipal – 23,7% (51); transeuntes na rua – 14,4% (31); comerciantes\donos de estabelecimentos – 8,8% (19); familiares – 4,7% (10); namorado(a)\companheiro(a) – 2,8% (6); moradores locais (domiciliados) – 2,3% (5); outros – 6,0% (13).

Gráfico 08
Quem foi o Agressor?* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

Destaca-se entre os autores de violência indicados pelos entrevistados, um percentual expressivo de "outras pessoas que também se encontram em situação de rua". Uma explicação plausível para este quadro encontra-se em Robaina,

> [...] Segundo diferentes relatos, estas ações ocorrem mediante quadros particulares de vulnerabilidade e fragilidades momentâneas, como por exemplo, quando alguém está sob o efeito de alguma substância entorpecente ou, mesmo, quando está dormindo. [...] As desavenças podem ser resultados de aspectos sensíveis, como divergência de opiniões e a posição nas filas de doação de alimentos e roupas. No entanto, atitude do desrespeito com a "mulher dos

> outros", a delação e o furto de pertences pessoais são aspectos centrais que dificilmente "são deixados cair no esquecimento" (ROBAINA, 2015, p. 269-270).

Quanto aos vínculos familiares dos entrevistados, o estudo se interessou em compreender as dimensões deste vinculo não só com os familiares que permanecem domiciliados, mas também os vínculos parentais ou constituídos na própria dinâmica da vivência nas ruas. Inicialmente, optou-se por identificar se os entrevistados possuíam outras pessoas da família em situação de rua 79,5% (306) indicaram não possuir, 16,4 (63) indicaram que sim e 4,1% (16) responderam não sabe\não lembra\não respondeu). Posteriormente, indagou-se o grau de parentesco entre os que indicaram ter familiares em situação de rua, cujas respostas foram: irmãos – 39,7% (25); cônjuges\companheiros – 20,6% (13); primos – 9,5% (6); filhos – 7,9% (5); tios – 7,9% (5); pai – 4,8% (3); sobrinhos – 4,8% (3); cunhado – 3,2% (2); mãe –1,6% (1).

Em relação ao contato com os familiares domiciliados, dentre os entrevistados, 55,1% (212) relataram manter contato e, por outro lado, 42,1% (162) relataram não manter contato.

A pesquisa investigou ainda as principais formas usadas pelos entrevistados para manter contato com familiares domiciliados e a frequência das mesmas. Essa questão permitia múltiplas marcações e obteve um total de 258 respostas, distribuídas da seguinte forma: 49,2% (126) responderam manter contato telefônico com a família; 35,7% (92) responderam realizar visitas à residência dos familiares; 7,8% (20) responderam receber visita de familiares nas ruas ou abrigos; 5,4% (14) responderam fazer uso das redes sociais para se comunicarem com seus familiares; enquanto 1,9% (5) dos entrevistados responderam realizar outras formas de contatos. As frequências que ocorrem os contatos identificados pela pesquisa foram: 62 (diária); 72 (semanal); 34 (quinzenal); 65 (mensal); 7 (semestral); 17 (anual).

Esses dados permitem visualizar que grande parte das pessoas que se encontram em situação de rua mantem vínculos com familiares ainda que estes se apresentem com alguma fragilidade. O fato de 55,1% dos entrevistados manterem contato com a família demonstra que não houve perda total do vínculo familiar.

Diversos são os fatores que podem impactar no rompimento dos vínculos familiares, desde a vivência do desemprego, casos de violência domésti-

ca, ameaças no território que a família reside, preconceito em relação à orientação sexual, entre outros.

Houve também o interesse em captar as principais razões pelas quais os sujeitos participantes da pesquisa relataram não manter contato com familiares. Cada pessoa entrevistada poderia indicar até três motivos. Do total de 191 respostas obtidas, as frequências observadas foram: 35,6% (68) não tem interesse; 26,7% (51) perdeu contato; 18,3% (35) a família não tem interesse; 3,1% (6) não possui vínculos; 2,6% (4) não possui familiares; 2,1% (4) família mora longe; 2,1% (4) evitar o sofrimento dos familiares; 2,1% (4) falecimento da família; 7,3% (14) outros.

Desse modo, pode-se compreender que o vínculo com a rua, em muitos casos, constitui-se como o vínculo principal, conduzindo a uma gradativa adesão aos códigos da rua, que passam a ser exclusivos. A rua como um espaço concreto de vida e moradia da PSR, acaba envolvendo compartilhamentos diversos, trocas de experiências, vivências de problemas comuns, práticas e estratégias de sobrevivência que culminam por constituir processos também de construção de identidades que se "descolam", de certo modo, da trajetória familiar.

> Uma vez fortalecida as vinculações ao espaço da rua, pode-se instalar um processo em que a rua passa a ser o espaço primordial de relações pessoais e estratégias de sobrevivência, conduzindo a uma gradativa adesão aos códigos das ruas como local de moradia e trabalho. A dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade e, por vezes, a falta de respostas às necessidades e demandas, com a devida agilidade e respeito à dignidade, contribuem para que a rua se configure como um espaço de resistência e sobrevivência (BRASIL, 2011a, p. 25).

Esse processo de vinculação com a rua e rompimento com os vínculos familiares provavelmente estão na base do caráter crônico que a situação de rua tem apresentado. Tanto a pesquisa sobre população em situação de rua na RMGV quanto outras pesquisas sobre o tema, têm sinalizado um alto índice de pessoas que permanecem nesta situação por um período superior a 2 anos. Nesse sentido, aquilo que se buscou, ao longo das pesquisas sobre o tema, caracterizar como um aspecto transitório (estar em situação de rua), infelizmente revela também uma dimensão crônica para alguns sujeitos, desafiando sobremaneira a formulação de políticas públicas.

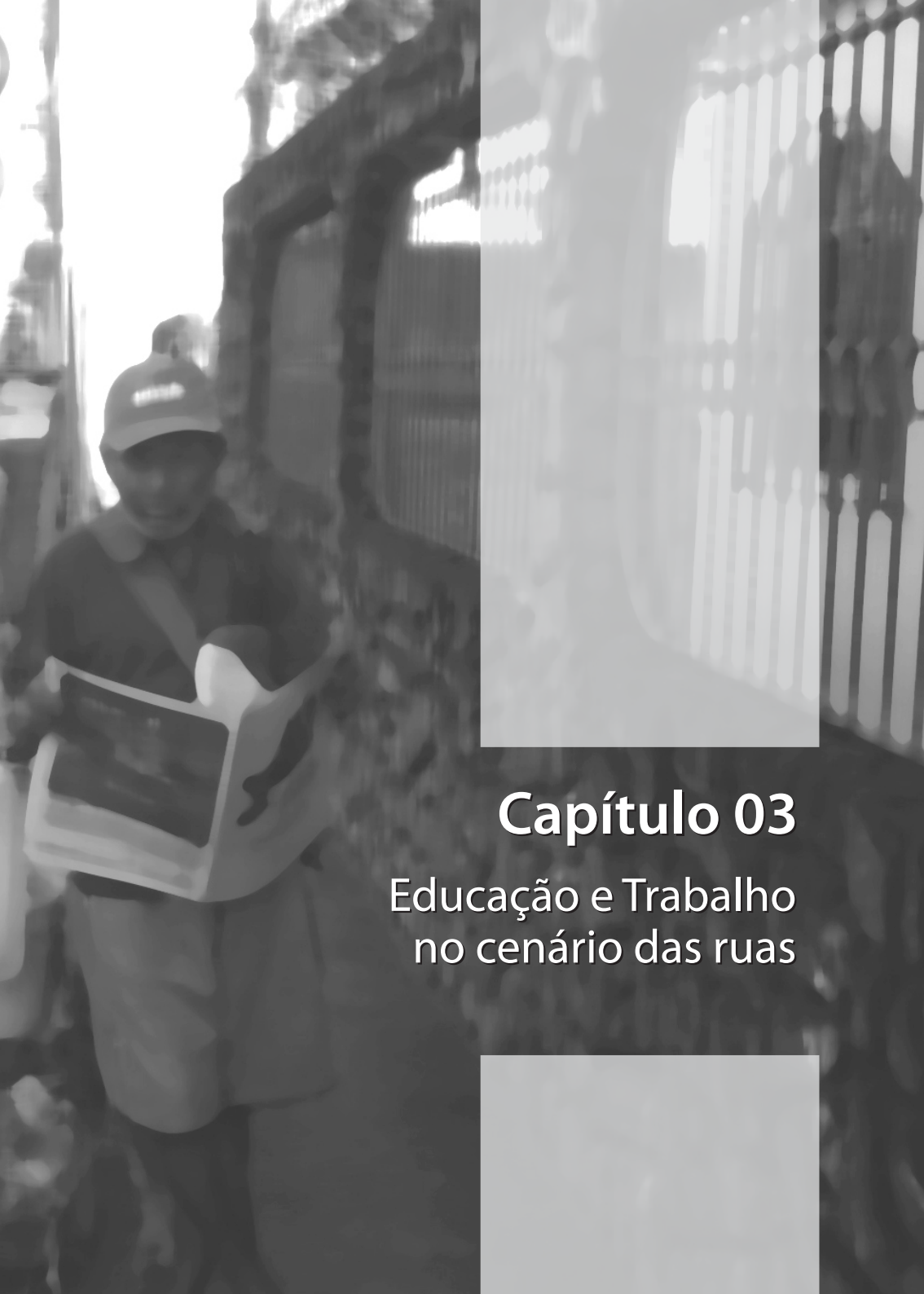
De acordo com Girardhi *et al.* (2005), o processo de adaptação aos espaços da rua ocorre em três fases distintas, que são: ficar na rua, estar na rua e ser da rua. Esses momentos traduzem um movimento de adaptação que vai do transitório ao permanente no espaço público. Desse modo, quando o sujeito está em situação de rua por pouco tempo ele pode preservar alguns vínculos, através de contatos com colegas e familiares, que lhe permitem preservar uma rede de relações de suporte, como conseguir um trabalho, por exemplo.

Em contrapartida, quanto mais tempo o indivíduo está em situação de rua mais difícil manter essas redes sociais de apoio:

> Com o passar do tempo, transforma-se a relação com o espaço das ruas e um processo de progressiva identificação com outros sujeitos cujas rotinas lhe são semelhantes permite que se estabeleça uma nova rede de relações que vai, aos poucos, substituir as antigas redes sociais (GIRARDHI *et al.*, 2005, p. 602).

Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos participantes estão em situação de rua há mais de dois anos[29]. Essa informação mostra que esse segmento possui ainda mais dificuldade de sair dessa condição ou mesmo de conseguir trabalho ou acesso a bens materiais e simbólicos que possibilitem a efetivação de direitos sociais básicos.

[29] Ver capitulo 03 deste livro.



Capítulo 03

Educação e Trabalho no cenário das ruas

O artigo 6° da Constituição Federal do Brasil de 1988 assegura que a educação e o trabalho, dentre outros, são direitos sociais básicos de todos seres humanos. No entanto, a garantia desses direitos para a população brasileira ainda não se efetivou em sua plenitude. Se tratando dos grupos vulneráveis socialmente, como a população que vive em situação de rua, os desafios são ainda maiores, uma vez que são diversas as dificuldades que impedem a efetivação desses direitos.

O trabalho constitui-se como uma categoria importante para o ser humano e para a sociedade a partir do momento que o homem passou a se apropriar da natureza e transformá-la em objetos úteis que pudessem atender as suas necessidades básicas de sobrevivência. Logo, o trabalho é um elemento fundamental na construção das relações sociais e na constituição da própria sociedade (REIS, 2012).

A educação também é fundamental para o ser humano e para o processo de constituição das relações sociais. De tal modo que a educação está diretamente vinculada com a humanização e a libertação dos indivíduos, visto que é o instrumento ao qual se capacita o homem a organizar seu pensamento, tornando-o apto a exercer seu papel de sujeito da história (BASILIO, 2009, p. 15).

Na sociedade capitalista, trabalho e educação são categorias indissociáveis. Assim, tem-se uma expectativa de que a trajetória escolar do indivíduo impacta em sua inserção no mercado de trabalho, isto é, atribui-se à formação escolar dos sujeitos o êxito ou não profissional dos mesmos. Todavia, essas expectativas nem sempre condizem com a realidade, uma vez que numa sociedade ainda marcada por injustiça e grandes desigualdades, o status profissional de uma pessoa nem sempre é mensurado apenas pela sua formação escolar.

Este capítulo busca analisar parte dos dados referentes à escolaridade e trabalho da PSR a partir da Pesquisa sobre a População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Compreender os modos de vidas e as particularidades deste segmento populacional é fundamental para o processo de elaboração de políticas públicas que não reproduzam as representações sociais reducionistas e os estigmas que assolam esses sujeitos.

3.1 População em situação de rua e a sua relação com o trabalho

Na contemporaneidade, o trabalho é visto como uma categoria central das transformações ocorridas ao longo da história até a sociedade capitalista, de forma que, cotidianamente, defrontamos com diversas formas de expressão da questão social produzidas pelas relações antagônicas entre capital/trabalho que, por sua vez, produzem situações de pobreza e exclusão social.

Nesse contexto, o fenômeno da população em situação de rua deve ser analisado como questão social decorrente da dinâmica da sociedade capitalista e não apenas como resultante dos problemas individuais dos sujeitos que se encontram nesta condição. Compreender dessa forma seria negligenciar a complexidade que envolve a realidade dessas pessoas.

A demissão/desemprego ou perda da renda é um dos fatores relatados pelos entrevistados como condição que os levaram a estar em situação de rua. Contudo, existem outros aspectos que são mais determinantes neste processo, tais como problemas familiares e uso de drogas, por exemplo[30].

A pesquisa sobre a população em situação de rua da RMGV sinaliza que 79,5% (306) dos entrevistados possuem alguma profissão, isto é, a maioria dos sujeitos que participaram do estudo. No que diz respeito às profissões, as principais respostas foram categorizadas da seguinte forma: 19,2% (77) indicam profissionais da construção civil; 9,5% (38) pintor de obras e automotivo; 8,0% (32) auxiliar de serviços gerais; 6,0% (24) profissionais de manutenção e mecânica automotiva; 4,0% (16) eletricista; 3,7% (15) cozinheiro/auxiliar de cozinha, dentre outras ilustradas no gráfico 09.

[30] Essa questão foi discutida de forma mais aprofundada no capítulo 02 deste livro.

Gráfico 09
Profissão* (%)

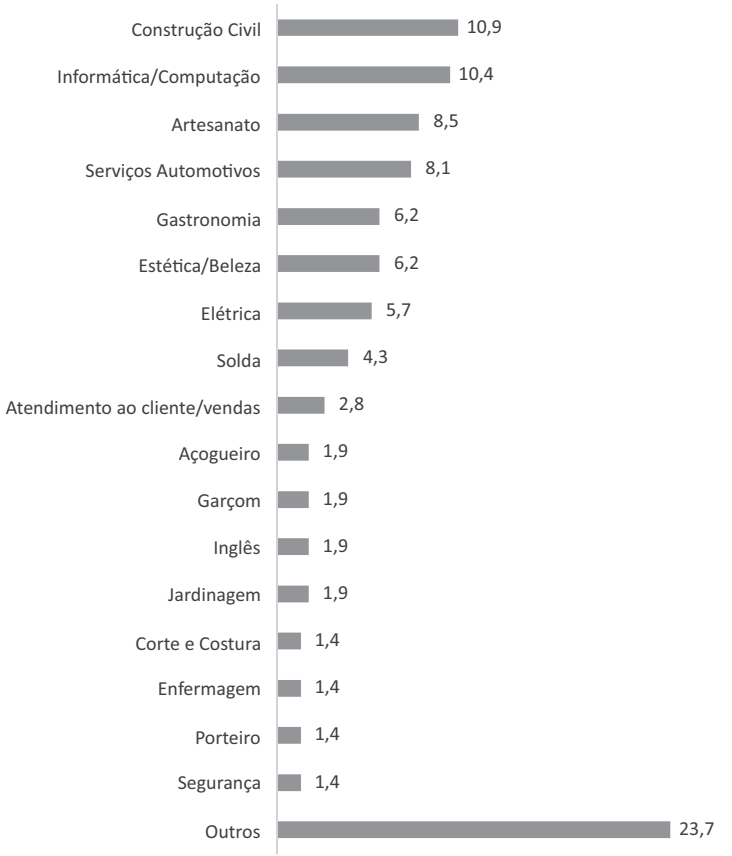


Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

Ao contrário do que é comumente difundido, pelos meios de comunicação, sobretudo, e da representação social predominante, os dados informam que a população em situação de rua da RMGV, majoritariamente, possui uma profissão. Cabe destacar também a diversidade de profissões que os sujeitos possuem.

Além de identificar que esses indivíduos possuem profissão, os resultados apontam também que eles adquiriram habilidades, conhecimentos específicos ou profissionais fora da instituição escolar. As respostas referentes as outras formas de habilidades adquiridas pelos sujeitos foram: 10,9% (23) sinalizam construção civil; 10,4% (22) informática/computação; 8,5% (18) artesanato; 8,1% (17) serviços automotivos; 6,2% (13) gastronomia, dentre outros ilustrados no gráfico 10.

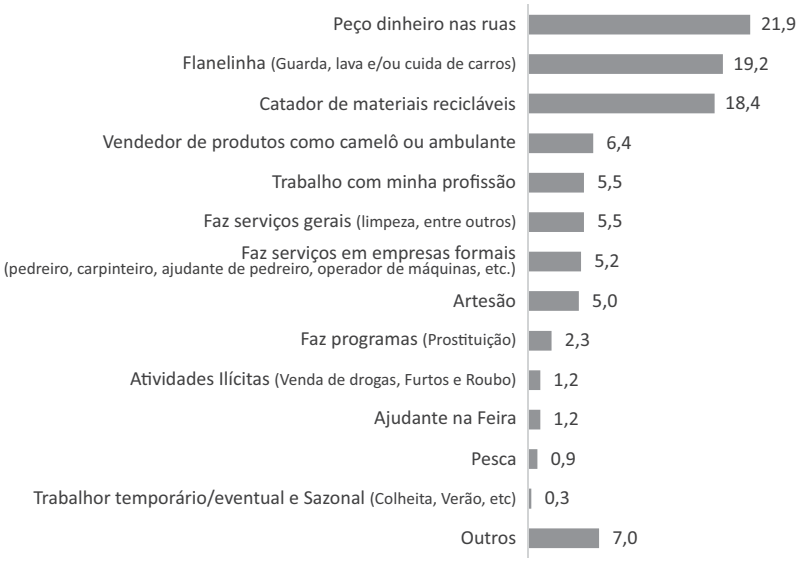
Gráfico 10
Outras formas de conhecimento* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

Em relação ao que os entrevistados fizeram para adquirir dinheiro nos últimos 15 dias, os resultados indicam as seguintes respostas: 21,9% (75) pedem dinheiro na rua; 19,2% (66) flanelinha; 18,4% (63) catador de materiais reciclados; 6,4% (22) vendendo de produtos como camelô ou ambulante; 5,5% (19) trabalho com minha profissão; 5,5% (19) serviços gerais, dentre outras respostas indicadas no gráfico 11.

Gráfico 11
Nos últimos quinze dias, o que fez para ganhar dinheiro?* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

A análise dos gráficos 09, 10 e 11 mostra que as atividades exercidas pelos entrevistados para obterem dinheiro não condiz, no geral, com a formação profissional e/ou conhecimentos e habilidades adquiridos por eles.

A informação referente à mendicância também é significativa, pois indica que esta prática não se constitui como a principal fonte de obtenção de renda para a população em situação de rua. A maioria absoluta (cerca de 67,6%) indica o envolvimento com um trabalho, mesmo que precarizado, em seu cotidiano, excluindo-se a mendicância, as atividades ilícitas ou condenada socialmente como a prostituição e a categoria outros.

Esses dados contribuem para desmistificar as representações sociais de que, no geral, as pessoas que vivem em situação de rua não querem trabalhar ou vivem apenas da mendicância. Em consonância com outros estudos (GRAZZIOLA, 2011; SCHOR E VIEIRA, 2010; ROZENDO, 2011), a pesquisa aponta que as pessoas em situação de rua entrevistadas são, majoritariamente, trabalhadores. A pesquisa nacional sobre a população em situação de rua também afirma que "Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência" (BRASIL, 2008, p. 10).

Nessa perspectiva, Schmitt e Schweitzer (2017, p. 105) destacam que as pessoas que vivem em situação de rua são uma parcela da população marcada por identidade/papéis destituídos devido à falta de reconhecimento social. Desse modo, são considerados, em geral "sujos", "loucos", "vagabundos" ou mesmo pessoas que não querem trabalhar porque são "preguiçosos". Sendo assim,

> Viver na rua não significa necessariamente viver sem dinheiro mas, sobretudo, significa adquirir o essencial para a sobrevivência sem passar pelo mercado. Não significa a eliminação de trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, substituído por outras formas de trabalho[31]. Também não significa viver sozinho, mas estabelecer novos vínculos com diferentes pares. Assim, viver na rua é também transitar pela possibilidade de gerar renda como estratégia para agregar valor à própria existência (GHIRARDI *et. al.*, 2005, p. 603).

Outra questão que cumpre salientar, a partir da análise do gráfico 11, é que a rua, além de ser o local de moradia para as pessoas participantes da pesquisa, é também o espaço público onde são realizadas a maioria das atividades de trabalho que visam garantir a sobrevivência deste segmento. Isso mostra o quanto as relações sociais dessas pessoas perpassam pela rua. Fator que contribui para que eles estejam ainda mais suscetíveis a serem vítimas de algum tipo de violência[32].

---

[31] O texto do autor citado traz uma nota de rodapé reproduzida literalmente aqui, que optamos por manter por respeito a sua construção original: "Entende-se emprego como uma atividade econômica exercida em função de um empregador. Já o trabalho é entendido como qualquer atividade econômica ou empreendimento do sujeito como o fim de prover o próprio sustento ou o sustento de um grupo de pessoas, independente de qualquer vínculo salarial." (GHIRARDI et al, 2005, p. 603)

[32] Ver o capítulo 2 deste livro.

Vale destacar que uma parcela expressiva dos entrevistados busca a reinserção ou inserção no mercado de trabalho formal, embora encontrem inúmeros obstáculos, como[33]: falta de vagas/oportunidades (17,3%; 86); não possui documentação (16,9%; 84); ausência de comprovante de residência (10,8%; 54); falta de qualificação profissional (9,6%; 48); problemas de saúde (8,4%; 42) uso de substâncias psicoativas (7,0%; 35), dentre outros sinalizados na figura 04. Cerca de 8,8% (44) das respostas indicam que não têm dificuldades ou interesse na inserção no mercado de trabalho formal (Gráfico 12).

Gráfico 12
Principais dificuldades para conseguir emprego formal* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

[33] O primeiro dado entre os parênteses equivale ao percentual e o segundo representa o número absoluto.

Cerca de 4,8% (24) das respostas indicam preconceito como uma das dificuldades para conseguirem emprego formal. Ademais, a resposta falta de vagas/oportunidades (17,3%) relatada pelos sujeitos da pesquisa, como um dos obstáculos para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, também pode ser analisada como associada ao preconceito ou como expressão deste, isto é, o estigma que assola esse segmento certamente elimina possibilidades e contribui para que a falta de vagas para eles seja mais acentuada do que para outros segmentos populacionais.

Observa-se que o trabalho, majoritariamente informal, realizado pelas pessoas em situação de rua permite sua sobrevivência na sociedade, porém, de forma muito precária. Um dado que reforça essa precarização, por exemplo, é que 71,4% (275) dos participantes deste estudo já trabalharam de carteira de trabalho assinado, no entanto, não trabalham mais. Infere-se desta informação que a maioria dos sujeitos já tiveram inseridos no mercado de trabalho formal. E, por outro lado, 22,6% (87) nunca trabalharam de carteira de trabalho assinada. Ademais, a renda média aferida nos últimos quinze dias por aqueles que afirmaram que trabalharam neste período foi de R$386,67, ou seja, uma renda insuficiente para suprir necessidades básicas de sobrevivência.

Nesse sentido, a probabilidade deste segmento populacional sair da situação de rua devido ao trabalho que exerce e da renda que adquirem torna-se muito baixa porque na sociedade capitalista é necessário ter trabalho e renda estável que possam atender as necessidades básicas de sobrevivência como moradia, alimentação, vestuário, dentre outros, como destaca Reis (2012, p. 48). Assim, "a vivencia nas ruas é permeada por trabalhos informais e rendimentos instáveis e a saída das ruas é vista como um processo que exige a aquisição de uma renda estável que atenta suas necessidades subjetivas" (Durães *apud* REIS, 2012, p. 48).

Embora realizado de forma precária e não dê condições das pessoas em situação de rua saírem da condição em que se encontram, faz-se necessário não negligenciar que o trabalho é muito importante para esses sujeitos, visto que é através do trabalho que eles estabelecem a sua vida material e criam expectativas de viverem melhores condições de sobrevivência (REIS, 2012, p. 48). O trabalho contribui para o processo de reconstrução das subjetividades e elaboração de projetos de vida.

No geral, o trabalho realizado pelas pessoas que vivem em situação de rua (flanelinha, catador de materiais recicláveis, camelô/ambulantes,

dentre outros) não possuem um reconhecimento social. Sendo assim, esses sujeitos não são vistos como trabalhadoras devido ao estigma e preconceito que acomete este segmento e, logo, as ocupações que eles exercem. Mudar essas representações sociais em relação à população em situação de rua é um desafio.

Segundo Vieira *et. al.* (*apud* GIRARDHI *et al.*, 2005, p. 602) "cair na rua" é uma forma de passar para o outro lado da sociedade, ao qual o reconhecimento desses indivíduos como atores sociais não está, necessariamente, relacionado à capacidade produtiva, mas à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência em situação de violência.

3.2 O Direito à educação para a população em situação de rua

A educação é um direito humano universal imprescindível para amenizar as desigualdades sociais e pobreza de um país. Para além dos benefícios econômicos e sociais que a educação traz, o caráter humanizador do processo educativo não pode ser negligenciado. Aquilo que não é garantindo pela natureza deve ser produzido historicamente pelos homens, logo, a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida.

Sendo assim, Saviani destaca que "[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (2008, p.13). A educação está diretamente relacionada com o processo de humanização, uma vez que seu objeto está vinculado com os elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos, como ressalta o autor.

Nessa direção, Paulo Cesar de Lima[34] (2016, p.1) destaca que:

> Além do simples conhecimento técnico, a educação promove diversas modificações no ser humano, tanto de forma intrínseca, como com relação ao meio em que vive. Subjetivamente, a educação auxilia no ganho de autoestima, de reconhecimento perante o outro, de perseverança na conquista de objetivos. Já na esfera comunitária, a

[34] Promotor de Justiça da Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais (CIMOS) de Belo Horizonte.

> educação favorece na inclusão social de uma forma geral, no acesso e busca aos direitos, na obtenção de um emprego formal e na compreensão de informações, como, por exemplo, sobre questões da saúde.

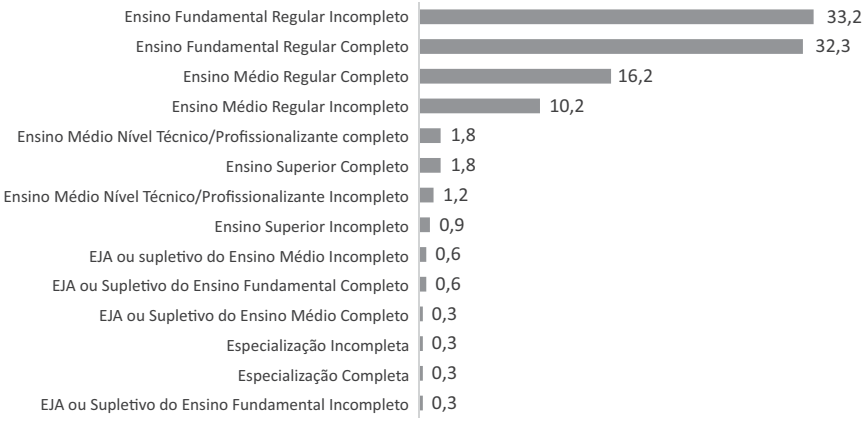
No que concerne á escolarização dos sujeitos participantes da pesquisa, os dados ilustram que a maioria dos entrevistados são alfabetizados, visto que 75,1% (289) afirmaram que sabem ler e escrever. Enquanto 11,2% (43) leem e escrevem, porém, com dificuldades; 9,4% (36) não sabem ler nem escrever e 3,9% (15) apenas assinam o próprio nome. Além disso, o estudo informa também que é uma população predominantemente escolarizada, visto que 89,4% (344) dos entrevistados frequentaram escola ou estabelecimento de ensino e 2,9% (11) relataram que estavam estudando no período da realização da pesquisa. Por outro lado, 6,8% (26) nunca estudaram.

Infere-se da pesquisa que a maioria dos participantes, que afirmaram já ter estudado, interromperam os estudos numa idade muito precoce, ou seja, 38,7% (149) dos sujeitos abandonaram a escola quando estavam na faixa etária de 6 a 17 anos.

Em relação ao nível de escolaridade, o gráfico 13 aponta que a maioria dos entrevistados acessou o ensino fundamental, sendo que 33,2% (111) não chegaram a concluir esta etapa de ensino, enquanto 32,3% (108) afirmaram possuir o ensino fundamental completo. Cerca de 10,2% (34) dos sujeitos acessaram o ensino médio, no entanto, não chegaram a concluir a última etapa de ensino, por outro lado, 16,2% (54) têm o ensino médio. Essas informações mostram que, no geral, os sujeitos possuem baixa escolaridade.

Em que pese a pouca escolaridade dos entrevistados, observa-se que uma parcela significativa deles, 162 pessoas, tiveram acesso a alguma forma de conhecimento onde adquiriram habilidades específicas fora do modelo tradicional de ensino.

Gráfico 13
Escolaridade (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

As diretrizes da Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua preveem a implementação de políticas públicas para a estruturação de vários setores, dentre eles a educação. Desse modo, o documento aponta ações estratégicas importantes no âmbito da educação, que são:

1.Promoção da inclusão das questões de igualdade social, gênero, raça e etnia nos currículos, reconhecendo e buscando formas de alterar as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias, especialmente com relação à população em situação de rua;

2. Constituição de grupos de estudo que discutam maneiras de a educação ser feita em meio aberto, sem necessidade de deslocamento até as escolas;

3. Oferta regular de educação de jovens e adultos, especialmente no que se refere à alfabetização, com facilitação de ingresso em sala de aula em qualquer época do ano;

4. Oferta de incentivos à assiduidade escolar para a população em situação de rua, tais como uniformes e materiais escolares gratuitos, facilitação do transporte de ida e volta da escola, fornecimento de alimentação, etc.;

5. Inclusão da população em situação de rua nos programas de apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escola aberta, especialmente nos finais de semana;

6. Inclusão do tema população em situação de rua, suas causas e consequências, como parte dos debates sobre essa realidade nacional nas redes de ensino de todo o País.

7. Adequação dos processos de matrícula e permanência nas escolas às realidades das pessoas em situação de rua, com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e de comprovantes de residência.

8. Promoção de políticas de Inclusão Digital para pessoas em situação de rua.

Não obstante os avanços legais que visam garantir o direito à educação das pessoas que vivem em situação de rua, ainda existem vários obstáculos que impedem esse segmento populacional de retornar ou continuar à escolarização. Ao analisar o conceito de exclusão da escola sofrida pelas classes populares, em especial, pela população em situação de rua, nota-se que não é suficiente considerar, de forma isolada e simplória, o fato de terem sido e estarem em processo permanente de privação de grande parte de seus direitos básicos, que, logicamente, deveriam ser garantidos, mediante o marco legal existente. São essas negações, somadas às situações de opressão, de discriminação e de dominação, consolidadas e disseminadas pela lógica das relações sociais capitalistas de exploração e expropriação, que tem imposto a este grupo social as situações de exclusão e marginalização a que está condicionado dentro do próprio sistema, especificamente em relação à educação escolar (Ribeiro *apud* ALMEIDA, 2012).

Em relação à trajetória escolar da PSR, as principais dificuldades relatadas pelos entrevistados para iniciar ou retornar aos estudos ao longo de suas vidas foram: 30,8% (124) precisava trabalhar; 14,6% (59) falta de interesse em estudar; 8,4% (34) falta de apoio da família; 7,7% (31) casamento/filhos; 7,7% (31) envolvimento com drogas; 5,2% (21) escola era longe de casa; 3,5% (14) dificuldade de compreender ou entender o conteúdo das aulas; 3,2% (13) problemas de saúde/acidentes; 3,0% (12) dificuldades financeiras; 3,0% (12) falecimento de familiares; dentre outros[35].

[35] Os entrevistados poderiam indicar até 3 motivos.

Estar fora da escola há muito tempo contribui para que os sujeitos tenham ainda mais dificuldades e falta de motivação para retornar à instituição. Isso ocorre, sobretudo, quando a escola não valoriza os saberes populares e as experiências vindas da realidade dos sujeitos. Assim, "tal relação se faz possível, uma vez que, decorrido muito tempo fora da sala de aula, o estudante se sente defasado, impotente diante da complexidade do conhecimento acadêmico, tão díspar do saber de experiência feito" (ALMEIDA, 2012, p. 12).

O fato da instituição escolar, no geral, valorizar somente os saberes acadêmicos em detrimento dos saberes populares constitui-se como um entrave que dificulta o retorno à escola para as pessoas que vivem em situação de rua. Esse foi um dos elementos que os sujeitos participantes da pesquisa realizada por Almeida (2012) identificaram como obstáculo para o retorno à escola. Portanto, para que a escola seja mais inclusiva e não contribua para excluir ainda mais essas pessoas, faz-se necessário valorizar os conhecimentos e as experiências trazidas da vida.

As pessoas em situação de rua participantes da pesquisa realizada por Almeida (2012) relataram ainda outras dificuldades para o retorno e continuação da escolarização, que foram: falta de documentação civil; não ter condições materiais para estarem em ambientes escolares (roupas, tênis); não ter família; a escola valoriza somente os saberes acadêmicos; estar fora da escola há muito tempo; modelo escolar rígido e disciplinador; escola não valoriza a diversidade; dependência química; falta de motivação; estigma vivenciado por estar em situação de rua; dentre outros.

Nesse sentido, é fundamental a reflexão sobre o modelo educacional hegemônico de uma educação que acaba, muitas vezes, reforçando a exclusão de seres humanos que já vivem numa condição excludente, como as pessoas em situação de rua.

3.3 Considerações

O trabalho e a educação são direitos sociais assegurados pelo aparato legal. A efetivação desses direitos é fundamental para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais. A possibilidade de exercer uma atividade produtiva reconhecida socialmente e o acesso à educação, seja educação escolar ou educação popular, podem fortalecer a autoestima e a autonomia individual das pessoas que vivem em situação de rua de modo a contribuir para que elas tenham possibilidade de sair da condição em que se encontram. Nesse contexto, Almeida (2012, p. 15) aponta que:

> [...] a negação ao direito à educação pública de qualidade, ao trabalho, à renda digna, à alimentação saudável, à segurança, enfim, a uma vida plena de autonomia e liberdade não a suposta "liberdade " de viver nas ruas, mas a liberdade de que fala Freire, que é vocação humana - certamente não auxiliará a população de rua a se engajar na busca por sua humanidade.

Um dos resultados da pesquisa indica que, ao contrário da representação social vigente, no geral, os participantes da pesquisa adquirem renda para sobrevivência através da realização de trabalho informal e não somente com a mendicância, como muitos pensam. Constata-se, portanto, que a maioria dos sujeitos realizam trabalhos informais para adquirirem renda para sobreviver, mesmo sendo de baixa qualificação, precário e mal remunerado.

São vários os entraves apontados pelos sujeitos da pesquisa que impedem sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho formal, tais como: falta de vagas/oportunidades; exigência de documentação; exigência de comprovante de renda; falta de qualificação profissional, dentre outros.

No que concerne à exigência de documentação e/ou comprovante de residência, a articulação de uma rede de serviços, como as secretarias de assistência social e as de mercado, trabalho e renda juntamente com os Centro Pop, por exemplo, pode amenizar essa dificuldade.

Em relação à falta de vagas/falta de oportunidades uma ação possível para amenizar esse obstáculo é a criação incentivos às empresas para contratarem pessoas que vivem em situação de rua. Uma iniciativa nessa direção foi realizada pela Câmara de Vereadores de Vitória que aprovou o projeto de resolução n° 17/2018[36], que institui o projeto "Emprego Cidadão" na CMV. A proposta incentiva as empresas que prestam serviço para a Instituição a empregar pessoas em situação de rua. Cabe destacar que, no geral, essas iniciativas do poder público refletem as demandas vindas do movimento social que luta por melhores condições de vida para esse segmento populacional.

[36] http://www2.cmv.es.gov.br/controladoria/noticia/ler/8842/vereadores-aprovam-projeto-que-incentiva-emprego-s-pessoas-em-situao-de-rua.

Sabe-se que a falta de qualificação profissional é um dos aspectos que dificulta a inserção das pessoas, de modo geral, no mercado de trabalho. No que diz respeito à população em situação de rua, a pesquisa aponta que a maioria dos entrevistados possuem uma qualificação profissional e já tiveram inseridos no mercado de trabalho formal, logo, a falta de capacitação não pode se constituir no principal entrave que garante o direito ao trabalho para a maioria do segmento entrevistado. Em que pese essa informação, não se pode negligenciar que o estudo mostra, também, que alguns sujeitos afirmaram que a falta de qualificação profissional se constitui num obstáculo para a inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Esse dado mostra a necessidade de oferta de cursos profissionalizantes voltadas para esses sujeitos.

Cabe destacar que a oferta de cursos profissionalizantes é um primeiro passo para possibilitar a inserção ou reinserção deste segmento populacional no mercado de trabalho. Todavia, faz-se necessário apontar que os espaços onde serão ofertados os cursos, seja na escola ou outra instituição, devem ter o cuidado em promover ações pedagógicas e profissionalizantes que sejam, de fato, inclusivas. Desse modo, o acolhimento e o respeito às singularidades das pessoas que vivem em situação de rua, por parte dos profissionais e colegas, são fundamentais para o êxito das ações, de modo que os sujeitos consigam concluir a qualificação.

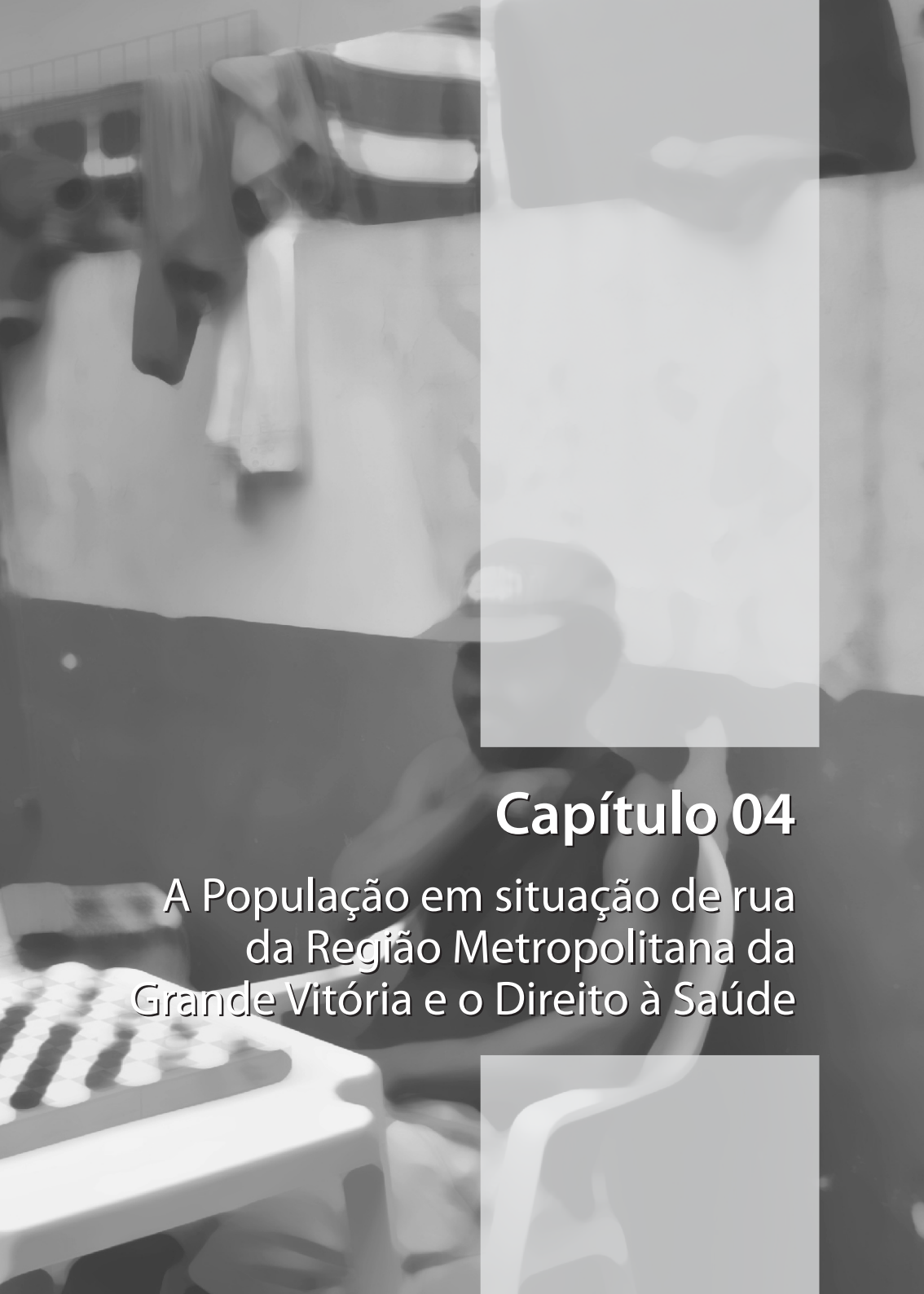
Em relação à escolaridade, os dados da pesquisa sinalizam que os entrevistados, no geral, possuem baixa escolaridade e que são vários os fatores que dificultaram que eles iniciassem ou retornassem aos estudos em suas trajetórias, tais como: precisava trabalhar; falta de interesse em estudar; falta de apoio da família; casamento/filhos; envolvimento com drogas; escola era longe de casa, dentre outros.

O estudo aponta também que os entrevistados são, predominantemente, pessoas escolarizadas, uma vez que a maioria deles frequentaram escola ou estabelecimento de ensino. O fato desses indivíduos possuírem experiências significativas de escolarização pode ser um fator facilitador para a oferta de cursos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou de qualificação profissional. Para que a escola seja um local inclusivo para a pessoas que vivem em situação de rua é fundamental que os profissionais valorizem seus saberes populares e experiências, de modo que respeite suas particularidades.

Outra questão a se pensar em relação à garantia do direito à educação formal para a população em situação de rua é como a "escola" poderia ir até os indivíduos de modo que não fosse preciso o deslocamento dos mesmos para a instituição escolar. Vale refletir sobre essa possibilidade, pois esses indivíduos acabam criando resistência às instituições, com suas regras e normatizações, devido à própria dinâmica de vida deles no espaço da rua que, muitas vezes, vai de encontro às relações estabelecidas em espaços institucionais. Inclusive, uma das ações estratégicas voltadas para a educação proposta na Política Nacional para as População em Situação de Rua prevê a Constituição de grupos de estudo que discutam maneiras de a educação ser feita em meio aberto, sem necessidade de deslocamento até as escolas. Os Centros Pop da RMGV, por exemplo, buscam realizar oficinas socioeducativas voltadas para os usuários que vivem em situação de rua. Potencializar os espaços já frequentados pela população em situação de rua como os Centro Pop e os Abrigos, como espaços educativos inclusivos talvez seja uma estratégia que demande apenas articulação intersetorial.

Diante da complexidade de questões que envolve a realidade da população em situação de rua, as observações feitas neste texto buscaram trazer algumas reflexões acerca do trabalho e da educação escolar para esse segmento. A efetivação de ações que visem garantir a inserção ou reinserção destes sujeitos na instituição escolar e no mercado de trabalho perpassa pelo esforço do poder público e dos vários setores envolvidos nessa questão. Além disso, é fundamental a construção de uma rede de serviços articulados entre setores diversos voltadas para atender as demandas desses sujeitos. Por fim, conclui-se com a reflexão de Paulo Freire (2007) de que a busca pela humanização não se concretiza na indigência, mas, pelo contrário, requer liberdade, possibilidade de decisão e de autonomia.





Capítulo 04

A População em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória e o Direito à Saúde

Este capítulo visa apresentar e analisar os dados referentes à saúde da PSR da RMGV a partir da Pesquisa sobre População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

A população, no geral, tem dificuldades em acessar os serviços básicos de saúde ou mesmo em ser atendida de forma adequada[37]. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS)[38], o país teve avanços significativos na área da saúde, no entanto, tem-se ainda muito que avançar neste aspecto. Se tratando da população em situação de rua, a garantia do direito à saúde torna-se ainda mais difícil devido à condição, marcada pela exclusão social, a qual este grupo se insere. Esse é um dos grupos populacionais que menos acessam os serviços de saúde.

Nos últimos anos houve avanços significativos nas políticas públicas que visam assegurar o direito à saúde da população em situação de rua[39], no entanto, ainda são muitos os desafios em relação a aproximar estas políticas das reais necessidades das pessoas que vivem nas ruas. Ademais, outra dificuldade é assegurar os princípios de universalidade, integridade e equidade recomendados pelo SUS em suas diretrizes. Macerata (2014, p. 925) chama atenção que, historicamente, a saúde se relacionou muito pouco com este grupo, desconsiderando a rua como um território de vida existente e, delegando o tratamento da pessoa que vive na rua unicamente a assistência social e a polícia.

A busca por alimentos em lixos ou locais insalubres, a falta de acesso à água potável, a dificuldade na manutenção da higiene pessoal, dentre outros, são algumas vulnerabilidades que fazem com que as pessoas em situação de rua fiquem mais suscetível a determinados problemas de saúde (AGUIAR, 2012).

Em linhas gerais, pesquisas sobre a temática apontam que os principais obstáculos que as pessoas que vivem em situação de rua enfrentam em relação a garantir o direito à saúde são: preconceito e discriminação por parte dos profissionais da saúde; predominância de políticas de saúde

---

[37] Entende-se que um atendimento adequado, na área de saúde, é aquele que contempla os direitos humanos, o respeito às singularidades dos modos de vida e às reais necessidades dos usuários.

[38] Constituição Federal do Brasil de 1988.

[39] Ver, por exemplo: HALLAIS e BARROS (2015); AGUIAR e IRIART (2012), entre outros.

focalizadoras e higienistas; negligência das singularidades das pessoas em situação de rua e de suas concepções acerca de saúde-doença; burocratização para atendimento, que se manifesta, de forma predominante, na exigência da documentação.

4.1 A garantia do direito à saúde para a população em situação de rua: limites e potencialidades

A Política Nacional para a População em Situação de Rua de 2009 tem como um de seus objetivos garantir cuidados de saúde para as pessoas em situação de rua, mas os serviços de assistência social e de albergamento não dispõem de estrutura e recursos humanos voltados para o atendimento à saúde (HALLAIS; BARROS, 2015).

É preciso reconhecer que nos últimos anos devido, sobretudo, à mobilização de movimentos sociais organizados, houve avanços na legislação no que se refere a assegurar o direito à saúde da população em situação de rua. A portaria 122/123, de janeiro de 2012, estabeleceu as diretrizes das equipes de Consultório na Rua (ECR) que integram o componente Atenção Básica da Rede de Atenção Psicossocial e visam atuar frente aos diferentes problemas e necessidades do segmento. Neste mesmo ano de 2012, o Ministério da Saúde publicou o Manual sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua que aborda sobre a vida na rua e a exposição aos problemas de saúde que ela traz. Sobre o Consultório na Rua destaca-se que:

> O Consultório na Rua (CnaR) é um equipamento itinerante de saúde que integra a Rede de Atenção Básica e desenvolve ações de atenção psicossocial, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica. Por isso, trabalha em parceria com as unidades básicas de saúde e com os Centros de Atenção Psicossocial, priorizando que a assistência e o cuidado sejam realizados no próprio território de rua [...] A assistência em saúde oferecida pelo CnaR está direcionada para acolher demandas diversificadas e complexas, considerando a "saúde não centrada somente na assistência aos doentes, mas, sobretudo, na promoção de saúde e no resgate da qualidade de vida, com intervenção nos fatores que a colocam em risco" (HALLAIS, 2015, p. 1498).

O acesso à saúde das pessoas em situação de rua tem se fortalecido no SUS, principalmente, através das Equipes de Consultório na Rua. A formação destas equipes objetiva se efetivar como uma equipe da atenção básica, de modo que atenda a integralidade das necessidades de saúde e possibilite o acesso do grupo aos serviços de saúde. Os atendimentos e acompanhamentos são realizados tanto na rua, em sua maioria, como modo de conseguir acompanhar o usuário em seu território de vida, quanto em unidades fixas com o objetivo de ser uma referência de acolhimento para qualquer demanda. Sendo assim, a ideia básica é que "[...] com essas equipes de Consultório na rua, que o SUS possa assistir, prevenir e promover saúde a partir das características do território, de constituir-se como um serviço referência na rua, com a rua, pela rua e por meio da rua" (MACERATA, 2014, p. 924).

Diante da complexidade da situação de saúde que envolve as pessoas em situação de rua, sabe-se que o aparato legal é um avanço, no entanto, não é o suficiente para garantir o acesso aos serviços de saúde e um atendimento de qualidade para esses sujeitos.

Os resultados da pesquisa sobre População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória apontam que 44,7% (172) dos entrevistados relataram que possuem algum problema de saúde. Desse total, apenas cerca de 44,7% (77) afirmaram que recebem tratamento médico para cuidar do problema, enquanto 55,2% (95) afirmaram não receber nenhum tratamento médico. Por outro lado, 51,7% do total de entrevistados afirmaram que não possuem problemas de saúde e 3,6% não sabe/não lembra/não respondeu.

Quando os participantes do estudo foram perguntados se fizeram algum exame de saúde no último ano, cerca de 53,5% (206) disseram que sim, 41,3% (159) responderam que não, 1,0% (4) nunca fizeram exames de saúde e 4,2% (16) não sabe/não lembra/não respondeu. Os exames de saúde realizados por aqueles que afirmaram que fizeram algum exame nos últimos anos foram[40]: 45,3% (165) das respostas sinalizaram hemograma completo; 16,8% (61) urina; 15,4% (56) fezes; 9,1% (33) infecções sexualmente transmissíveis; 2,2% (8) check-up completo, entre outros. A maioria dos exames foram realizados em Unidade de saúde (36,5%); Unidade de Pronto Atendimento-UPA (33,1%); Hospital (17,6%).

[40] Essa é uma questão aberta que permite mais de uma resposta. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas e não o total de entrevistados.

O que chama atenção nesses dados é a quantidade expressiva de entrevistados que não recebem tratamento médico para cuidar dos problemas de saúde (55,2% dos que afirmaram ter problema) e que não fizeram exame de saúde no último ano (41,3% do total de entrevistados, 159 pessoas). Ademais, a maioria dos indivíduos relataram que não possuem problemas de saúde, informação que fala da percepção de saúde e não necessariamente da saúde dos indivíduos.

Cabe salientar que as concepções de doença e de saúde das pessoas que vivem em situação de rua são aspectos que podem contribuir, dentre outros fatores, para a não adesão desse segmento aos serviços de saúde ou mesmo para os sujeitos afirmarem que não possuem doenças. A falta de perspectiva com o futuro provavelmente pode ser fator que potencializa a falta de procura ou adesão aos serviços de saúde.

Essas informações não visam culpabilizar os sujeitos que vivem em situação de rua pelo não acesso aos serviços de saúde. Pelo contrário, busca-se ressaltar que a situação vivenciada por eles é tão complexa que fatores diversos, que são, muitas vezes, pouco discutidos, interferem em seus modos de vida e percepções sobre a realidade e, logo, como eles se relacionam com a saúde. Isso sinaliza a importância de uma equipe de profissionais interdisciplinar para atuar com este grupo.

O estudo realizado por Aguiar (2012, p.120) sobre os significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua de Salvador traz apontamentos pertinentes sobre a concepção de doença para esse segmento. A pesquisa sinaliza, entre outras coisas, que a concepção de saúde para os entrevistados, não abrigados, está associada à capacidade de estar vivo e de resistir ao difícil cotidiano das ruas. Enquanto a perspectiva de doença está vinculada ao estado de debilidade que os impossibilita de trabalhar e de lutar para ganhar dinheiro.

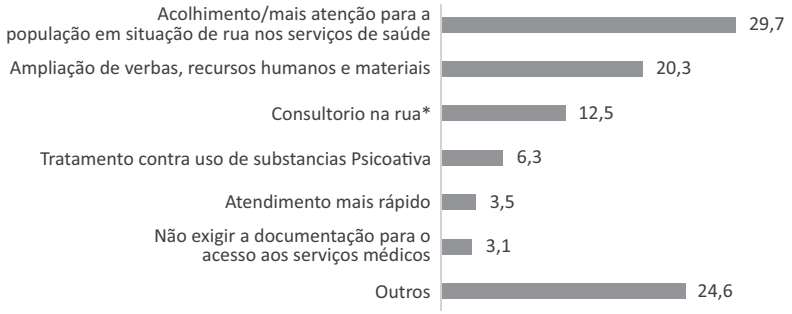
Em consonância com essa perspectiva, o estudo de Carneiro Junior e Fernandes (*apud* AGUIAR, 2012, p. 120) aponta que a doença, para a população em situação de rua, geralmente tende a ser considerada doença, demandando pronto atendimento, quando é impeditiva de atividades cotidianas. É sabido que esse segmento populacional não é um grupo homogêneo e que as regionalidades impactam em seus modos de vida e concepções de mundo, ainda mais num país extenso como o Brasil. Logo, não se pretende aqui afirmar que a concepção de saúde-doença das pessoas que vivem na rua em Salvador, por exemplo, são as mesmas que as que vivem nas ruas na RMGV. No entanto, busca-se

salientar que a compreensão de saúde e doença destes indivíduos é fundamental para a formulação de políticas públicas na área da saúde voltadas para eles, assim como para qualquer outro grupo com suas especificidades.

Quando os participantes da pesquisa foram questionados sobre como eles são recebidos nos serviços de saúde, 67,5% (260) afirmaram que são bem recebidos. Por outro lado, 15,6% (60) disseram que são mal atendidos, sofrem preconceito, descaso e 2,1% (8) afirmaram que não são atendidos. Embora a maioria dos entrevistados tenham relatado que são bem recebidos, observa-se que a principal resposta dada por eles quando foram perguntados sobre as mudanças importantes que deveriam ocorrer para melhorar o sistema de saúde no atendimento à população em situação de rua foi: acolhimento/mais atenção para a população em situação de rua (29,7%)[41]. As outras respostas apontadas pelos entrevistados no que se refere à questão mencionada foram: ampliação de verbas, recursos humanos e materiais (20,3%); consultório na rua (12,5%); tratamento contra uso de substâncias psicoativas (6,2%); atendimento mais rápido (3,5%); não exigir a documentação para o acesso aos serviços médicos (3,1%) (Gráfico 14).

Gráfico 14

Você saberia dizer até três mudanças importantes que deveriam ocorrer para melhorar o sistema de saúde no atendimento à população em situação de rua?* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

[41] A pergunta permitia até 3 respostas. Foram obtidas um total de 256 respostas e os percentuais foram calculados em relação a este total.

Dentre as mudanças que deveriam ocorrer para melhorar o sistema de saúde no atendimento à população em situação, 3,1% das pessoas responderam: a não exigência da documentação para o acesso aos serviços médicos. Cabe salientar que o £1º, do artigo 23, da Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema Nacional de Cartão de Saúde (Sistema Cartão) dispensa aos ciganos nômades e pessoas em que vivem em situação de rua a exigência de apresentar o endereço do domicílio permanente para aquisição do Cartão SUS.

A relação entre os profissionais da saúde e os usuários é um fator fundamental, que não pode ser negligenciado nas políticas públicas de saúde, sobretudo, quando voltadas para grupos que vivem numa condição de vulnerabilidade física e social, como o segmento das pessoas que vivem em situação de rua.

Macerata (2014, p. 924) sinaliza duas principais dificuldades dos serviços de saúde no que se refere a atender as demandas dos sujeitos que vivem em situação de rua. A primeira diz respeito a considerar a integralidade das dimensões da saúde, a complexidade das formas de vida, a inseparabilidade entre saúde biológica, subjetiva e social. E, além disso, a dificuldade em atender uma realidade com modos de vida variados, muito diferente dos padrões considerados "normais" na cidade, isto é, que possui outra relação com o tempo, com o trabalho e com outras dinâmicas nos seus laços afetivos.

Neste contexto, a autora supracitada destaca que não basta saber dos protocolos, dominar as técnicas e os insumos necessários, mas o que será primordial no serviço de saúde no cuidado na rua é o modo relacional que se estabelecerá entre os serviços e usuários. Assim, faz-se necessário "[...] considerar os territórios como dinamicidades vivas, constituídas de uma diversidade de fatores e passíveis de serem transformadas. Isso implica uma postura de acolhimento, acompanhamento e produção da política a partir de cada território" (MACERATA, 2014, p. 929).

Reconhecer a particularidade dos modos de vida das pessoas que vivem nas ruas perpassa pelo acolhimento, sensibilidade e escuta qualificada dos profissionais da saúde que atuam junto desse segmento, além da competência técnica. Isso porque, conforme destaca Hallais (2015, p. 1498): "Características estigmatizantes como a sujeira, o mau cheiro e o efeito de drogas lícitas e ilícitas são, muitas vezes, determinantes para a precariedade no acolhimento ao morador de rua nos serviços de saúde".

Logo, é fundamental que a formação inicial e continuada dos profissionais possibilite reconhecer a população em situação de rua enquanto sujeitos de direitos, com trajetórias particulares, para que, assim, possam atuar no atendimento de forma comprometida com as singularidades destes indivíduos e garantir a atenção integral à saúde dos mesmos. E, desse modo, não reforçar os estigmas que acometem essas pessoas e perpetuar ações preconceituosas e discriminatórias.

> Sendo assim, é importante que os profissionais de saúde acolham o morador de rua como sujeito de direitos e como um indivíduo portador de uma trajetória de vida singular. Conhecer os territórios, as dinâmicas de vidas e as suas práticas de transgressão é parte de um processo de abertura para o "outro" e o caminho para a desconstrução do olhar estigmatizante e colonizador (HALLAIS e BARROS, 2015, p. 1503).

O debate acerca da política de saúde voltada para a população em situação de rua não pode negligenciar a heterogeneidade que compõe esse segmento. É preciso pensar em políticas específicas voltadas para atender as necessidades das pessoas em situação de rua com deficiência, por exemplo. Além disso é preciso reconhecer, também, as especificidades das demandas das mulheres e das crianças que vivem nas ruas.

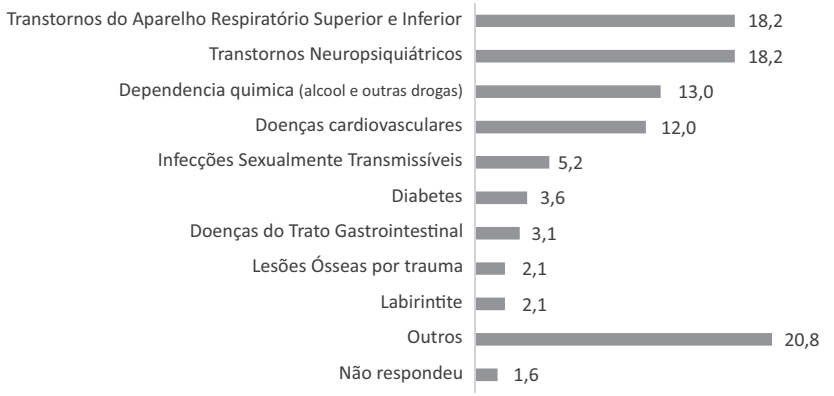
Os dados do estudo sinalizam que 24,4% (94) dos participantes da pesquisa afirmaram que possuem alguma deficiência, sendo que 43% (40) apresenta deficiência motora; 29% (27) mental; 32,3% (30) visual e 8,6% (8) auditiva.

É comumente difundida a ideia, no discurso midiático, sobretudo, que o principal fator que fragiliza a saúde da população em situação de rua deriva do efeito do uso de substâncias psicoativas, mais precisamente o uso do crack, associando esse grupo social com espaços pejorativamente denominados de "cracolândia".

O uso abusivo de álcool e outras drogas é um problema que atinge esses sujeitos, mas existem outras questões que afetam essa população que não podem ser negligenciadas, tais como tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis, transtornos mentais, doenças dermatológicas, hepatites virais, dentre outras, conforme destacado por Hallais (2015, p. 1501).

Os principais problemas de saúde relatados pelos entrevistados da pesquisa foram[42]: 18,2% (35) das respostas sinalizaram transtornos do aparelho respiratório superior e inferior (nesta categoria estão inclusas algumas doenças, tais como: asma, bronquite, pneumonia, etc..); 18,2% (35) das respostas indicam transtornos neuropsiquiátricos; 13% (25) dependência química-álcool e outras drogas; 12% (23) doenças cardiovasculares; 5,2% (10) infecções sexualmente transmissíveis, dentre outras (Gráfico 15).

Gráfico 15
Principais problemas de saúde (%)

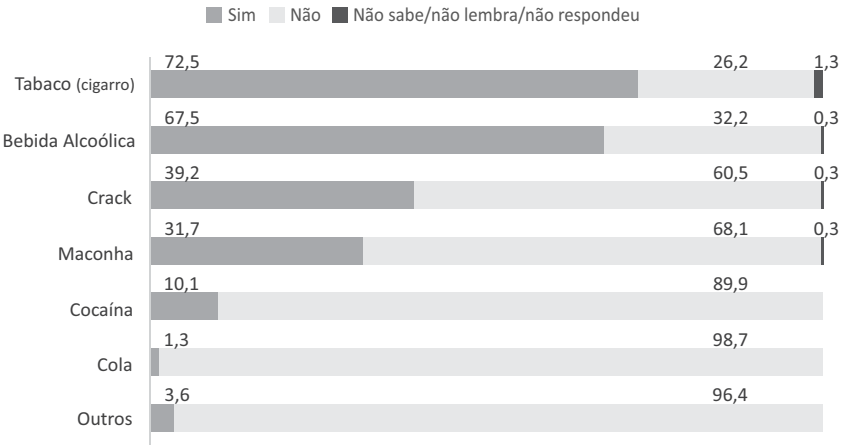


Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

No que concerne ao uso de substâncias psicoativas, nota-se que a maioria dos entrevistados (89,1%) afirmaram que fazem uso destas substâncias. A substância psicoativa mais utilizada pelos participantes da pesquisa é o tabaco (72,5%), seguido da bebida alcóolica (67,5%). Em números absolutos, esses percentuais representam 279 e 260 sujeitos. Além disso, 39,2% (151) relataram que fazem uso do crack, 31,7% (122) são usuários de maconha, 10,1% (39) de cocaína, dentre outras substâncias apontadas na figura 03. De acordo com 52,2% (201) dos entrevistados, estar em situação de rua contribuiu para aumentar o uso destas substâncias (Gráfico 16).

[42] Essa é uma questão aberta que permite mais de uma resposta. Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas e não o total de entrevistados.

Gráfico 16
Quais substâncias psicoativas faz uso? (%)

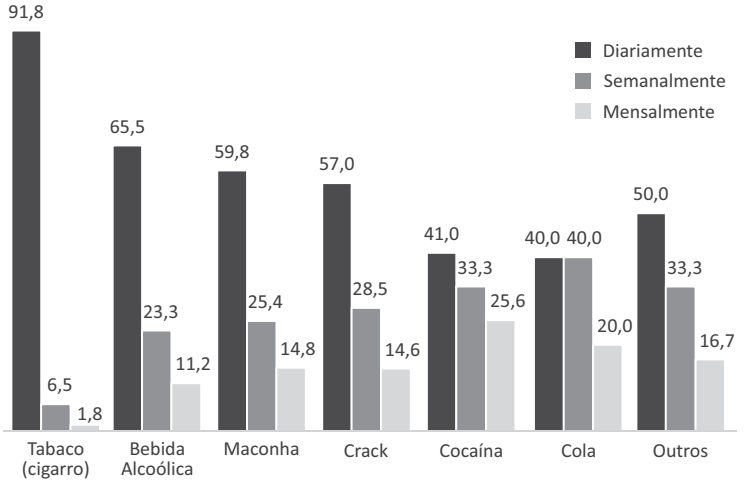


Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Esses dados mostram que o crack não é a substância psicoativa que os sujeitos mais fazem uso. Essa informação é importante para desmistificar a ideia de que a maioria da população em situação de rua é usuária de crack, fato que acaba por reforçar o estigma deste segmento.

Em relação ao uso de bebidas alcoólicas, nota-se que 65,5% (169) dos sujeitos que fazem uso desta substância bebem todos os dias, 23,3% (60) fazem uso semanal e 11,2% (29) fazem uso mensal. Dentre aqueles que utilizam tabaco, 91,8% (256) fazem uso diariamente desta substância, 6,5% (18) usam semanalmente e 1,8% mensalmente. Cerca de 59,8% (73) dos usuários de maconha fazem uso diário da substância, 25,4% (32) usam semanalmente e 14,8% (18) mensalmente. Entre os usuários de cocaína, observa-se que 41,0% (16) deles fazem uso diário da substância, 33,3% (13) usam semanalmente e 25,6% (10) fazem uso mensal. No que diz respeito à frequência do uso de crack, 57,0% (87) dos usuários usam a substância diariamente, 28,5% (43) semanalmente e 14,6% (22) mensalmente (Gráfico 17).

Gráfico 17
Faz uso com que frequência?



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)

Complementando essa questão sobre o uso de substância psicoativa, o estudo informa que 31% (119) dos sujeitos já foram encaminhados ou atendidos em hospitais ou clinicas para o tratamento de álcool e drogas.

Ainda sobre o uso de substâncias psicoativas, outro dado que preocupa é que 30,9% (119) dos participantes da pesquisa relataram que partilham ou fazem uso coletivo de instrumentos como seringas, cachimbos, canudos, entre outros. O compartilhamento destes instrumentos pode contribuir para a transmissão de determinadas doenças.

Os resultados da pesquisa sinalizam que em relação aos métodos de prevenção contra as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) as respostas mais evidenciadas pelos entrevistados foram: 68,9% (241) camisinha masculina e 5,4% (19) camisinha feminina. Cabe indicar que 19,7% (69) dos entrevistados relataram que não se previnem contra as ISTs, esse é um dado preocupante.

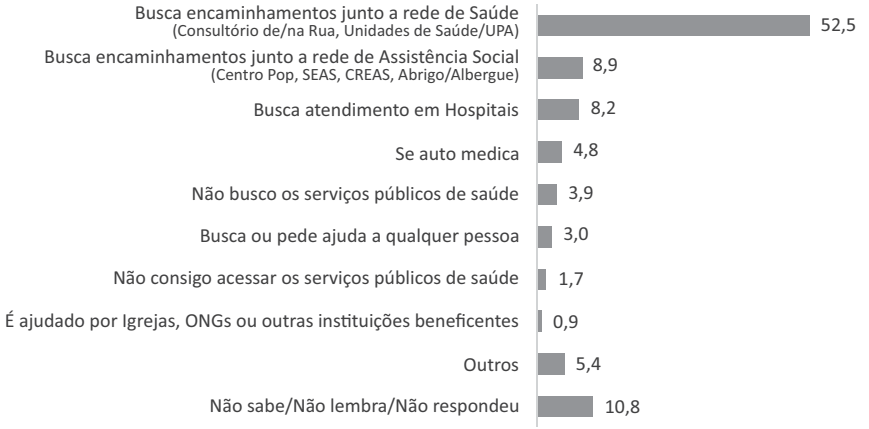
Antunes (2016, p. 2)[43] sinaliza que a população em situação de rua está sujeita ao estigma de sua condição social e modos de vida e, além disso, os estigmas relacionados a doenças também podem lhe acometer. Assim, ser portador de doenças carregadas de estigma e preconceito contribui para a debilidade dos vínculos sociais e afetivos, o que aumenta as chances de ingresso e/ou perpetuação da vida em situação de rua. A pesquisa feita pela autora supracitada apontou que as pessoas entrevistadas que eram portadoras de ISTs/HIV relataram que o preconceito e a discriminação advindos em função das doenças que os acometeram são superiores ao fato de estarem em situação e rua. Nesse sentido, Antunes (2016, p. 09) salienta que:

> Enquanto profissionais da área da saúde, devemos atuar ativamente no processo de educação, não apenas no sentido de prevenção de doenças e promoção de saúde, mas, principalmente, nas concepções que envolvem os processos de adoecimento e seus desdobramentos nos diferentes contextos sociais. Nossos sentidos precisam estar receptivos para captar as expressões de medos, angústias e sofrimentos emitidos pelas pessoas que cuidamos. Devemos funcionar como apoiadores do processo de ressignificação da vida, adoecimento e morte, contribuindo com a superação de preconceitos e estigmas. Pessoas com redes de apoio frágeis ou mesmo inexistentes acabam buscando nos profissionais de saúde o acolhimento não apenas para questões físicas, mas também sociais e emocionais.

Outro resultado captado pela pesquisa sobre a População em Situação de Rua da RMGV foi que a maioria dos entrevistados (52,5%) afirmaram que buscam encaminhamentos juntos à rede de Saúde (Consultório na Rua; Unidade de Saúde/UPA) quando possuem algum problema de saúde. Sendo que 8,9% (41) buscam encaminhamentos junto à rede de Assistência Social (Centro Pop; SEAS; CREAS; abrigo/albergue), 8,2% (38) buscam encaminhamento em hospitais, dentre outros pontuados no gráfico 18.

[43] O estudo foi desenvolvido em um Centro de Acolhida, que abriga pessoas em situação de rua em São Paulo. Foram ouvidos quatro adultos e uma idosa com doenças socialmente estigmatizantes: HIV/AIDS, hanseníase e câncer.

Gráfico 18
Quando você tem algum problema de saúde, o que você faz?* (%)



Fonte: Pesquisa com pessoas em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória 2017/2018
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Sociais (CES)
*A questão permite a marcação de até três respostas.
Logo, o percentual foi calculado levando em consideração o total de respostas fornecidas pelos entrevistados

Os dados indicam que a população em situação de rua não busca atendimento médico somente na rede de saúde básica, mas também em hospitais e na rede de assistência social. Isso mostra a necessidade de todos esses setores estarem capacitados e articulados para conseguirem fazer os devidos encaminhamentos aos usuários. É fundamental, portanto, a articulação intersetorial entre os diferentes trabalhadores que atuam junto das pessoas em situação de rua, sobretudo, profissionais da saúde e da assistência social.

Em relação aos locais onde conseguem os medicamentos quando precisam, cerca de 50,0% (236) dos entrevistados relataram que eles conseguem em hospitais, ambulatórios, UPA ou postos de saúde públicos; 7,0% (33) das respostas sinalizam que eles compram em farmácias; 5,7% (27) pedem na rua; 4,9% (22) conseguem em farmácias populares, dentre outras.

4.2 Considerações

Compreender a complexidade dos modos de vida e do cotidiano da população em situação de rua não é uma tarefa fácil, todavia, é um primeiro passo na formulação de políticas públicas voltadas para atender as demandas destes indivíduos. A garantia dos direitos sociais básicos para a população em situação de rua perpassa pelo reconhecimento de que eles são sujeitos de direitos com trajetórias singulares, e, portanto, de que suas necessidades são legitimas. Logo, são necessárias ações e políticas que considerem os direitos humanos e a dignidade da vida deste segmento populacional.

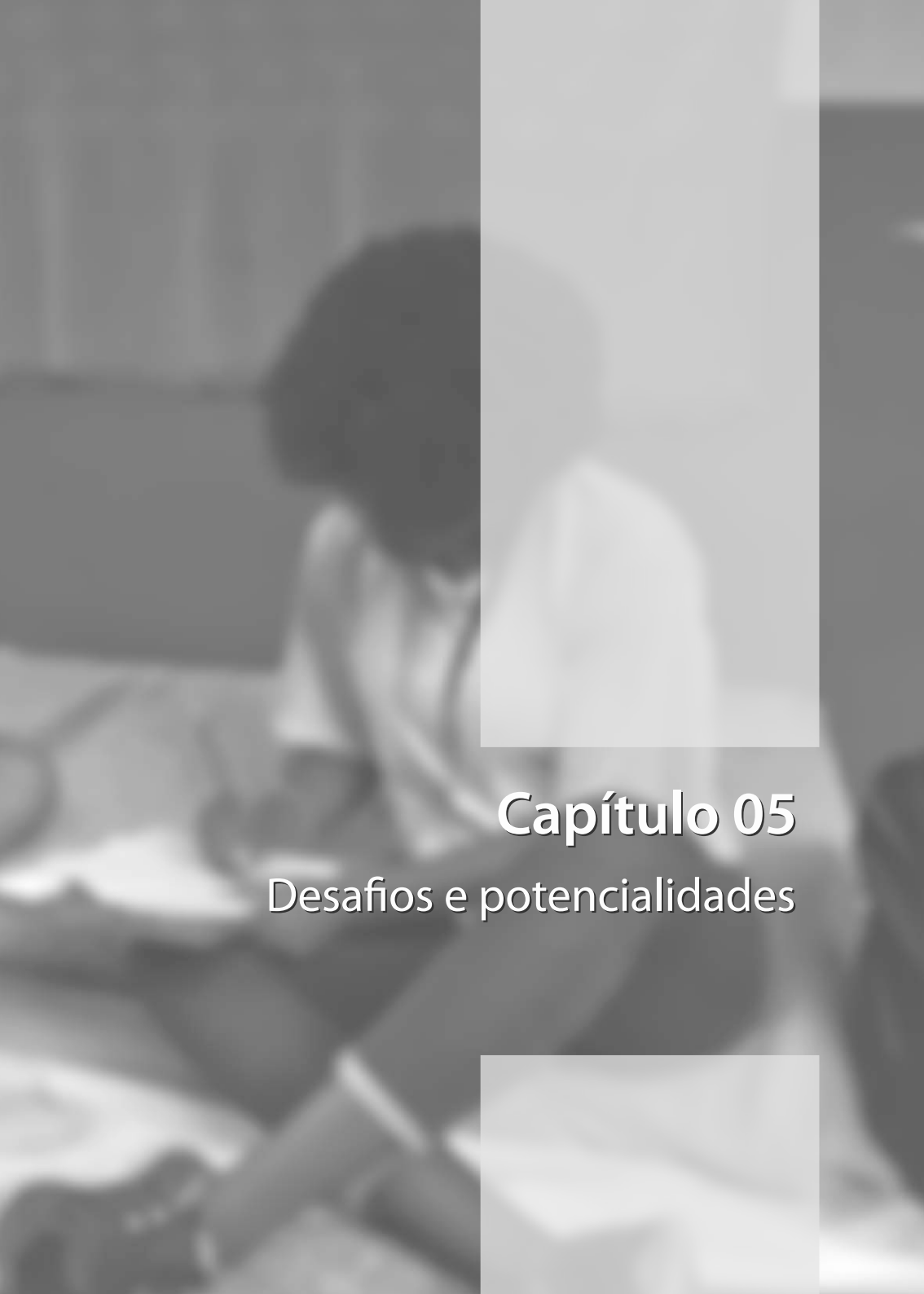
No que se refere às políticas de saúde voltadas para o segmento populacional que vivem nas ruas, observa-se que são vários os desafios e dificuldades para assegurar o acesso aos serviços de saúde e o atendimento que atenda às necessidades destes indivíduos.

A falta de acolhimento, escuta qualificada e sensibilização dos profissionais da saúde em relação a este grupo são obstáculos para a efetivação do direito à saúde. Sobre essa questão Carneiro Junior *et al.* (*apud* AGUIAR, 2012, p. 60) destaca "[...] a necessidade de criação de modelos específicos e atenção adequada a esse grupo, em que o acolhimento desta classe de usuário torne-se a questão central". Nesse sentido, torna-se fundamental que a formação inicial e continuada dos profissionais da saúde contemple uma perspectiva que vise superar os estigmas e estereótipos que assolam as pessoas que vivem nas ruas. Assim, compreender os modos de vida, as singularidades e as concepções de saúde-doença deste grupo são fatores importantes na formulação de políticas públicas de saúde direcionadas para eles.

Outra questão que não pode ser negligenciada é a participação dos usuários na formulação das políticas públicas. Um dos princípios para que os serviços do SUS sejam aperfeiçoados é a participação e o controle social, logo, escutar as pessoas em situação de rua é fundamental. Assim, a presença de representantes do Movimento da População em Situação de Rua nos conselhos de saúde e em outros espaços deliberativos promove a participação social, o que tende a contribuir para o aprimoramento do sistema (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 33).

É indispensável também a construção de uma rede articulada de serviços entre setores diversos que atuem junto das pessoas em situação de rua, principalmente entre a assistência social e a saúde, de modo que possibilite a formação de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar voltadas para atender as demandas destes sujeitos. Essa articulação, em conjunto com uma formação profissional aprimorada, discutida anteriormente, pode contribuir para a superação de políticas de saúde higienistas e repressivas.





Capítulo 05

Desafios e potencialidades

Os capítulos antecedentes deste livro buscaram potencializar a reflexão e o alcance dos resultados da pesquisa sobre população em situação de rua realizada pelo IJSN, ampliando algumas linhas de análise e, ao mesmo tempo, focando alguns dados já disponibilizados no relatório final da pesquisa[44].

Tratou-se de um duplo movimento, onde alguns dados específicos foram salientados dentro de cada tema abordado, sem o compromisso de reproduzir todas as informações constantes no referido relatório, ao lado de um esforço de interpretação, que convidou outros autores para o diálogo, para além da discussão realizada no âmbito do relatório da pesquisa. É possível afirmar, então, que este livro deriva da pesquisa realizada sobre população em situação de rua da RMGV, sendo em certa medida ora mais sintético, ora mais expansivo. A leitura de um não substitui o outro, mas ambos se complementam. Embora o relatório da pesquisa tenha sido o alimento fundante do livro, acredita-se que este conseguiu transcender as informações que o relatório apresenta, de forma inédita no estado, contribuindo com mais uma provocação de reflexão, necessária no contexto de um tema tão complexo e desafiador.

Este capítulo final apresenta algumas observações gerais acerca da pesquisa e visa destacar algumas correlações ou perspectivas a partir dos dados observados. Conforme o próprio relatório da pesquisa já salientou, a despeito de seu caráter inédito no Espírito Santo e do grande potencial de contribuição para a formulação de políticas públicas, a "Pesquisa sobre População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória", isoladamente não significa, por si só, nenhuma solução concreta. Embora seja uma iniciativa importantíssima, seus resultados precisam ser apropriados tanto pelo Governo quanto pela sociedade civil. A publicação deste livro é mais um convite a esta apropriação necessária e urgente por parte de todos.

A equipe que conduziu a pesquisa é a mesma que assina este livro. Certos aspectos chamaram a atenção desta equipe, mas os dados sempre irão possibilitar múltiplas interpretações. Não há, portanto, um único roteiro de interpretação. Nesse sentido, as correlações e aspectos pontuados, não traduzem uma pretensão de esgotar a análise. Pelo

[44] Relatório final da pesquisa sobre população em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória, disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5063-pesquisa-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-da-regiao-metropolitana-da-grande-vitoria

contrário, acredita-se que o grande potencial dos resultados da pesquisa realizada está exatamente na capacidade de articulação e apropriação das informações produzidas por parte de diferentes atores que se relacionam diretamente com a questão social em foco.

A identificação do perfil da população em situação de rua, adulta (maiores de18 anos) na Região Metropolitana da Grande Vitória, e de parte da realidade vivida pelos sujeitos entrevistados que compõem esta população, certamente pode permitir ao poder público e à sociedade promoverem intervenções qualificadas para o público entrevistado. Este livro é mais um subsídio para a formulação de políticas públicas que contemplem de fato as necessidades e demandas deste segmento social.

Ressaltando a importância de perceber a heterogeneidade da população em situação de rua e a necessidade de fugir do senso comum simplista que insiste em culpabilizar estes sujeitos pela situação na qual se encontram, reforça-se aqui o entendimento que são múltiplos os fatores que podem configurar as experiências pessoais e, em certa medida, contribuir objetiva ou subjetivamente na constituição dos sujeitos e na condução de suas vidas. A pesquisa realizada confirmou parte desta heterogeneidade ao perguntar os principais motivos que levaram os entrevistados à situação de rua e dentre as respostas assinaladas com maior frequência estavam: problemas familiares 29,6% (159); uso de drogas ilícitas 17,3% (93); demissão do trabalho 10,1% (54); alcoolismo 8,9% (48); falecimento de familiares 5,4% (29); por vontade própria 3,5% (19); separação 2,8% (15); problemas de saúde 2,6% (14); problemas psicológicos 2,2% (12), entre outras, conforme foi apresentado no capítulo 02 deste livro. Destaca-se que tais respostas não se excluem mutuamente uma vez que a pergunta admitia até três (3) respostas simultâneas. Estes dados contribuem para reiterar a complexidade do tema focado e, consequentemente, também, a dificuldade de sua análise e de seu enfrentamento.

Cada pessoa em situação de rua que foi entrevistada é um sujeito único, com trajetórias específicas e singularidades que compõe uma subjetividade e, sendo assim, dificilmente a pesquisa realizada teria como captar todo o imbricamento envolvido na vida de cada uma dela. Foram identificados padrões observáveis, repetições em meio à diversidade, assim como aspectos ou dimensões específicas, por vezes invisibilizadas, que uma vez identificados, permitem pensar ações relevantes em termos institucionais e de políticas públicas.

Em relação ao perfil dos sujeitos participantes da pesquisa, destacam-se: 81,6% (314) são do sexo masculino; 77,6% (299) são negros e a maioria (58,2%) deles estão na faixa etária entre 30 e 49 anos.

No geral, esses dados confirmam o perfil prevalecente em outras pesquisas já realizadas em âmbito nacional ou em outros estados. Vale destacar, no entanto, que o percentual de negros na pesquisa realizada na RMGV (77,6%) é ainda mais expressivo que o percentual observado no Censo Nacional sobre População de Rua realizado em 2007/2008 (67%), com uma diferença de 10 pontos percentuais, o que pode ser compreendido como um indício de um processo ainda maior de vulnerabilidade dos negros na RMGV.

Ademais, embora a maioria dos entrevistados seja do sexo masculino, as políticas públicas têm um importante desafio a pensar no que se refere a como os equipamentos públicos se organizam para acolher a parcela de mulheres (17,9%; 69[45]) que se encontram "em situação de rua", em termos de garantia de privacidade e segurança. Do total de mulheres entrevistadas, ao serem perguntadas onde dormiram nos últimos 15 dias, apenas 18,8% (13) delas indicaram abrigos e 75,4% (52) indicaram ter pernoitado nas ruas. Diante dessa informação, indaga-se: quais fatores levam a este quadro de apenas 18,8% das mulheres entrevistadas indicarem fazer uso dos abrigos? O mesmo desafio coloca-se ao focar as identidades de gênero que destoam da perspectiva binária prevalecente (homem cis/mulher cis). A pesquisa identificou, embora em número reduzido, tanto mulheres trans e travestis, quanto homens trans em situação de rua, o que demanda uma reflexão importante acerca das regras estabelecidas e da formação dos diversos profissionais que atendem a este público, com vistas a evitar perspectivas transfóbicas.

Quanto às faixas etárias observadas na pesquisa, chama atenção também o número de jovens em situação de rua que correspondeu a 14,3% (55) dos entrevistados. Dentre estes, a maioria (72,7%; 40) estava entre 25 a 29 anos e 27,3% (15) estavam entre 18 e 24 anos. Estes dados levam a pensar quais ações específicas existem direcionadas a este grupo, uma vez que este segmento tende a demandar estratégias diferenciadas de acesso e de adesão.

---

[45] Número Absoluto.

Cerca de 90,1% dos entrevistados dormem todos os dias nas ruas, abrigos ou albergues. Embora uma parcela pequena tenha indicado variações em termos da quantidade de dias que se encontram em situação de rua (o que pode indicar a existência de alternativas ou a permanência de algum vínculo com o universo da "população domiciliada"), a maioria absoluta (90,1%) assinalou que a condição de "estar em situação de rua" não comporta nenhuma transitoriedade ao longo da semana.

Complementando essa informação, quando questionados acerca do período de tempo em que estavam em situação de rua (utilizando os espaços das ruas/abrigos/albergues para pernoite), mais de 70% dos entrevistados responderam que estavam acima de 6 meses, sendo que 52,5% (202) estavam a mais de dois anos em situação de rua. Ademais, ao serem perguntados se já estiveram em situação de rua outras vezes, 41% (156) confirmaram já ter vivenciado a situação de rua outras vezes em sua trajetória de vida.

Essas informações demonstram a complexidade da temática e a dificuldade que se coloca para os gestores públicos. Levam também à indagação sobre o caráter crônico que a "situação de rua" tem assumido para esses sujeitos, conduzindo à perda progressiva do aspecto transitório que tal situação deveria ter, onde o "estar em situação de rua" ganha uma "estabilidade" indesejável quando tem-se em mente que o acesso a moradia é um direito humano básico.

Em consonância com essa indagação, soma-se o questionamento acerca do tempo de intervenção necessário para que as políticas públicas possam surtir efeito sobre a questão social em foco. Nessa perspectiva, coloca-se em pauta a reversibilidade "do estar em situação de rua" e evidenciam-se aqui pontos nodais a serem enfrentados pela política pública voltada para as pessoas que se encontram nessa situação: em especial, a definição de quais os resultados que se deseja focar e quais os tempos possíveis de realização destes resultados.

Outro dado a destacar, refere-se à informação acerca do local de nascimento dos entrevistados: 43,1% (166) não nasceram no estado do Espírito Santo, enquanto 37,1% (143) são da Região Metropolitana e 11,7% (45) são do interior do estado. Ou seja, ao comparar se são imigrantes ou não, percebe-se que uma parcela significativa (37,1%) é da própria RMGV e que, ao somar este número com os que são do

interior do estado, constata-se que 48,8% das pessoas em situação de rua são do Espírito Santo. Informação que relativiza um pouco uma ideia presente quando se discute este tema de que a população em situação de rua é formada apenas por imigrantes. O número de pessoas que são de outros estados é realmente expressivo, mas isto não subsome o fato de que 37,1% são da própria região metropolitana, assim como quase metade da população em situação de rua tem sua origem no estado do Espírito Santo.

Em relação ao fluxo das pessoas em situação de rua entre os municípios da RMGV, uma pergunta significativa foi "se nos últimos 15 dias os pesquisados pernoitaram somente na cidade onde concederam a entrevista". Dentre as respostas, 87,5% (337) informaram dormir na cidade onde responderam a entrevista e apenas 10,9% (42) responderam ter pernoitado em outras cidades. Por este dado, pode-se inferir que embora haja um fluxo significativo entre os municípios da RMGV, há uma relativa constância, isto é, 87,5% indicaram ter dormido em um único município nos últimos 15 dias que antecederam a realização da pesquisa de campo.

Adicionalmente, perguntou-se também sobre o local onde os entrevistados pernoitaram nos últimos 15 dias (com possibilidade de marcação de múltiplas respostas). Dentre as respostas destacaram-se 68,3% (274) que relataram ter pernoitado na rua nos últimos 15 dias e 24,9% (100) que informaram que pernoitaram em abrigos/albergues. Entre os sujeitos participantes da pesquisa, somente 6,2% (24 pessoas) informaram mais de uma opção de resposta. Essa informação relaciona-se com a insuficiência de vagas disponíveis nos equipamentos da assistência, se comparado com o número de pessoas que se encontram em situação de rua, representando uma demanda potencial. Entretanto, relaciona-se também a outros motivos elencados para o uso das ruas ao invés dos abrigos/albergues, dentre eles: a localização dos equipamentos, as regras estabelecidas, o impacto sobre a geração de renda, entre outros.

No que concerne à escolaridade dos entrevistados, a maioria acessou o ensino fundamental, sendo que 33,2% (111) indicaram ter o ensino fundamental incompleto e 32,3% (108) afirmaram ter o ensino fundamental completo, assim como 16,2% (54) concluíram o ensino médio. Ou seja, a pesquisa indica uma população alfabetizada em sua maioria (75,1% sabe ler e escrever), com experiências significativas de escolarização, o que pode ser um fator facilitador para a oferta de cursos voltados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou de qualificação profissional.

Apesar de 79,5% (306) do grupo entrevistado ter afirmado que possui alguma profissão, quando questionados o que fizeram para ganhar dinheiro nos últimos 15 dias, a maioria indicou ter atuado no trabalho informal, em posições precarizadas: 19,2% (66) flanelinha; 18,4% (63) catador de materiais reciclados; 6,4% (22) vendendo produtos como camelô ou ambulante; 5,5% (19) serviços gerais, dentre outras respostas. Apenas 5,5% (19) indicou que trabalha com a profissão.

Quando questionados sobre as principais dificuldades para conseguirem emprego formal, as respostas[46] preponderantes foram: falta de vagas/ oportunidades (17,3%; 86); não possui documentação (16,9%; 84); ausência de comprovante de residência (10,8%; 54); falta de qualificação profissional (9,6%; 48), entre outras.

Tais dificuldades remetem tanto a questões de organização de estratégias de inserção ou reinserção no mercado de trabalho (falta de oportunidades), pensando-se todo o ciclo desde a qualificação/atualização, a articulação com parceiros até o encaminhamento para vagas específicas, quanto a aspectos mais básicos como a viabilização de documentação. A pesquisa não focou, obviamente, em como os serviços existentes já lidam com esta dimensão específica, mas o conjunto de respostas sistematizadas sinalizam "lacunas" ou aspectos importantes a serem (re)avaliados ou redimensionados.

As profissões mais destacadas pelos entrevistados foram: profissionais da construção civil (77); pintor de obras e automotivo (38); auxiliar de serviços gerais (32); profissionais de manutenção e mecânica automotiva (24); eletricista (16). Vale destacar também que 71,4% (275) dos entrevistados responderam já ter trabalhado com carteira assinada, um número bastante expressivo.

A informação referente à mendicância também é significativa, pois indica que esta prática não se constitui como a principal fonte de obtenção de renda para a população em situação de rua. A maioria absoluta (cerca de 67,6%) indicou o envolvimento com um trabalho, mesmo que precarizado, em seu cotidiano, excluindo-se a mendicância, as atividades ilícitas ou condenada socialmente como a prostituição e a categoria outros.

[46] A pergunta permitia até 3 respostas. Logo o percentual foi calculado em relação ao total de respostas fornecidas.

Quanto à passagem anterior por prisões e penitenciárias, 43,4% (167) responderam "sim" a esta questão, número significativo que abre espaço para a possibilidade de aprofundar os estudos sobre as possíveis correlações entre a condição atual do entrevistado - como pessoa em situação de rua - e a passagem pelo sistema penitenciário. Entretanto, a pesquisa sobre população em situação de rua da RMGV não investigou especificamente a referida correlação, não sendo possível derivar dela nenhuma conclusão nesse sentido[47].

Outro dado relevante observado, refere-se ao fato de cerca de 70,4% (271) dos entrevistados afirmarem possuir filhos, um aspecto que denota mais uma vez a complexidade do tema, ou seja, a vivência em situação de rua, certamente, extrapola em seus efeitos o indivíduo, englobando familiares e, em especial, crianças e adolescentes. Dos que informaram possuir filhos, 73,8% (200) eram filhos menores de 18 anos.

Em relação à dimensão saúde, muitos são os desafios observados. A própria dificuldade de acesso a alimentos e à água potável, a dificuldade na manutenção da higiene pessoal, dentre outros, são alguns fatores que fazem com que as pessoas em situação de rua fiquem mais suscetível a determinados problemas de saúde. O acesso à água potável é considerado um direito humano fundamental, mas ainda é um problema bem atual para o conjunto da PSR, conforme mencionado no capitulo 2 que analisou o cotidiano dessa população. Isso indica o quanto esse segmento populacional se encontra a margem das políticas públicas e está longe de ter seus direitos humanos fundamentais minimamente assegurados. A disponibilização de pontos de acesso a água tratada, bebedouros e banheiros públicos, assim como restaurantes populares, podem ser medidas que minimizariam problemas básicos sinalizados. Tratam-se de mediadas paliativas - que não resolveriam a vulnerabilidade vivenciada pela PSR -, mas que poderiam ter impacto em aspectos relativos à saúde.

Embora nos últimos anos (devido, sobretudo, à mobilização de movimentos sociais organizados) observe-se vários avanços na legislação no que se refere a assegurar o direito à saúde da população em situação de rua, ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido. Cerca de

[47] Sem dúvida, essa correlação remete a outra agenda de pesquisa, que não teria possibilidade de ser conduzida dentro do escopo de análise definido para a referida pesquisa.

44,7% (172) dos participantes da pesquisa afirmaram que têm algum problema de saúde, mas apenas 77 deles indicaram que recebem tratamento médico para cuidar do problema, ou seja, menos da metade (44,8%) dos que deveriam ter acompanhamento médico, informaram realizar esse tratamento.

Ainda em relação à saúde, o uso de substâncias psicoativas também é um item a observar. Embora nem todas as pessoas em situação de rua sejam usuárias de algum tipo de substância psicoativa, a maioria dos entrevistados (89%) relatou fazer uso de alguma substância. Dentre as indicadas por eles estão: tabaco (72,5%), bebidas alcoólicas (67,5%) e crack (39,2%). Cabe destacar que estar em situação de rua foi apontado como um fator que agrava o uso dessas substâncias, de acordo com os relatos da maioria dos participantes (52,2%).

Por fim, destaca-se aqui as sugestões de mudanças coletadas para melhorar os serviços de assistência social no atendimento à população de rua. Como indicado anteriormente, cada entrevistado poderia registrar até três (3) respostas. Do total de 312 sugestões registradas, as principais foram: 15,4% (48) solicitaram mais atenção\acolhimento; 13,5% (42) ampliação dos serviços de moradia\abrigos; 13,1% (41) maior oferta de serviços para geração de renda; 7,4% (23) melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de alimentos ofertados; 5,8% (18) ampliação de oferta de cursos profissionalizantes/Educação; 4,5% (14) revisão de regras; 3,8% (12) agilidade e rapidez no atendimento; 36,5% (114) outros. Embora não tenha sido possível agrupar em categorias específicas as respostas que foram aglutinadas sob o título "outros", pelo grau de diferenciação e dispersão das frequências observadas, incluíram-se nesta opção "outros" respostas relacionadas ao cumprimento de direitos e demandas em relação à saúde.

Levando em conta o histórico de violação de direitos experienciado pelas pessoas em situação de rua, a demanda por mais atenção/acolhimento provavelmente está vinculada à percepção das negligências vivenciadas no cotidiano, traduzindo uma demanda por maior sensibilidade e atenção dos diversos profissionais que atendem a estes sujeitos, dado importante a ser salientado.

Desde o início da realização da pesquisa sobre população em situação de rua, estava claro que o público alvo a ser pesquisado estava inserido numa conjuntura social, política e econômica desfavorável à efetivação

de seus direitos sociais básicos, inerentes à consolidação da cidadania. Entretanto, os dados obtidos na pesquisa confirmaram, por diferentes ângulos, a ausência de acesso a tais direitos, seja na esfera da moradia, da educação, do trabalho ou da saúde, traduzindo em números o tamanho do desafio posto. Ao mesmo tempo, evidenciou-se também especificidades e potencialidades. Os dados relativos às faixas etárias, à escolaridade ou ao trabalho, por exemplo, não falam de um bloco homogêneo de indivíduos. Revelam diferenças significativas a serem observadas na construção ou reformulação das políticas públicas.

Um desafio importante que está posto é associar a cada dado evidenciado estratégias políticas de enfrentamento que, preferencialmente, sejam fruto da interlocução entre os diferentes atores envolvidos. Trata-se de uma questão social multifacetada e, como tal, exige dos gestores e demais atores sociais, criatividade e disposição política para a (re)formulação de políticas públicas qualificadas e condizentes com o quadro social identificado. A partir da publicação do relatório final da pesquisa alguns movimentos interessantes já foram iniciados: vários segmentos já indicaram discussões especificas do relatório em seus espaços, buscando discutir e potencialmente ressignificar suas práticas a partir dos dados da pesquisa. Debates específicos foram realizados no âmbito da Polícia Militar[48] do estado, da Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência (Setades)[49], no Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória[50], entre outras. Iniciativas como estas, exemplificam a lógica de apropriação dos resultados da pesquisa, tanto pelo Governo quanto pela sociedade civil, que foi sinalizada como fundamental para que resultados possam começar a serem vistos.

---

[48] No dia 09 de maio de 2018, o IJSN apresentou os resultados da pesquisa sobre população em situação de rua da RMGV para os comandantes de Unidade da PMES pertencentes ao Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano (CPOM). Ver registro disponível em: https://pm.es.gov.br/Not%C3%ADcia/comandantes-de-unidade-do-cpom-participam-de-apresentacao-do-relatorio-do-instituto-jones-sobre-populacao-em-situacao-de-rua

[49] No dia 11 de maio de 2018 o IJSN foi convidado a apresentar a pesquisa sobre população em situação de rua da RMGV para a SETADES, com a participação de vários técnicos da assistência, inclusive dos municípios.

[50] No dia 09 de agosto de 2018 o IJSN apresentou a pesquisa sobre população de rua da RMGV para o Conselho de Direitos Humanos de Vitória. Na oportunidade o Conselho tirou o indicativo de priorizar sua atuação de defesa nos direitos humanos focando neste segmento, por entender a alta vulnerabilidade a qual está submetida a população em situação de rua.

Conforme afirmado no início deste capítulo, não há aqui a pretensão de esgotar as possibilidades de interpretação que os resultados da pesquisa ensejam, muito menos de esgotar os desdobramentos que possam derivar da mesma. Espera-se que novos estudos possam ser realizados e, principalmente, que este livro (assim como o relatório final da pesquisa apresentado) possa contribuir com o processo de enfrentamento da questão social focada, subsidiando tanto o Governo quanto a sociedade civil. Os desafios são complexos e exigem um grande esforço de diálogo e articulação entre os diferentes sujeitos envolvidos.





Referências

AGUIAR, Maria; IRIART, Jorge. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(1):115-124, jan, 2012.

ALMEIDA, Sara de. População em situação de rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades. **Congr. Intern. Pedagogia Social**. Jul. 2012.

ANTUNES, Clara; ROSA, Anderson; BRÊTAS, Ana Cristina. Da doença estigmatizante à ressignificação de viver em situação de rua. **Rev. Eletr. Enf**. [Internet]. 2016. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fen/article/view/33141. Acesso em: ago. 2018.

ARAÚJO, Carlos H. **"Migrações e vida nas ruas"**. In:BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BARROS, V. A. Trabalho e populações especiais. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, J. E. **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações (Orgs)**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

BASILIO, Dione. Direito à educação: um direito essencial ao exercício da cidadania. Sua proteção à luz da teoria dos direitos fundamentais e da Constituição Federal Brasileira de 1988. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BECKER, Howard S. 2008 [1963]. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: ago. 2018.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: 05. Jun. 2018.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, set. 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 05. Jun. 2018.

_____. **Política Nacional para População em Situação de Rua**, 2008. Disponível em: www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf. Acesso em: 06 maio. 2018.

_____. **Sumário Executivo - Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Brasília, DF. Abril de 2008. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf. Acesso: 01. Set. 2018.

_____. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009a**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 06 maio. 2018.

_____. **Rua: Aprendendo a Contar**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 01. Set. 2018.

_____Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro Pop. Brasília, 2011a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 01 de set. 2018.

_____. Portaria nº 940, de 28 de abril de 2011: regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). **Diário Oficial da União**, Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0940_28_04_2011.html. Acesso em: ago. 2018.

_____Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populalcao_rua.pdf. Acesso em: 06. Ago. 2018.

_____. Portaria n°122, de 25 de janeiro de 2012: define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html. Acesso em: ago. 2018.

_____.Ministério da saúde. **Saúde da População em situação de rua**: um direito humano. Brasília, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 01 set. 2018.

CONDEIXA, D. **Ação municipal com a população de rua e as casas de convivência em São Paulo**. HUCITEC,1995.

CUNHA, Juliana Gomes da. **Pessoas em Situação de Rua e seus Cães**: Fragmentos de União em Histórias de Fragmentação. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FERREIRA, Aurélio B de Holanda. **Mini Aurélio: século XXI escolar**. 3ª ed. São Paulo: Nova Fronteira. 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007 (Coleção Dizer a Palavra).

GHIRARDI, Maria; LOPES, Samira; BARROS, Denise; GALVANI, Débora. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface 601 - Comunic, Saúde, Educ**, v.9, n.18, p.601-10, set/dez 2005.

GRAZZIOLA, Roque. **As Pessoas em Situação de Rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas:** a cooperação e solidariedade como forma de humanização. Dissertação de Pós-graduação em educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

HALLAIS, Janaina; BARROS, Nelson. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidades. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(7):1497-1504, jul, 2015.

INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES (IJSN). Pesquisa sobre População em situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória- ES, IJSN, 2018.

KUNZ, Gilderlandia da Silva. **Os modos de vida da população em situação de rua:** narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LIMA, Paulo Cesar Vicente de. **Direito à Educação das Minorias:** Pessoa em Situação de Rua. Ministério Público do Estado de Minas:

Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais. 2016. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Pessoa_em_situa%C3%A7%C3%A3o_de_rua_-_Paulo_Vicente.pdf. Acesso em 21 de set de 2018.

MACERATA, Iacã; SOARES, José; RAMOS, Julia. Apoio como cuidado de territórios existenciais: atenção básica e a rua. **Interface:** Comunicação saúde educação. 2014.

MATTOS, Ricardo; FERREIRA, Ricardo. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

NATALINO, Marco. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil.** Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem Saída:** Um estudo sobre a relação entre o Estado e a População de Rua de Brasília. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre Mobilidades e Permanências:** Uma Análise das Espacialidades Cotidianas da População em Situação de Rua na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

REIS, Daiane dos. **População em situação de rua e sua relação com o trabalho:** as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas em situação de rua. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso. 2012.

RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Revista Educação Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94,p. 155-178, jan. / abr. 2006.

ROZENDO, Suzana da Silva. Informações da Aurora: voz às pessoas em situação de rua. Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista eletrônica mutações**. Julho/Dezembro, 2011. P. 1-10.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 10. ed. Campinas, SP: autores associados, 2008.

SCHMITT, Aline; SCHWEITZER, Lucas. População em situação de rua e trabalho: relato de experiência. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Volume 7, Número 1, 2017.

SHOR, Silvia Maria; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo.** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. 2010. P. 2-23.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Marta Zorzal e. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: VESCOVI, Ana Paula Vitali Janes; BONELL Regis (Org.). **Espirito Santo: Instituições Desenvolvimento e Inclusão Social**. Governo do Estado do Espírito Santo. Vitória, 2010.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**, 14ª. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

TIENGO, Verônica Martins. **População em Situação de Rua:** O Fruto Necessário à Reprodução Capitalista e a Funcionalidade do Trabalho Informar. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FONTES CONSULTADAS:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Disponível em: http://www.ibge.gov.br/. Acesso em 13 Agosto de 2018.

Instituto Jones dos Santos Neves
Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/. Acesso em 15 Agosto de 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Disponível em: http://www.ipea.gov.br/. Acesso em 10 de outubro de 2018

Apêndice

Apêndice A

Lista com os nomes da equipe da pesquisa (coordenação; articuladores de campo, entrevistadores) e participantes do GD

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenadora da Pesquisa
Sandra Mara Pereira

Bolsista Supervisor de Campo
Weliton Toledo

Bolsista Apoio Técnico Interno
Pedro Roberto Castro Silva

Pesquisadora da Coordenação de Estudos Sociais
Thalita Matias Gonçalves

Estagiário da Coordenação de Estudos Sociais
Leonardo Rangel
(participação nas entrevistas)

Articuladores de Campo
Bruno Donato Dos Santos
Daniellen Nascimento Gomes
Rosangela Candido Nascimento Roseno

Bolsistas Agentes de Campo
Eduarda dos Santos
Elaine Passos de Freitas
Higinia Carla dos Santos Oliveira
João Rubens Magalhães
Karin Krist do Amaral
Karoline Nascimento do Rosário
Lorena Neves Carone Jubini
Rafael dos Santos Cruz

Participantes do Grupo de Discussão (GD POP RUA)
Bruno Donato dos Santos
Cassio Nascimento
Erico Jenz Santos
Felipe Alves de Assis
Felipe Moura Andrade
Gabriela Gilles Ferreira
Glaucia Brandão Vasconcelos
Igor Martins Medeiros Robaina
Izabel Armanda Alves Lima
Jamille Rodrigues Zeferino Waiandt
Lenny Chillys Meireles Francisco
Lilian Queiroz dos Santos
Luiza Vieira M. dos Santos
Maria Inês Loureiro
Natalia Polezi Dalmasio
Neiriele Marques
Patrícia Malini
Pedro Roberto Castro Silva
Raílla Barroso do Nascimento
Ralf Rickli
Regiane Pereira da Silva
Roberto dos Reis
Rosangela Candido Nascimento Roseno
Rosilene de Azevedo
Sandra Mara Pereira
Simone Alves de Souza
Thalita Matias Gonçalves
Valquiria Santos
Vera Lúcia de Souza Simões
Verônica Martins Tiengo
Weliton Toledo
William Pereira Moreira


FAPES
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ijsn
Instituto Jones
dos Santos Neves
GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO